

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO**

MARIANA SOMARIVA

Existir, resistir, desterritorializar: uma cartografia da trans-ralé brasileira

**PORTO ALEGRE
2019**

MARIANA SOMARIVA

Existir, resistir, desterritorializar: uma cartografia da trans-ralé brasileira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Mestra em Comunicação e Informação.

Orientadora: Prof. Dra. Nísia Martins do Rosário

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Nísia Martins do Rosário
Orientadora

Prof. Dra. Paula Sandrine Machado - UFRGS
Examinadora

Prof. Dr. Alexandre Rocha da Silva - UFRGS
Examinador

Prof. Dra. Laura Hastenpflug Wottrich - UFRGS
Examinadora

CIP - Catalogação na Publicação

SOMARIVA, Mariana
Existir, resistir, desterritorializar: uma
cartografia da trans-ralé brasileira / Mariana
SOMARIVA. -- 2019.
136 f.
Orientadora: Nísia Martins do Rosário.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e
Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação
e Informação, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Interseccionalidade. 2. gênero. 3.
transexualidade. 4. precariedade. 5. emancipação
digital. I. Martins do Rosário, Nísia, orient. II.
Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

*“Devemos inventar nossas linhas de fuga se somos capazes disso,
e só podemos inventá-las traçando-as efetivamente, na vida.
As linhas de fuga – não será isso o mais difícil?”*

(Gilles Deleuze & Félix Guattari, 1996)

AGRADECIMENTOS

Às participantes desta pesquisa, cujos nomes pelos quais preferem ser chamadas eu não posso citar aqui, por tudo o que me ensinaram e por tudo o que compartilharam comigo. Sem vocês este trabalho não teria sido possível.

Agradeço à minha orientadora, professora Nísia, pelos ensinamentos, pela paciência, ajuda e força sempre.

Ao grupo de pesquisa Corporalidades, pelo incentivo, colaborações e ideias criativas.

Aos meus pais, Maria e Ermes, pelo amor e pelo cuidado. Por estarem sempre presentes, mesmo que longe.

Axs amigxs pela parceria e pelo amor sempre.

À Lia, amor da minha vida, por pegar na minha mão e não soltar. Pela cumplicidade e pela alegria de estar perto.

Ao CNPq, pelo auxílio financeiro e incentivo à pesquisa em tempos de obscurantismo.

RESUMO

Este trabalho busca verificar de que formas mulheres em situação interseccionalmente precária e que performatizam sexos/gêneros/sexualidades dissidentes (predominando a existência transexual) expressam sua participação, resistência e potência de vida nos territórios comunicacionais. Procura-se mapear os movimentos de oito mulheres trans que encontram-se em situação de rua na cidade de Porto Alegre, utilizando a cartografia como caminho metodológico e perspectivas teóricas como as da interseccionalidade, dos estudos de gênero, da filosofia da diferença, de estudos acerca da potencialidade emancipatória das tecnologias digitais, da Semiótica da Cultura e do conceito de ralé brasileira, proposto por Jessé Souza. Por meio de observação do cenário produzido pelo capitalismo financeiro periférico na precarização das condições de vida, da exacerbação de preconceitos como os de classe social, raça, territorialidade e sexo/gênero/sexualidade, além da necropolítica vivenciada em seus cotidianos, verifica-se que as participantes da pesquisa integram o que poder-se-ia chamar de uma trans-ralé brasileira. No entanto, a potência dessas mulheres trans que se constituem na diferença está em empreender micropolíticas, criar linhas de fuga e desterritorializar da ordem instituída (ou mesmo do território interseccionalmente precário a que foram relegadas), reterritorializando em outras formas de sociabilidade, de subjetividade e de existência.

Palavras-chave: Interseccionalidade; gênero; transexualidade; precariedade; emancipação digital

ABSTRACT

This work seeks to verify how women in an intersectionally precarious situation and who performatize dissident sex/gender/sexuality arrangements (predominantly the transsexual existence) express their participation, resistance and potency of life in the communicational territories. It is sought to map the movements of eight trans women who are in a street situation in the city of Porto Alegre, using cartography as a methodological path and theoretical perspectives such as intersectionality, gender studies, the Semiotics of Culture, the philosophy of difference, studies on the emancipatory potential of digital technologies, and the concept of “ralé brasileira”, proposed by Jessé Souza. By verifying the scenario produced by peripheral financial capitalism in the precariousness of people's living conditions, the exacerbation of social class, race and sex/gender/sexuality prejudices, and the necropolitics experienced in their daily lives, it is verified that the participants of the research integrate what could be called a “trans-ralé brasileira”. However, the potency of these transgender women who are constituted in difference lies in undertaking micropolitics, creating lines of escape and deterritorializing the hegemonic order (or even the intersectionally precarious territory to which they were relegated), reterritorializing in other forms of sociability, subjectivity, and existence.

Keywords: Intersectionality; gender; transsexuality; precariousness; digital emancipation

LISTA DE MAPAS

Mapa Fragmentos de Biografias.....	20
Mapa Territorialidades	51
Territórios de sobrevivência	52
Territórios de trabalho	56
Desterritorializações	58
Mapa Semiosfera das dissidências de sexo/gênero/sexualidade	82
Mapa Agenciamento dos usos das TIC	114

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: parte do Mapa Territorialidades – territórios de sobrevivência.....	52
Figura 2: parte do Mapa Territorialidades – territórios de trabalho	56
Figura 3: parte do Mapa Territorialidades – desterritorializações.....	58
Figura 4: parte do Mapa Territorialidades – desterritorializações.....	59
Figura 5 : componente do Mapa Semiosfera das dissidências de sexo/gênero/sexualidade	83
Figura 6 : parte do Mapa Agenciamento dos usos das TIC.....	115

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Objetivo.....	19
<i>1.1.1 Objetivos-pista.....</i>	<i>19</i>
2 UM POUSO EM DIREÇÃO AO CAMPO: TERRITÓRIOS COMUNICACIONAIS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	20
Mapa Fragmentos de Biografias	20
2.1 A cartografia como teoria-método que acompanha processos	28
<i>2.1.1 Procedimentos metodológicos</i>	<i>37</i>
2.2 Alguns conceitos direcionadores.....	42
<i>2.2.1 Filosofia da diferença e pós-estruturalismo</i>	<i>42</i>
<i>2.2.2 Semiótica da Cultura</i>	<i>47</i>
Mapa Territorialidades.....	51
Territórios de sobrevivência	52
Territórios de trabalho	56
Desterritorializações	58
3 INTERSECCIONALIDADE RIZOMÁTICA: A TRANS-RALE EM POTÊNCIA	67
3.1 Feminismos e Interseccionalidade	67
3.2 A terceira onda feminista e os estudos <i>queer</i>: intersecções	76
Mapa Semiosfera das dissidências de sexo/gênero/sexualidade	82
3.3 Vulnerabilidade e precariedade em corpos dissidentes.....	84
3.4 Capitalismo periférico, vidas que sobram e a trans-ralé brasileira	88
3.5 Resistência e potência de vida.....	101
4 TERRITÓRIOS DOS USOS DAS TIC	106
4.1 Inclusão ou emancipação digital?.....	106
4.2 As oficinas de inclusão digital	108
Mapa Agenciamento dos usos das TIC.....	114
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
REFERÊNCIAS	129
ANEXO 1.....	135

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa partiu do meu interesse, desde a Iniciação Científica, pelas questões relativas a gênero e sexualidade e suas interfaces com o campo da comunicação. No início de 2015 ingressei no núcleo de pesquisa Corporalidades, coordenado pela professora dra. Nísia Martins do Rosário, e desde então venho desenvolvendo estudos desta ordem junto ao grupo. Durante o trajeto na Iniciação Científica e no Trabalho de Conclusão de Curso, voltei-me para objetos de análise que possibilitavam a obtenção de dados públicos¹. Agora, no mestrado, busco adentrar as possibilidades da pesquisa de campo, em contato com pessoas, no intento não só de me colocar numa experiência de investigação diferente das que havia tido antes, mas também de poder observar a mobilização de outros afetos, novos encontros, novos questionamentos e intensidades. Tendo o espectro dos estudos de gênero e da interseccionalidade como pano de fundo, meu interesse tem sido o de compreender relações que se estabelecem em experiências de pessoas marcadas pela intensa precariedade, relegadas às fronteiras dos sistemas.

Trata-se de atentar para pessoas perpassadas, interseccionalmente, por marcadores sociais da diferença que se expressam em classe social, raça, territorialidade, sexo/gênero/sexualidade, escolaridade, entre outros. Para a matriz cultural cis-heteronormativa², são corpos considerados abjetos. Mas a abjeção não lhes é atribuída somente devido à sua insubordinação às normas expressas na tríade linear sexo/gênero/sexualidade³. São corpos considerados abjetos também porque pobres, negros, de baixa escolaridade, em situação de rua, trabalhadores do sexo, (ex-) presidiários, dependentes químicos, portadores de HIV.

¹ Como no caso da pesquisa com as postagens disponíveis no Tumblr de um menino em processo de transsexualização (SOMARIVA, Mariana; ROSÁRIO, Nísia Martins do. As explosões de Oliver: o transcorpo e a reconfiguração subversiva de sentidos. In: INTERCOM Rio - XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2015), e do estudo sobre os usos no Twitter de uma *hashtag* que tratava de mostrar como pessoas não-binárias são (SOMARIVA, Mariana. A hashtag (re)construindo sentidos: significação e produção de subjetividades de pessoas não-binárias através do Twitter. 2016. (Trabalho de Conclusão de Curso)).

² O termo cis-heteronormatividade constitui uma ampliação da noção de heteronormatividade recuperada por Judith Butler (2003) – aquela em cujo núcleo normativo está a heterossexualidade, imposta através da matriz cultural vigente na sociedade. A *cis*generidade concerne à identificação linear, por parte do sujeito, entre sua materialidade corporal (sexo designado ao nascer) e sua expressão de gênero. Assim, cis-heteronormatividade se refere à imposição social do modelo cis-hetero.

³ De acordo com Butler (2003, p. 38), as pessoas de gêneros “inteligíveis” são aquelas que “mant[ê]m relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo”, seguindo sempre os pressupostos da [cis]-heteronormatividade. Já os corpos não conformes com tais pressupostos – isto é, toda a gama de corpos marcados pela diferença sob os referidos marcadores: transexuais, travestis, lésbicas, gays, intersexuais, bichas, sapatonas, queers, não-binários etc. – são considerados abjetos e continuamente rechaçados. Ao longo do texto, serão adotados tanto os termos “sexo/gênero/desejo” quanto “sexo/gênero/sexualidade”, pois entende-se que, nessa perspectiva, sexualidade e desejo compreendem um mesmo âmbito.

Entende-se que no momento atual vem sendo possível estabelecer questionamentos no que diz respeito ao padrão hegemônico cis-heteronormativo, às normas binárias hierarquizantes e à relação compulsória e causal entre as categorias de sexo/gênero/sexualidade – não só na academia, mas também no campo social. No entanto, é oportuno ainda voltar-se para o estudo destas questões em sua inter-relação com aquilo que engendra as subalternidades, expondo-as para compreendê-las e desconstruí-las.

Assim, o objeto-processo desta pesquisa se configura como o estudo das participações e resistências nos territórios comunicacionais realizadas por mulheres transexuais em situação de rua, por meio da cartografia como caminho metodológico. As pessoas acompanhadas aqui constituem-se como permeadas por vários eixos de opressão, de maneira simultânea e interseccional (CRENSHAW, 1989; PLATERO, 2012; BRAH, 2011; PUAR, 2013). Trata-se de oito mulheres que performatizam combinações de sexo/gênero/sexualidade (BUTLER, 2003) inconformes com as normas estabelecidas em nossa matriz cultural e, interseccionalmente, também encontram-se em situação de rua, estão expostas a violências de todos os tipos, três delas são portadoras do vírus HIV, duas são negras, duas passaram pelo sistema prisional ao menos uma vez, três são dependentes químicas, todas já sofreram algum tipo de violência policial e têm dificuldades para encontrar emprego formal, sendo que apenas uma chegou a completar o ensino médio. São elas: Amanda, Gisele, Jussara, Laura, Malu, Carla, Rafaela e Julia⁴. Sete identificam-se como mulheres transexuais, e uma sequer chega a auto definir-se como pertencente às categorias identitárias convencionadas no espectro LGBT: ela se diz uma mulher gay.

Essa condição intensificada de vulnerabilidade a que estão expostas conduz à precariedade – como explica Judith Butler (2016; 2017), a precariedade se constitui na situação a que certos grupos da população estão submetidos quando perdem/não possuem redes sociais e econômicas de apoio, estando expostos à violência e à morte muito mais do que outros grupos.

No Brasil, é evidente o extermínio que tem sofrido a população de travestis e transexuais. De acordo com dados da ONG internacional Transgender Europe⁵, o Brasil é o país onde mais se mata travestis e transexuais no mundo. Conforme a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), em 2017, o número de assassinatos foi o

⁴ São nomes fictícios, para preservar os nomes pelos quais elas preferem ser chamadas.

⁵ <https://tgeu.org/>

maior registrado nos últimos 10 anos⁶: foram 179 assassinatos notificados de travestis ou transexuais, o que contabiliza um assassinato a cada 48 horas.

Segundo o mesmo relatório, em 94% dos casos, os assassinatos foram contra pessoas que performatizam o feminino. Esse dado não surpreende. Na estrutura binária que compõe a matriz sexo/gênero, o feminino é sempre o polo considerado inferior ao masculino:

Se o feminino representa aquilo que é desvalorizado socialmente, quando este feminino é encarnado em corpos que nasceram com pênis, há um transbordamento da consciência coletiva que é estruturada na crença de que a identidade de gênero é uma expressão do desejo dos cromossomos e dos hormônios. O que este transbordamento significa? Que não existe aparato conceitual, linguístico que justifica a existência das pessoas trans. Mesmo entre os gays, é notório que a violência mais cruenta é cometida contra aqueles que performatizam uma estilística corporal mais próxima ao feminino. Portanto, há algo de poluidor e contaminador no feminino (com diversos graus de exclusão) que precisam ser melhor explorados (BENTO, 2014, p. 1).

Partindo do conceito de feminicídio, Berenice Bento (2014) defende que os assassinatos contra a população de mulheres trans seja nomeada transfeminicídio, evidenciando que a motivação para os crimes provém do gênero. Há que se falar, portanto, na precariedade a que estão submetidas essas pessoas.

Logo, não se trata apenas de vulnerabilidade – Butler (2016; 2017) aponta que esta última, em certa medida, é intrínseca aos seres humanos, já que dependemos de uma infraestrutura mínima para sobreviver. No entanto, quanto mais insuficientes forem as redes de apoio com as quais podemos contar, mais vulneráveis nos tornamos. “Ninguém se move sem um ambiente de apoio e um conjunto de tecnologias. E quando esses ambientes começam a desmoronar ou já não fornecem suporte, nossa própria capacidade de exercer os direitos mais básicos é ameaçada” (BUTLER, 2016, p. 16). A precariedade acontece quando da maximização desta vulnerabilidade, e pensar sob essa ótica implica verificar que há pessoas mais precárias e subalternas que outras, inclusive no interior do contexto LGBT ou LGBTTIQ+.

Desde a Semiótica da Cultura, entende-se que essas mulheres vão compor textos socioculturais e comunicativos que, como tais, formam espaços semióticos de significação que abrigam códigos e sistemas de signos múltiplos, desempenhando na semiosfera a função comunicativa, criadora de sentidos (LOTMAN, 1996, 1999). Sobre tais textos incidem linguagens e códigos instituídos por uma matriz cultural, que, ao

⁶ Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>
Acesso em: 05 de agosto de 2018.

situar-se no núcleo da semiosfera, engendra normas rígidas baseadas tanto na cis-heterossexualidade compulsória quanto em mecanismos de subjugação de raça, classe social, territorialidade e outros marcadores sociais da diferença. Essa configuração situa as pessoas aqui estudadas nas regiões mais periféricas da semiosfera, ocupando espaços fronteiriços, marcados pela precariedade. A busca neste trabalho passa pela compreensão das interações dessas pessoas – entendidas como corpos-texto dissidentes e precários – nos territórios comunicacionais, atentando para os usos que fazem das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC⁷). No âmbito da comunicação digital, é possível dizer que essa condição precária revela-se, também, na insuficiência de acesso e uso das TIC.

Considera-se, pois, que a compreensão de uma tal condição social requer o desenvolvimento de um olhar multidirecional que abarque os tantos eixos de subjugação a que estão sujeitas essas mulheres. É preciso pensar não somente as questões que envolvem sexo/gênero em suas existências, mas também considerar as problemáticas de classe, raça e territorialidade que as atravessam, partindo, antes, do entendimento de que se trata de vidas interseccionalmente precárias. Assim sendo, busca-se focar menos a simples soma de cada um destes mecanismos de subjugação individualmente do que a observação dos efeitos produzidos pelas relações de poder em suas experiências. Para tanto, também, procura-se compreender as implicações do capitalismo em sua fase atual na precarização das condições de vida das pessoas, passando pela verificação do capitalismo periférico no Brasil e a nossa história escravocrata para compreender o conceito de ralé brasileira proposto pelo sociólogo Jessé Souza. A partir daí, encontro elementos possíveis para pensar as participantes como membros de uma trans-ralé brasileira.

Nesse sentido, a discussão da pesquisa se direciona para a seguinte questão problema: **de que formas mulheres da trans-ralé brasileira em situação interseccionalmente precária expressam sua participação e resistência nos territórios comunicacionais?**

A proposta de investigação passa pela combinação de eixos teóricos que dão a ver uma multiplicidade de relações capazes de expressar as experiências vividas pelas mulheres participantes. Essa abordagem teórica exige, por sua vez, a escolha de uma metodologia também multidirecional, fluida, que forneça ferramentas mais para

⁷ A partir da definição de Stevenson (1997), compreende-se por Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) os meios técnicos de comunicação, que incluem tanto as Tecnologias da Informação (TI) quanto as outras tecnologias responsáveis por operar e mediar a transmissão de mensagens, como telefonia, meios audiovisuais, mídias digitais e internet.

acompanhar do que para *representar*, *definir* ou *classificar*. Daí a opção por realizar uma cartografia.

Proposta por Deleuze e Guattari (1995a), a cartografia é parte de seu conjunto conceitual e está alinhada ao empreendimento dos autores em evidenciar outras possibilidades em relação aos paradigmas representacional clássico, cartesiano e da ciência moderna. Passos, Kastrup e Escóssia (2014) mostram que, etimologicamente, a palavra método está composta por *metá* = direção e *hódos* = caminho. Isso significa que, tradicionalmente, o método vem sendo entendido como um caminho a ser percorrido de acordo com direções (regras) determinadas previamente. Alinhada à perspectiva pós-estruturalista, o que a cartografia propõe é uma reversão do próprio método: não há regras rígidas iniciais determinando o caminho, ele se faz na experimentação e na atitude de pesquisar.

Por isso o entendimento de que a pesquisa cartográfica se propõe muito menos a representar objetos do que a acompanhar processos (BARROS; KASTRUP, 2014). Isso significa que a busca se dá mais pela intenção de compreender os processos em suas vicissitudes, em suas irregularidades, mutações constantes, sem uma preocupação com a representação. Por conseguinte, tampouco há regras fixas ou métodos estanques que predeterminam os caminhos e os relevos a serem decifrados.

Ademais, objeto e pesquisador/a estão completamente inter-relacionados: não existe a negação da subjetividade de quem pesquisa, nem o distanciamento do objeto. Um dos procedimentos que podem ser adotados na cartografia é a pesquisa de campo. Justamente por essa abertura às percepções e relações entre objeto e pesquisador/a, ir a campo se revela na intenção de “conhecer com a cognição ampliada, isto é, aberta ao plano dos afetos” (POZZANA; KASTRUP, 2014, p. 61). Afetos, encontros e questionamentos mobilizam-se todo o tempo, conforme o processo de pesquisa vai sendo efetuado. Assim, antes mesmo de que eu tivesse estado pessoalmente com as pessoas que participaram deste trabalho, afetos e encontros já estavam sendo mobilizados no meu processo de pesquisa, e desde então a cartografia já vinha sendo desenvolvida. Ao longo do texto, observaremos essa aproximação à cartografia através da proposição de Virgínia Kastrup (2014) de que a atenção do/a pesquisador/a varia entre quatro momentos: *rastreio*, *toque*, *pouso* e *reconhecimento atento*.

Além da variação atencional, a cartografia conduz à produção de um mapa (ou mapas), que, como preconizam Deleuze e Guattari (1995a), é múltiplo, desmontável e modificável,

[...] pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação. [...] Um mapa tem múltiplas entradas contrariamente ao decalque que sempre volta “ao mesmo” (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, p. 22).

Esses mapas se constituem em um processo de produção, um sistema movente, com múltiplas características, que, como veremos a respeito do conceito de rizoma, possui linearidade para n direções possíveis. Daí porque, inclusive, cada mapa cartográfico é único e está atrelado ao olhar da/o pesquisador/a, pois se forma justamente no processo, conforme as inquietações e os afetos vão surgindo.

A proposta aqui é a de elaborar mapas descritivos e imagéticos que deem a ver relevos habitados pelas mulheres participantes, expressando suas linhas de segmentaridade, possíveis linhas de fuga, desterritorializações, resistências, reterritorializações e reestratificações que vão-se ambientando nesses territórios. Não tenciono, entretanto, apontar um entendimento último e finito sobre os processos vividos por elas, tampouco representá-las como num decalque, nem muito menos desenvolver um estudo genérico aplicável a outras pessoas em condições semelhantes. O intento é, sim, o de cartografar *uma* das muitas paisagens possíveis, visando a contribuir para *uma* compreensão de como acontecem suas expressões no âmbito da comunicação, mas não somente.

Na cartografia também é possível exercitar formas de escrita mais abertas ao plano dos afetos. Opto por escrever em primeira pessoa, na medida em que também sou participante da pesquisa – não há separação nem a negação das intervenções mútuas entre objeto e pesquisador/a. Nesse sentido, é importante situar minha condição como pesquisadora-participante desta investigação, ao falar desde o lugar de uma mulher cisgênera, lésbica, branca, de classe média, e que teve acesso à educação de boa qualidade em escolas e universidade públicas; privilegiada em diversos aspectos, portanto. Uma abertura ao plano dos afetos contribui também para que a experiência de pesquisa seja mais despretensiosa, mais consciente dos lugares de fala, mais aberta a aprender com as paisagens construídas pelas participantes, mais receptiva à reelaboração de nossas premissas e hipóteses pré-estabelecidas.

Pensando nessa forma de escrita apoiada no plano dos afetos, busco reproduzir citações diretas das participantes sempre que possível, retiradas de entrevistas gravadas que fizemos ou de conversas que anotei no diário de campo ou que guardei na memória.

Também nos trechos do diário de campo, fiz a tentativa de desenvolver uma escrita menos rígida, mais literária, mais preocupada em deixar serem percebidas as sensações, os desconfortos, as precariedades, as esperanças, os afetos. No texto, aquilo que for relativo a descrições do diário de campo está marcado com um *[DC]* no início, e pode conter impressões minhas e falas das participantes retiradas de entrevistas.

Ao longo do texto e dos mapas, aparecem os territórios habituais de convívio onde as acompanhei na cidade de Porto Alegre, dentre os quais estão a Associação Cultural e Beneficente Ilê Mulher (onde fui autorizada a realizar observações de oficinas de inclusão digital frequentadas pelas participantes), o Restaurante Popular (também chamado “bandejão”), o Centro Pop (instituição de assistência diurna a pessoas em situação de rua) e os albergues onde as participantes eventualmente passam as noites.

A escolha por realizar uma cartografia busca, então, encontrar as lentes múltiplas a partir das quais é possível observar corpos também múltiplos, não estanques e atravessados por vários marcadores sociais da diferença – não podendo, portanto, ser circunscritos em uma ou outra categoria identitária, nem em uma ou outra categoria de vulnerabilidade/precariedade.

Para se chegar a uma melhor compreensão a respeito dos conceitos acionados para a cartografia e sua relação com o objeto-processo, serão trazidas proposições de Deleuze e Guattari e Michel Foucault. Como procura-se apontar ao longo do texto, refletir desde a perspectiva da filosofia da diferença e do pós-estruturalismo sugere valorizar a fuga aos modelos estanques, às identidades fixas, à representação por semelhança. Significa, também, desconstruir a dicotomia igualdade/identidade *versus* diferença, desconstruir as oposições binárias que incidem sobre as experiências dos indivíduos criando hierarquias e, também, sugere perceber *como* as relações de poder se articulam para produzir estas hierarquias. Ocorre que tentar entender esse *como* passa por uma mirada também interseccional, pois os jogos de poder se interseccionam produzindo e mantendo as subalternidades e precariedades. Essa perspectiva pode oferecer suporte, também, para compreender as resistências engendradas pelas participantes, suas desterritorializações, linhas de fuga, desejos, potência de vida, as formas encontradas por elas para sobrepujar sua precariedade em diferentes níveis.

Isto posto, serão elencados, na seção 1.1, os objetivos da pesquisa. O capítulo 2, intitulado *Um pouso em direção ao campo: territórios comunicacionais, teóricos e metodológicos*, inicia com o primeiro mapa, que traz fragmentos de biografias das oito participantes. Logo após, aprofundam-se alguns eixos teóricos, passando por um estudo

da cartografia como teoria-método, pelos procedimentos metodológicos adotados, por conceitos de Deleuze e Guattari e de Michel Foucault e pela Semiótica da Cultura para a construção dos mapas (seções 2.1 e 2.2). Ainda no capítulo 2, apresenta-se o *Mapa Territorialidades*, que traz os territórios físicos e existenciais habitados pelas participantes, evidenciando as relações estabelecidas por elas no que diz respeito a estratégias de sobrevivência, de trabalho e suas desterritorializações.

O capítulo 3, intitulado *Interseccionalidade rizomática: a trans-ralé em potência*, tem na seção 3.1 uma recuperação no eixo diacrônico de aspectos dos feminismos e a vertente que deu origem à interseccionalidade, propondo pensar essa última perspectiva à luz do rizoma. Na seção 3.2, evocam-se autoras/es da terceira onda feminista e dos estudos *queer* para uma compreensão de como tais teorias podem ser concatenadas à interseccionalidade, pensando na relevância política de nomear as identidades/diferenças transexuais e travestis. Em seguida, aparece o *Mapa Semiosfera das dissidências de sexo/gênero/sexualidade*, em que se busca evidenciar de que formas as mulheres trans e travestis em situação de rua se encontram mais subalternizadas em relação a outras identidades/diferenças e classes sociais. A seção 3.3 trata das proposições de Butler (2016, 2017) a respeito da vulnerabilidade e da precariedade. A seção 3.4 traz aspectos do capitalismo financeiro periférico e como esse contexto intensifica a produção de sujeitos “sobrantes” e, no Brasil, da trans-ralé. Finalmente, na seção 3.5, apresentam-se resistências e potências de vida engendradas pelas participantes.

No capítulo 4, intitulado *Territórios dos usos das TIC*, discutem-se, na seção 4.1, as perspectivas de inclusão e de emancipação digital. A seção 4.2 traz os relatos do diário de campo sobre as cinco oficinas de inclusão digital que desenvolvemos na Associação Ilê Mulher. Logo após, está o *Mapa Agenciamento dos usos das TIC*, que busca mostrar os agenciamentos percebidos durante as oficinas e durante o tempo em que convivi com as participantes. Por último, no capítulo 5, estão as *Considerações finais*.

Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEP-UFRGS) com o título “Interações Comunicacionais de Pessoas Interseccionalmente Precárias e de sexos/gêneros/desejos não-normativos”.
CAAE: 01444718.8.0000.5347

1.1 Objetivo

Verificar de que formas mulheres da trans-ralé brasileira em situação interseccionalmente precária expressam sua participação e resistência nos territórios comunicacionais.

1.1.1 *Objetivos-pista*

Com Passos, Kastrup e Escóssia (2014, p. 13), é viável pensar em pistas ao invés de regras, evitando a rigidez dos modelos prévios: “as pistas que guiam o cartógrafo são como referências que concorrem para a manutenção de uma atitude de abertura ao que vai se produzindo e de calibragem do caminhar no próprio percurso da pesquisa”. Aqui, propõe-se elencar objetivos que mais remetem a pistas (descritas abaixo) do que a regras/direções bem delimitadas e ancoradas nas metodologias tradicionais. Essa “atitude de abertura” visa a tornar os objetivos da pesquisa menos impermeáveis já de início, e a aventar a possibilidade de que eles não tenham uma hierarquia definida, de que sejam diluídos em outras pistas e combinados a outros questionamentos.

- Cartografar singularidades dos territórios de mulheres da trans-ralé brasileira em sua precariedade interseccional, verificando movimentos construídos rizomaticamente.
- Avaliar que usos estas pessoas fazem das TIC no ciberespaço (forma de comunicação mais usada por elas), problematizando a precariedade de acesso e uso da comunicação digital por, pelo menos, dois eixos: opressão e linha de desterritorialização.
- Averiguar os percursos que engendram a inserção dessas mulheres no território específico de uma trans-ralé brasileira, identificando de que formas agenciamentos interseccionais as constituem.

2 UM POUSO EM DIREÇÃO AO CAMPO: TERRITÓRIOS COMUNICACIONAIS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Mapa Fragmentos de Biografias

Ao longo dos dez meses em que venho tendo contato com pessoas trans em situação de rua, tive a oportunidade de conhecer oito mulheres, com as quais consegui desenvolver maior ou menor conexão.

A dinâmica da rua, devido à precariedade a que as pessoas ficam submetidas, acarreta um estado não só de carência material e de direitos sociais, senão também carência de um grau mínimo de estabilidade. Não há nada minimamente garantido, é preciso lidar diariamente com a efemeridade das coisas e até das pessoas. Num dia, elas podem ter o que comer e onde dormir; no dia seguinte é preciso conquistar de novo. Essa falta de uma mínima estabilidade, no entanto, só é notada numa situação como a delas: quando não se tem. Eu não compreendia isso até começar a conviver com estas mulheres. Ao longo destes meses, por exemplo, duas delas simplesmente desapareceram dos territórios onde antes haviam estabelecido conexões. Ninguém sabe dizer ao certo onde podem estar Laura e Gisele, ou o que lhes aconteceu: nem as instituições de cujo serviço elas dependiam, nem as colegas da rua. Elas desapareceram sem deixar rastro – ou, mais provavelmente, não houve vínculos, nem afetos nem agenciamentos que tivessem sido capazes de viabilizar a procura pelo seu rastro.

Além disso, há a carência dos aparatos tecnológicos de que dispomos atualmente que podem facilitar o encontro e a comunicação. No caso de Gisele e Laura, não existe um número de telefone celular para o qual eu possa ligar para conversar com elas, perguntar onde estão, se estão bem, se precisam de alguma coisa. Tampouco existe um perfil nas redes sociais onde eu possa deixar uma mensagem, que sabe-se lá se seria lida algum dia, mas ao menos seria um rastro de vínculo, um agenciamento remanescente de um contato, um encontro em potência. Também não é possível recorrer às famílias, perguntar à mãe ou a um irmão, seja porque elas não informaram os endereços de pessoas da família, seja porque essas relações já foram há muito deterioradas, apagadas no tempo.

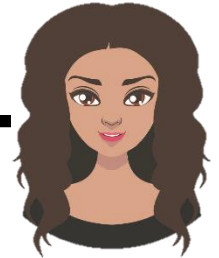
Dessa maneira, esta pesquisa se desenvolveu adaptando-se às contingências e à efemeridade das relações na rua, numa dinâmica conturbada que tem me afetado profundamente. Num dia, eu sei que posso contar com a convivência delas, mas é possível que na semana seguinte eu não as encontre e não venha a saber mais nada sobre elas.

Assim, desenvolvi aproximação com algumas, não consegui me aproximar do mesmo modo de outras, e perdi totalmente o contato com outras delas.

Por esse motivo, também, esta pesquisa não conta com uma “amostra” fixa do início ao fim, tampouco houve um tempo de convivência semelhante com cada uma delas. Nos dias em que marcamos as oficinas de inclusão digital, por exemplo, algumas estavam presentes, outras não. Quando eu vou procurá-las nos “territórios de sobrevivência” (locais que elas frequentam com maior regularidade – serão aprofundados no *Mapa Territorialidades*), às vezes encontro apenas uma ou duas, às vezes não encontro nenhuma. O que houve, sim, foi um período em que eu consegui conviver por mais tempo com três delas: Carla, Júlia e Malu. Foram estas que participaram com mais frequência durante as observações nas oficinas de inclusão digital, e com quem eu tive mais contato também. Com Amanda, Gisele, Laura, Jussara e Rafaela, a convivência foi menos aprofundada (isso se deu por diversas razões que procuro contar nos fragmentos de biografia de cada uma, mais adiante), mas foram encontros tão importantes quanto os que mantenho com Carla, Júlia e Malu. Logo, em vez de cartografar somente as regularidades – e então dar a ver apenas as três primeiras mulheres –, opto por trazê-las todas para esta cartografia, assim como todas elas também optaram por compartilhar fragmentos de suas vidas comigo, em maior ou menor intensidade, durante mais ou menos tempo.

Das participantes, Amanda foi quem eu conheci primeiro. Tem 30 anos, é branca, baixinha, bastante magra, cabelo cacheado castanho na altura dos ombros, muito solícita e calma. Ela é analfabeta, e não tem acesso nem faz qualquer tipo de uso das tecnologias digitais. Amanda também não tem documentos, o que a impede de acessar as instituições de assistência à população em situação de rua (o que inclui os albergues, o Centro Pop e também o Ilê Mulher). Devido a isso, ela geralmente fica em uma pensão, ao custo de 20 reais a diária. Quando não tem dinheiro, faz serviços de limpeza na pensão em troca de estadia, ou mesmo dorme na rua. Assim, nesta pesquisa, Amanda não pôde participar das oficinas de inclusão digital, mas sua participação deu-se ao ter aceitado compartilhar momentos de sua vida comigo.

Amanda é natural de Belo Horizonte, mas está há muitos anos em Porto Alegre. Diz que nem lembra quando foi a última vez que viu a família, com quem ela não tinha uma relação boa. Ela conta que é usuária de crack e portadora do vírus HIV. Para sobreviver, passa os dias pedindo ajuda às pessoas nas ruas de bairros de classe média da cidade. Existem algumas pessoas, a quem ela chama de “padrinho” e “madrinha”, que a ajudam regularmente. Também costuma ficar na porta de supermercados pedindo comida ou ração para sua cachorrinha, que foi resgatada por Amanda depois de ter sido abandonada.



Amanda

É uma das meninas que não mais frequentam os albergues nem as instituições, e que ninguém sabe dizer ao certo para onde foi. Algumas colegas da rua dizem que ela precisou desaparecer porque estaria sendo perseguida pela polícia. Alta, magra, negra, 27 anos, usava o cabelo curto e preso. Muito brincalhona, de risada solta, bom humor. Soropositiva, obtinha o coquetel antirretroviral no posto Santa Marta, mas às vezes passava longos períodos sem se medicar. Relatou que de vez em quando usava crack, mas mais maconha e álcool. Durante meio período, trabalhava num galpão de reciclagem. Esporadicamente também se prostituía, mas é algo que ela odeia fazer. “Só consigo fazer programa se tô bêbada”, afirmou Gisele certa vez. Ainda tinha vínculo com alguns familiares (mãe e irmãos), que moram na região metropolitana de Porto Alegre, mas preferia ficar na rua, pois assim tinha mais liberdade e evitava brigas em casa. Embora a família aceite sua transexualidade, o convívio era difícil.

Explicou que raramente usava a internet e não tinha celular, mas que às vezes ia ao Ilê para as oficinas de inclusão digital. Toda orgulhosa, me contou que tinha sido escolhida por umas psicólogas para ser facilitadora social num projeto com outras pessoas em situação de rua. Pelo fato de conhecer quem mora na rua, era ela quem abordava as pessoas e convidava para o projeto. Também já havia participado de palestras na ONG Igualdade RS, sobre direitos de pessoas trans e sobre AIDS. Não tive tempo de observá-la nas oficinas, pois quando iniciamos ela já não estava presente. Tivemos apenas alguns encontros e conversas.

Um dia, encontrei Gisele em frente ao bandejão. Estava machucada, caminhava mancando. Perguntou se eu podia conseguir para ela algum remédio contra dor, porque tinha sido agredida na rua, de madrugada, havia dois dias. Disse que estava bêbada, lembrava de um homem batendo nela, mas não tinha provocado briga.

– Você pensou em ir no Santa Marta? – perguntei.

– Já fui, mas desisti porque ia demorar muito pra me atenderem.

– Por que você acha que o cara te bateu?

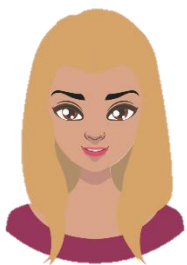
Gisele não sabia o motivo, afinal, contou que não tinha dito nada a ele que pudesse ter provocado uma briga. Perguntei se ela achava que podia ter alguma relação com o fato de ela ser trans. Ela ficou pensativa.

– Acho que não – respondeu, depois de alguns segundos.

Fomos juntas a uma farmácia comprar o remédio, que ela sabia pelo nome. Precisava ser um para dor forte.



Gisele



Jussara

Jussara é muito sincera, fala o que pensa. Tem 25 anos, estatura baixa, cabelo na altura dos ombros pintado de loiro. É branca, gordinha, usa as sobrancelhas bem marcadas de lápis preto. Ela não quis participar das oficinas de inclusão digital, mas nos encontramos algumas vezes na rua e conversamos um pouco. Ela também é trabalhadora do sexo e frequenta os mesmos “territórios de sobrevivência” que as outras colegas trans.

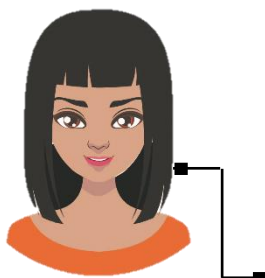
Me contou que durante as eleições de 2018 ia aproveitar para ganhar um dinheiro extra e trabalhar distribuindo santinhos. Tem um namorado, a quem ela chama de marido, que àquele momento estava preso, e de quem ela demonstra ter bastante ciúme. Não contou nada em profundidade sobre sua família nem sobre sua vida. Tentei me aproximar de Jussara, mas percebi que ela não tinha interesse em compartilhar muita coisa comigo, então não insisti.

Quando nos conhecemos, Laura tinha recém saído do sistema prisional. Poucas semanas depois, fiquei sabendo através das outras participantes que ela havia desaparecido dos locais habituais de convívio. Algumas das colegas acham que ela foi presa de novo. Tem 23 anos, é alta, magra, branca, usava preso no alto da cabeça o cabelo loiro escuro cacheado. Nos vimos apenas uma vez e conversamos pouco.

Me contou, entre outras coisas, que estava dormindo no Albergue Municipal e que é soropositiva. Ela costumava usar a internet nas oficinas de inclusão digital do Ilê Mulher e também quando ainda tinha seu smartphone, que foi roubado. Laura aceitou participar da pesquisa, e combinamos que nos encontraríamos de novo numa quarta-feira, perto das 13h em frente ao Ilê, num dia de oficina. Depois disso, não mais a vi.



Laura



Malu

Malu tem 20 anos, estatura mediana, cabelo escuro com corte no estilo Chanel, franja, olhos grandes castanhos. É magra, branca, nasceu e cresceu em Uruguaiana/RS. Costuma usar bermudas jeans curtas com blusinhas, bermudas de cós alto com cropped. “Gosto de andar bem babadeira e maquiada”, me disse um dia. É uma das três participantes com quem pude conviver mais. Desde criança teve problemas na família: já tinha trejeitos femininos, e os pais não aceitavam. Com 12 anos, pensava que era um menino gay. Apanhava muito dos pais.

– Um dia eu matei aula mas meu pai me seguiu, me pegou na rua do lado da escola e me bateu muito, me espancou. Depois, me chamaram na diretoria e disseram que já tava tendo muitos casos de agressão. Eles viam que eu chegava toda roxa na escola – conta.

Devido à situação de risco no seio familiar, Malu foi enviada pelo Conselho Tutelar para viver em um abrigo, aos 12 anos. Ela ficou na instituição por oito meses. Durante este tempo, o pai teve câncer e faleceu. Ela foi mandada de volta para casa para ficar com a mãe e a irmã, mas a relação conturbada com a mãe continuava.

– Com 15 anos comecei a querer sair pra festa de noite, e minha mãe não deixava. Eu comecei a conviver com amigas travestis, então decidi que ia ser uma travesti, uma transexual. Aí comecei a usar roupa feminina, a deixar o cabelo crescer, me hormonizar. Mas na frente da minha mãe eu não usava roupa de mulher.

Escondida da família, Malu participou de um concurso de beleza entre mulheres trans em Uruguaiana e conquistou o primeiro lugar. O concurso foi notícia na TV local, e não deu outra: toda a sua família viu. Foi assim que a mãe ficou sabendo de sua transexualidade. “Aí minha vida virou um inferno”, conta Malu, “voltei para o abrigo porque não dava mais”.

Entendendo que Malu já não tinha nenhum apoio familiar, a diretora do abrigo conseguiu junto ao INSS uma pensão de um salário mínimo, que ela recebe até hoje. O diagnóstico do médico que fez a perícia: esquizofrenia e “disforia de gênero”.

– Mas não sou esquizofrênica. Não escuto vozes nem nada. Acho que foi um jeito de eu conseguir a pensão, quando ser trans ainda era considerado doença – explica ela, que demonstra ter bastante conhecimento sobre a transexualidade, sobre os tipos de tratamento hormonal e sobre os direitos das pessoas trans.

Ela conta que veio para Porto Alegre com 18 anos, após deixar o abrigo:

– Eu sempre ouvia dizer que em Porto Alegre dava pra fazer cirurgia, dava pra colocar peito. Mas qual era a realidade? Eu queria vir pra cá pra me prostituir, pra conseguir dinheiro pra bombar meu corpo.

Quando chegou na capital, não conhecia ninguém, e acabou ficando na rua. Começou a usar cocaína e outras drogas, mas diz que não chegou a usar crack. Gastava todo o dinheiro da pensão e do trabalho na prostituição para se drogar. Há um ano está sóbria.

Quando a conheci, ela tinha um smartphone, que havia comprado usado. Malu estudou até o primeiro ano do ensino médio.

– Eu queria voltar a estudar – conta –, queria fazer veterinária ou zootecnia. Quando teve ENEM eu pensei: podia ser eu lá fazendo. Mas é difícil, agora vou ter que correr atrás do prejuízo.

Em frente ao Albergue Municipal, Malu conheceu o atual namorado. Ele é um homem cis, também estava em situação de rua e também é ex-dependente químico:

– Eu gosto muito dele porque ele sempre pergunta se eu tô com frio, se eu tô com fome. Já falou que quer voltar pra Uruguaiana comigo e trabalhar lá. É bom em cidade pequena porque a gente fica longe dessa fuzarca, tem menos droga. Ele nunca me deixou passar fome. É o legítimo... assim, sabe, o legítimo homem da casa. Não deixa faltar nada. Já falou até em adotar uma criança. Quando ele ganha dinheiro a gente vai dormir em pensão, mas depois volta pra realidade.

Algumas semanas depois de ela ter me contado isso, foi agredida e roubada pelo namorado. Há mais detalhes sobre o que aconteceu no Mapa Territorialidades.

Carla é outra das três participantes com quem convivi por mais tempo. Ela nasceu e foi criada numa pequena cidade do interior do Paraná, o que explica o sotaque típico paranaense com o R puxado. Das oito participantes, é uma das poucas que sempre teve apoio dos pais em relação à transexualidade e que mantém fortalecidos os vínculos familiares. Tem 26 anos, estatura mediana, é branca, nem gorda nem magra, está sempre sorrindo. Gosta de usar roupas mais justas, deixando aparecer a barriga. Quando nos conhecemos, usava uma peruca roxa. Contou que prefere usar peruca porque seu cabelo estava curto e porque não gosta muito dele.

– É bom usar peruca pra fazer programa, chama atenção – disse certa vez, enquanto me mostrava outra peruca loira que havia ganhado de uma amiga da rua.

Muito calma, tímida e meiga, não consigo imaginar como ela agiria em um momento de raiva. Depois de acompanhá-la por alguns meses, percebi que esse é seu jeito mesmo: Carla é daquelas pessoas que parecem não se estressar com nada.

Ela é a única entre as participantes que concluiu o ensino médio, e usa pouco as TIC, apenas a internet no Ilê ou no SESC.

– E como você saiu do Paraná e veio pra Porto Alegre? – perguntei.

– Me falaram que aqui era grande, que tinha bastante trans, bastante coisa pra fazer. E também por causa do Clínicas, né? Porque eu quero fazer a cirurgia [de redesignação sexual, oferecida no Hospital de Clínicas pelo SUS]. Mas antes daqui eu fiquei um tempo em São Borja.

– Ah, me conta como foi isso!

– Eu conheci um coroa pela internet, um professor de música. Ele falou que era pra mim vir morar com ele. Então eu saí de lá, vendi umas coisinhas e vim tentar uma vida nova. Ele me tratava super bem mas só que aí nós terminou e eu vim pra cá.

– E como você ficou em situação de rua?

– No começo eu ficava numa pensão, só que daí o dinheiro foi acabando, comecei a vender minhas coisas, vendi até um celular que eu tinha. O dinheiro que eu ganhava com os programas não tava dando. Tentei arrumar um emprego, fui no SINE, mas nunca me chamaram. Então eu já conhecia outras trans que moravam na rua [ela se refere a Gisele e Malu], sabia que tinha os albergues, daí vim parar na rua.

Os maiores sonhos de Carla são, nesta ordem: (1) conseguir o tratamento para fazer a cirurgia de redesignação; (2) casar e ter uma casa, sendo que o marido não pode usar drogas nem beber demais; e (3) conseguir fazer a retificação do nome nos documentos. Este último estamos providenciando, e a casa ela também já conseguiu. Contamos mais sobre isso no Mapa Territorialidades.



Carla



Rafaela

Rafaela é mais fechada, prefere não falar muitos detalhes de sua vida. Além disso, tem uma rotina um pouco mais nômade que a das colegas: não tem uma constância em dormir nos albergues e frequentemente dorme na rua, em lugares diferentes. Tampouco frequenta o Ilê e o Centro Pop com a mesma regularidade que as outras participantes. É alta, magra, tem 23 anos, cabelo loiro escuro liso e comprido, olhos castanhos. Costuma usar roupas justas, short jeans e saias curtas.

Nos conhecemos no primeiro dia de oficina de inclusão digital, ela foi levada por Malu e Carla. Tem um perfil no Facebook, mas não acessa muito a internet; quando usa, vai até o Ilê ou o SESC, pois não tem celular. Ela estudou até a sétima série do ensino fundamental. Me contou que ficou um tempo em Novo Hamburgo numa casa de passagem – instalação semelhante aos albergues da capital, mas com melhor infraestrutura – e que queria voltar para lá. Também é trabalhadora do sexo, mas disse que se pudesse, preferia ter um emprego com carteira assinada. Já tinha ido ao SINE procurar trabalho, mas nunca foi chamada. Não tem vínculo com a família, diz estar em situação de rua há vários anos e usa crack.

Rafaela demonstra ter grande preocupação com as transformações do corpo, contou que toma hormônios mas não nota a diferença, então costuma ingerir várias doses de uma só vez. Isso faz com que seu humor oscile muito. Durante as oficinas em que ela participou, procurei conversar sobre o tema e incentivá-la a buscar informações. Há mais detalhes sobre esse processo no capítulo 4.

Júlia tem 18 anos, é negra, bastante magra, estatura mediana, usa o cabelo raspado curtinho, às vezes com um lenço ou fita colorida na cabeça. Nos conhecemos no primeiro dia de oficina no Ilê, ela também tinha sido convidada por Malu e Carla, e aceitou participar da pesquisa.

Quando Júlia e o irmão mais novo nasceram, os pais já se encontravam em situação de rua em Porto Alegre. Ela relatou que na infância sofria abuso sexual do avô. Ainda crianças, os dois irmãos foram enviados a um abrigo na capital; ambos praticamente cresceram na instituição. A mãe faleceu quando ela tinha aproximadamente 6 anos. Julia é semialfabetizada, sabe assinar o nome e lê e escreve muito precariamente. Durante a adolescência, vez ou outra, saía do abrigo e ia se juntar ao pai, que ainda estava em situação de rua e traficava droga para sobreviver. Muito apegada ao pai, ela fala dele sempre com muito carinho:

– Ele não me deixava usar droga, todo mundo usando e ele me protegia. Meu pai cuidava de mim, nunca deixava faltar comida.

Julia diz que sempre gostou de meninos, mas foi na adolescência que percebeu que era transexual, e então passou a usar roupas mais femininas e a adotar um nome feminino. No abrigo, ela não teve problemas ao revelar sua transexualidade, e o pai também a acolheu. Aos 16 anos, Julia deixou o irmão no abrigo e foi definitivamente viver com o pai na rua; eles costumavam dormir sob um viaduto na Cidade Baixa, o pai continuava traficando e ela catava latinhas de alumínio para vender. Foi nessa época que ela passou a usar crack e desenvolveu dependência. Também nessa época ela foi presa e o pai veio a falecer. Essa passagem está melhor detalhada no capítulo 3.

Depois que saiu da prisão, Júlia estava à própria sorte. Sozinha e sem ter para onde ir, foi viver na rua. Ela perdeu todos os documentos, mas conseguiu registrar um boletim de ocorrência, o que já serviu como documento para que sua entrada fosse permitida nos albergues e no Centro Pop. Quando nos conhecemos, havia poucas semanas que ela estava frequentando essas instituições e que havia feito amizade com as outras meninas trans em situação de rua. Logo em nossa primeira conversa, contou que estava sobrevivendo com a ajuda das instituições e pedindo comida às pessoas nas ruas e em frente a supermercados.

Ao longo do trabalho, menciono como me aproximei dela durante os meses seguintes e como ela foi aprofundando a dependência de crack. Atualmente Julia está suspensa dos albergues e do Centro Pop, se encontra bastante precarizada, mas não aceita ajuda para tratar a dependência química.



Júlia

2.1 A cartografia como teoria-método que acompanha processos

Nesta seção, serão explorados elementos teórico-metodológicos da cartografia, buscando apontar caminhos e pistas para a elaboração dos mapas. Além disso, aparecem trechos do diário de campo que mostram momentos de encontro com as participantes, ao mesmo tempo em que estes momentos são relacionados com a perspectiva metodológica.

Primeiro, evidenciam-se aspectos do pensamento de Gilles Deleuze e Félix Guattari, cuja contribuição motivou outros/as autores/as na construção da cartografia como método. Assim, na trilha deixada pelos filósofos, pesquisadores e pesquisadoras brasileiros/as⁸ têm buscado desenvolver a cartografia como percurso teórico-metodológico que possibilite o estudo do caráter processual dos fenômenos, acompanhando suas especificidades e movimentos. Isso porque o paradigma representacional e os modelos da ciência moderna já não dão conta da necessidade de apreender os objetos em sua sintonia indubitável com o/a sujeito pesquisador/a – precisamente, estes paradigmas preconizam o distanciamento máximo do pesquisador com respeito ao objeto:

Diferente do método da ciência moderna, a cartografia não visa isolar o objeto de suas articulações históricas nem de suas conexões com o mundo. Ao contrário, o objetivo da cartografia é justamente desenhar a rede de forças à qual o objeto em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente. Para isso é preciso, num certo nível, se deixar levar por esse campo coletivo de forças. (POZZANA; KASTRUP, 2014, p. 57)

É nesse contexto de enfrentamento às visões de mundo universalistas, dicotômicas e representacionais que, em *Mil Platôs*, Deleuze e Guattari introduzem o conceito de rizoma. Na botânica, o rizoma constitui-se de uma configuração caótica, possuindo hastes que se espalham como redes, sem um eixo principal – ao contrário da estrutura encontrada na raiz e na árvore. Nas palavras dos autores, o rizoma

[...] não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes de direções moveidças. Ele não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda. Ele constitui multiplicidades lineares a n dimensões, sem sujeito nem objeto. [...] o rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, p. 31).

⁸ No Brasil, destacam-se os trabalhos de autoras/es como Suely Rolnik, Virgínia Kastrup, Eduardo Passos, Liliana da Escóssia e Regina Benevides de Barros (no campo da psicologia); na articulação da cartografia com o campo da comunicação destacam-se estudos de Nísia Martins do Rosário e Lisiane Aguiar.

O funcionamento do rizoma está atrelado a características que os autores sublinham como princípios. São eles: princípios de *conexão e de heterogeneidade* (que garantem a capacidade de qualquer ponto em um rizoma conectar-se a qualquer outro); de *multiplicidade* (em si mesma cambiante, capaz de se metamorfosear, revelando linhas de fuga e desterritorializações, e capaz de denunciar as pseudomultiplicidades arborescentes); de *ruptura a-significante* (rupturas podem ocorrer no rizoma, através de linhas de fuga e desterritorializações – mas há sempre o risco de reestratificação, de que o poder do significante seja restabelecido); e, por fim, de *cartografia* e de *decalcomania* (o decalque está para a lógica da árvore-raiz, reproduzível ao infinito e da ordem da representação, enquanto que a cartografia está para o rizoma, pode ser expressa em um mapa também múltiplo, que não se pretende representacional). (DELEUZE; GUATTARI, 1995a)

Passos, Kastrup e Escóssia (2014, p. 9) salientam que a organização do livro *Mil Platôs*, dos filósofos franceses, é uma espécie de síntese do pensamento originado na proposta rizomática da cartografia. Para os autores, *Mil Platôs* é proposto como texto-agenciamento, como livro-multiplicidade, sem necessariamente possuir coerência, unidade: “há uma clara recusa à organização que é própria do livro-raiz, livro que se estrutura como se fizesse o decalque do que quer tratar [...], que trata da realidade de ‘seu objeto’ como se só pudesse representá-la”.

Assim, em síntese, de acordo com Nísia Martins do Rosário (2016, p. 193), a cartografia está baseada numa concepção de ciência segundo a qual não há generalizações, não há visões de mundo totalizantes nem a rigidez dos métodos; ela é, sim, “singularizante, díspar e construída sobre a multiplicidade”. É nesse sentido que, na perspectiva da cartografia, pesquisar é muito menos representar objetos do que acompanhar processos (BARROS; KASTRUP, 2014) e, conseqüentemente, não há regras fixas, métodos estanques que predeterminam os caminhos e os relevos a serem decifrados.

Esse trilhar metodológico que acontece guiando-se por pistas revela, por sua vez, um entendimento do percurso de pesquisa, do território e do objeto como sendo instâncias processuais, abertas, que se dão em curso.

O próprio território presente é portador de uma espessura processual. A espessura processual é tudo aquilo que impede que o território seja um meio ambiente composto de formas a serem representadas ou de informações a serem coletadas. [...] O objeto-processo requer uma pesquisa igualmente processual e a processualidade está presente em todos os momentos [da pesquisa]” (POZZANA; KASTRUP, 2014, p. 57-58)

A despeito de sua característica processual, em que não há a preconização de regras rígidas na aplicação do método, Rosário (2016) lembra que a cartografia não prescinde do rigor científico, ou seja, é preciso que o/a pesquisador/a tenha um planejamento, um roteiro inicial que, embora aponte para uma certa sistematização metodológica, permanece aberto a ser modificado conforme os tensionamentos da pesquisa forem surgindo.

Tendo em vista essa característica processual da investigação, Kastrup (2014) teoriza sobre as variações da atenção do/a cartógrafo/a e as diferentes formas como ela é aplicada em campo. Segundo a autora, a atenção do/a pesquisador/a-cartógrafo/a se desenvolve por meio de uma concentração sem focalização, e ocorre em quatro momentos: o *rastreio*, o *toque*, o *pouso* e o *reconhecimento atento*. Essas variações da atenção atravessam o processo metodológico desta pesquisa.

O *rastreio* corresponde a uma exploração inicial do terreno, em que mantém-se a atenção aberta e sem foco, em suspensão, buscando localizar pistas e signos de processualidade, sem que a atenção se volte às inclinações pessoais ou aos referenciais prévios da/o pesquisador/a. Nesse processo, “tudo caminha até que a atenção, numa atitude de ativa receptividade, é tocada por algo” (KASTRUP, 2014, p. 42). O *toque*, então, não é resultado da escolha da/o cartógrafa/o, mas algo que se destaca e salta à atenção, no âmbito das sensações, adquirindo relevo em relação ao conjunto. Esse novo relevo suscita novas processualidades a serem exploradas mais de perto.

O rastreio para esta pesquisa de mestrado teve início quando dos meus primeiros contatos com questões relacionadas a pessoas LGBT em situação de vulnerabilidade e suas interfaces com a comunicação. Busquei leituras de diversas fontes e em diversos meios – leituras acadêmicas voltadas aos estudos de gênero, aos estudos *queer*, às questões trans, aos feminismos, leituras de matérias veiculadas na mídia tradicional, nas redes sociais, opiniões de pessoas, conversas com amigos/as, conversas em aula com colegas, professoras/es e orientadora, trocas de ideias no grupo de pesquisa. Neste período, estive mais buscando pistas e tentando expandir o conhecimento a respeito destes temas do que propriamente procurando algum objeto empírico específico – até que minha atenção foi tocada por algo.

No início de 2017, ao passar em frente a um supermercado de classe média em Porto Alegre, presenciei uma cena não rara. Sentada ao lado de um contêiner de lixo, na calçada em frente ao supermercado, estava uma pessoa pedindo comida a quem passava.

Ela tinha uma voz aguda, uma barba rala, o cabelo de comprimento médio amarrado. Deduzi que era uma mulher trans, ou travesti, provavelmente em situação de rua.

Pude notar os olhares das pessoas de quem ela havia conseguido alguma atenção. Eram olhares que pareciam mesclar-se em nojo, ódio e pena. Não consegui parar para ajudá-la nem para ficar observando, e segui caminho atordoada. Uma profusão de sensações e afetos me invadiram – era o momento do primeiro toque, tão intenso quanto imprevisível, saltando à minha atenção. A vulnerabilidade explícita de uma pessoa atravessada por tantas discriminações se fazia em relevo diante de mim, e sem que eu me desse conta totalmente, já estava fazendo cartografia.

Depois deste evento, rastreio e toque seguiram acontecendo de maneira concomitante através de entradas diferentes (as quais buscarei descrever melhor mais adiante, com trechos do diário de campo). Como mostra Kastrup (2014, p. 43), devido à imprevisibilidade e à multiplicidade de possibilidades geradas no momento do toque, a pesquisa cartográfica “possui múltiplas entradas e não segue um caminho unidirecional para chegar a um fim determinado”.

Uma vez detectado o signo processual (no toque), outro momento da atenção, segundo a autora, acontece no *pouso*. Aqui, o território de observação se reconfigura, como num *zoom*, numa janela atencional voltada para determinados quadros de apreensão. “Cada janela cria um mundo e cada uma exclui momentaneamente as outras, embora outros mundos continuem copresentes” (KASTRUP, 2014, p. 44). Após o primeiro toque, decidi empreender o pouso, por meio da abertura de uma janela atencional que me permitisse apreender melhor o objeto empírico da pesquisa – neste caso e naquele momento, a pessoa com quem eu havia me deparado em frente ao supermercado.

Àquela altura (meados do segundo semestre de 2017), eu tinha um direcionamento ainda pouco preciso, que apontava para o interesse em pesquisar como se davam as interações comunicacionais de pessoas LGBT (ou de gêneros e sexualidades dissidentes) em situação de rua e de precariedade. Essa fase de rastreio revelou-se bastante difícil e desafiadora, pois eu me debatia internamente com questões de ordem ética: temia acabar tratando os sujeitos da pesquisa de maneira inadequada, temia objetificá-los, receava não conseguir perceber suas especificidades e acabar sobrepondo a eles as minhas próprias visões de mundo e paradigmas. Em síntese, meu medo era ir a campo e não ser capaz de agir com essas pessoas de maneira ética, mas predominava a intenção de conseguir.

Com isso, embora eu tivesse a sensação de estar estagnada em relação ao avanço da investigação, afetos e efeitos estavam sendo mobilizados desde os meus primeiros

contatos com este objeto, e um processo cartográfico já se delineava ali. Com Laura Pozzana (2013, p. 332; p. 334) se entende que a cartografia acontece justamente na interação pesquisador-objeto, nos efeitos resultantes dessa interação: “o caminho de pesquisa se faz nos efeitos do campo em nós (pesquisadores-cartógrafos) e nos efeitos no campo da nossa presença-intervenção”. Além disso, “o cartógrafo se faz por um regime de afetabilidade, ele toca e é tocado”.

Então, no início de 2018, de maneira imprevisível, emergiu de novo o toque: encontrei Amanda pela segunda vez, na rua. Foi então que entendi que estava sendo tocada novamente e que era preciso dar vazão àqueles afetos. Era hora do pouso, momento de reconfigurar o território de observação e de empreender uma aproximação da atenção, ao que resolvi caminhar na direção dela e começar uma conversa:

[DC] [Encontro com Amanda]

Quando nos falamos pela primeira vez, ela apresentou-se como Amanda. Estava novamente em frente ao supermercado em que eu a havia visto outro dia. Decidi que dessa vez ia conversar com ela. Me apresentei, expliquei que estava fazendo uma pesquisa de mestrado com pessoas LGBT. À primeira vista, pude notar que ela tinha barba, cabelo em comprimento médio, que havia adotado um nome social considerado feminino, performatizava de maneira associada em nossa matriz cultural ao feminino e estava usando roupas que sob o padrão binário poderia pertencer a ambos os gêneros – bermuda e camiseta.

Ela disse que não tinha celular nem usava internet. Quando perguntei se ela se identificava como LGBT, Amanda titubeou e respondeu que achava que era gay. Ela cuida de uma cachorrinha, que vai com ela por todos os lugares.

– E você tem amigas transexuais ou travestis que poderiam querer participar da minha pesquisa? – perguntei.

– Sim, conheço várias, você pode ir lá na pensão falar com elas. Chega lá e me chama – respondeu, repetindo o endereço duas vezes para que eu não me esquecesse. Anotei na memória.

Outro momento de pouso configurou-se quando fui à pensão frequentada por Amanda, buscando conversar mais, conhecê-la melhor e, se possível, buscando conhecer outras pessoas dispostas a participar da pesquisa:

[DC] [Encontro com Jussara e Gisele]

Chamei minha amiga Liana, que é transexual, para me acompanhar na visita à pensão de Amanda. Tinha receio de que minha presença muito amapô⁹ classe média pudesse de alguma forma afastar Amanda. Com a presença da

⁹ Do Pajubá, amapô significa “mulher”. Em geral, as travestis e trans se referem dessa maneira a mulheres cis. Aprendi a tradução de algumas palavras depois de alguns meses em contato com elas.

Liana, pensei, era possível que Amanda ficasse mais à vontade. Também, eu tinha um certo medo de adentrar sozinha um território completamente desconhecido. Estava perto da pensão e minha amiga não havia chegado ainda. Do outro lado da rua, enxerguei Amanda caminhando rapidamente, nervosa. Corri em sua direção. Perguntei se ela lembrava de mim. Ela disse que sim, mas que não podia falar comigo naquele momento, estava ocupada. Depois eu soube que sua cachorrinha tinha fugido. Perto de onde estávamos, vi duas mulheres conversando em pé, pareciam trans ou travestis.

– Oi, posso conversar um pouco com vocês? – eu disse, caminhando na direção delas. Desconfiadas, elas fizeram que sim com a cabeça.

Me apresentei, falei que fazia mestrado, falei um pouco da pesquisa, perguntei se elas gostariam de participar. Uma delas, Jussara, olhou para mim como quem diz “minha filha, mas o que tu pensa que tá fazendo aqui?!” Ela disse algo que não entendi sobre o fato de eu fazer mestrado, alguma coisa do tipo: “tá, vai lá fazer o teu mestrado”, e saiu. A outra, Gisele, que tinha ficado só observando, disse: “Não liga pra Jussara, ela é assim mesmo”. O meu medo de ter colocado tudo a perder num instante deu lugar ao alívio, afinal, ao menos uma delas tinha resolvido me dar atenção. Conversei um pouco mais com Gisele, perguntei se ela usava internet, se tinha celular.

– Não uso essas coisas, não tenho Facebook. Quando eu ia na casa da minha irmã eu olhava o YouTube no celular dela. Às vezes vou no Ilê, mas faz tempo que não vou – respondeu, contando sobre as oficinas de inclusão digital.

Relatou que estava dormindo na rua porque tinha sido suspensa do albergue. “Briguei lá dentro”, disse. Por fim, ela decidiu participar da pesquisa, mas com uma condição:

– Eu te ajudo e você me ajuda – falou Gisele.

– Do que você precisa? – perguntei.

– Comida, dinheiro... qualquer coisa.

Olhei na bolsa. Eu tinha apenas algumas moedas e uma nota de 2 reais. Entreguei todo o dinheiro a Gisele, dizendo que lhe ajudaria com mais coisas da próxima vez que nos víssemos.

Ela disse que eu podia encontrá-la em frente ao bandeirão outro dia, que estava sempre perto dali no horário do meio dia. Ia me apresentar a outras amigas.

Outros momentos de pouso aconteceram quando conheci Laura e Malu:

[DC] [Encontro com Laura]

Encontrei Amanda outra vez, na rua. Ela recomendou que eu fosse um sábado perto do meio dia no viaduto da Conceição na Alberto Bins, onde uma ONG serve almoço toda semana para a população de rua. Lá eu encontraria mais gente com quem pudesse conversar. No sábado seguinte, fui até lá. A princípio não enxerguei nem Amanda nem Gisele. Fiquei aguardando e observando. Depois de um tempo, vi uma menina trans chegando para almoçar. Fui até ela, falei meu nome. Ela disse que sua amiga Gisele já tinha falado de mim, que podíamos conversar. Se chama Laura.

Antes tinha um smartphone por onde acessava a internet, mas disse que foi roubado. Sua conta no Facebook estava desativada porque ela tinha perdido a senha. Me disse que já havia conhecido um boy por um aplicativo que ela não

sabia o nome, mas que agora não precisava mais porque estava namorando. Contou também que estava dormindo no Albergue Municipal e que frequentava todas as quartas-feiras a oficina de inclusão digital do Ilê, e me convidou a ir com ela. Perguntei se ela conhecia algum movimento LGBT e se já tinha participado de algum. Ela respondeu que já havia ido a alguns eventos da ONG Igualdade RS, mas não conhecia nenhum outro movimento LGBT:

– Uma vez o Igualdade tava pagando para as trans da rua irem lá ver umas palestras sobre AIDS – disse ela.

– Você tem HIV? – perguntei em outro momento, com receio de estar sendo invasiva.

– Sim – respondeu Laura tranquilamente – pego meus remédios no Santa Marta.

Disse que tinha saído da prisão havia pouco tempo, que estava procurando emprego, e na semana seguinte teria uma entrevista num hotel ali do centro. A vaga era para trabalhar como recepcionista. Queria comprar outro celular. Quando seu namorado chegou, ela se despediu.

[DC] [Desencontro com Laura, encontro com Malu]

Fui procurar por Gisele para conversar um pouco mais sobre a pesquisa e para saber se eu poderia observá-la usando o computador na oficina de inclusão digital. De acordo com o que ela havia me dito antes, era provável que eu conseguisse encontrá-la perto do bandejão, no horário do meio dia. O Restaurante Popular fica na rua Santo Antônio, quase esquina com a Farrapos. No mesmo prédio, no primeiro andar, funciona o Ilê Mulher. Assim, as pessoas que buscam esses serviços se concentram ali por perto, na calçada em frente, na rua, ou onde conseguem uma sombra debaixo das poucas árvores que há. A fila para o bandejão estava grande. Do outro lado da rua, sentada sobre o meio fio, estava Gisele falando alto e rindo com algumas pessoas, incluindo Jussara. Quando me aproximei e elas me viram, as caras eram de poucos amigos. Perguntei a Gisele se ela lembrava de mim. “Sim”, ela respondeu, parecendo um pouco contrariada por eu ter interrompido a conversa, mas já direcionando-se às amigas dizendo que ia participar da minha pesquisa. Me apresentei às amigas, conversei um pouco e perguntei se elas haviam visto Laura. Um clima de tensão se instaurou. Elas se entreolharam, umas disfarçaram baixando a cabeça, outras riram baixinho.

– O que aconteceu? – perguntei.

– A Laura tá presa – disse Gisele – arrumou confusão aí.

Sem saber muito bem o que dizer, e notando que elas não queriam falar sobre o assunto, voltei a falar da pesquisa:

– Vocês conhecem outras trans que poderiam querer participar?

– Sim, tem a Malu, olha ali ela vindo! – falou Gisele, apontando para Malu, que vinha em nossa direção de mãos dadas com um rapaz.

Falei da pesquisa para Malu, mas ela parecia estar com pressa.

– Vem outro dia aqui na frente do bandejão, tô sempre por aqui – disse ela, se despedindo.

Virgínia Kastrup (2014) destaca que, quando a atenção é chamada ao pouso, acontece o *reconhecimento atento*, postulado por Henri Bergson. Diferentemente do reconhecimento automático – aquele ativado quando, por exemplo, nos deslocamos por uma cidade conhecida, sem prestar atenção aos objetos pelo caminho –, o reconhecimento atento é caracterizado por trazer à mente imagens armazenadas na memória, ao mesmo tempo em que reconduz o sujeito à percepção do objeto observado.

[...] o conceito de reconhecimento atento desmonta a noção tradicional de reconhecimento, pautada na ideia do rebatimento da percepção numa imagem prévia ou esquema correspondente. A originalidade da análise bergsoniana é apontar que o processo de reconhecimento não se dá de forma linear, como um trajeto único ou uma marcha em linha reta. Não se faz através do encadeamento de percepções ou de associação cumulativa de ideias. O reconhecimento atento ocorre na forma de circuitos (KASTRUP, 2014, p. 46).

Durante o reconhecimento atento, esses circuitos percorridos pela atenção conduzem à construção da percepção e do próprio objeto observado. Como escreve Kastrup (2014, p. 47), através da atenção, a percepção “aciona circuitos, se afastando do presente em busca de imagens e sendo novamente relançada à imagem atual, que progressivamente se transforma”. Empiricamente, o reconhecimento atento deu-se aqui quando pude desenvolver um tempo maior de contato com as participantes, através de conversas/entrevistas mais extensas, de maneira a dar continuidade à construção da percepção do objeto-processo durante a própria experiência cartográfica. O primeiro desses momentos remete ao encontro com Carla. Depois, pouso e reconhecimento atento acontecem durante as observações das oficinas de inclusão digital e também durante todas as conversas, entrevistas e encontros com as participantes. As descrições e análises das oficinas estão apresentadas no capítulo 4.

[DC] [Encontro com Carla]

No horário do meio dia, fui para a rua em frente ao bandeirão para procurar por Gisele, Malu e Jussara. Nenhuma delas estava lá. No entanto, vi uma mulher trans que eu não conhecia. Com uma peruca roxa, segurando uma carteira rosa na mão e calçando chinelos havaianas bordados com pedrinhas coloridas, lá estava Carla, aguardando na fila para o almoço. Fui direto até ela e cumpri o ritual de abordagem: falei da pesquisa, conversamos um pouco e a convidei para participar. Muito solícita, Carla aceitou na hora, mas chegou sua vez de entrar para almoçar. Perguntei se podia ficar ali esperando ela sair para conversarmos depois. Ela disse que sim e entrou no restaurante, abrindo a carteira e puxando uma moeda de 1 real para pagar o almoço.

Na saída, fomos caminhando até o Centro Pop¹⁰, onde Carla iria passar a tarde e lavar algumas roupas. Ela contou muitas coisas sobre sua vida e também quis saber sobre a minha.

Todos estes momentos da atenção na prática da cartografia implicam também em dar passagem aos afetos que emergem nesses processos. Suely Rolnik (1989, p. 15-16) observa que "sendo tarefa do cartógrafo dar língua para afetos que pedem passagem, dele se espera basicamente que esteja mergulhado nas intensidades de seu tempo". Mergulhar nas intensidades é ter uma atitude de atenção que flutua aberta aos encontros e à afetabilidade. A esse respeito, Pozzana e Kastrup (2014, p. 74) complementam que "o cartógrafo, imerso no plano das intensidades, lançado ao aprendizado dos afetos, se abre ao movimento de um território. No contato, varia, discerne variáveis de um processo de produção". Assim, era necessário que eu me abrisse ao movimento do território, às contingências, à possibilidade, por exemplo, de eu não vir a saber mais nada sobre Laura e Gisele. E era necessário também que eu exercitasse o desapego das minhas próprias visões de mundo, para conseguir apreender a diferença e suas intensidades.

Rosário (2016, p. 185) ressalta que a cartografia fornece ferramentas para a valorização justamente dos desvios, das irregularidades, das linhas de fuga – elementos estes costumeiramente desprestigiados nos percursos tradicionais de pesquisa: "o que é excluído na pesquisa habitual faz parte da cartografia e da sistematização dos dados que vão se configurar como um mapa movente."

Nesta mesma perspectiva, ao propor uma cartografia *queer*, Preciado (2012), destaca que até bem pouco tempo atrás as historiografias da arte moderna e contemporânea eram, na verdade, cartografias identitárias baseadas no padrão hegemônico, na ciência moderna, que registravam basicamente as práticas masculinas e heterossexuais. Assim, realizar uma cartografia dissidente, que dê a ver a legitimação das "minorias", é estar ciente do fato de que

o cartógrafo das identidades sexuais minoritárias torna-se, às vezes, um detetive do invisível, que se encontra no caminho entre a polícia secreta e o vidente capaz de trazer à luz geografias até agora ocultas sob o mapa dominante. (PRECIADO, 2012, p. 3, tradução minha)

Pode-se dizer, então, que a cartografia é em si uma expressão de multiplicidade de possibilidades, de problemáticas ilimitadas, o que está em consonância com formas

¹⁰ No Mapa Territorialidades – Territórios de Sobrevivência é possível verificar a distância entre o Restaurante Popular e o Centro Pop.

múltiplas, também, de *viver*, de *existir no mundo* – e que, justamente por essa razão, configuram corpos considerados abjetos, patologizados e expostos à precariedade. Assim, a cartografia é entendida como uma perspectiva teórico-metodológica que se abre à flutuação e ao movimento, e que, por isso, contempla menos as representações do que as multiplicidades expressas nas experiências dos corpos.

2.1.1 Procedimentos metodológicos

Considerando que o método não deva ser “um caminho predefinido, mas construído e refletido no processo” (ROSÁRIO, 2016, p. 184), a proposta aqui é a de construir mapas descritivos e imagéticos, capazes de produzir tensionamentos e novas reflexões ao longo do caminho. Nesta perspectiva, o campo investigado nunca é considerado acabado e não se pretende propor uma verdade absoluta. Ao contrário, busca-se a sua recriação permanente.

Como procedimentos metodológicos auxiliares à elaboração dos mapas e à configuração da cartografia, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, observação participante e a produção de um diário de campo. Após concordarem em fazer parte da pesquisa, as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE, apresentado no Anexo 1 deste trabalho). No caso de Julia, que tem dificuldade para ler e escrever, o TCLE foi lido a ela em voz alta e seu consentimento foi gravado em áudio. Também foram feitas gravações em áudio das entrevistas semiestruturadas. Outras informações sobre as participantes, sobre as observações no seu dia-a-dia e nas oficinas de inclusão digital foram registradas no diário de campo.

Conforme Pozzana e Kastrup (2014, p. 70), o diário de campo é composto de anotações que contribuem para a produção de dados da pesquisa, “e tem a função de transformar observações e frases captadas na experiência de campo em conhecimento e modos de fazer. Há transformação de experiência em conhecimento e de conhecimento em experiência, numa circularidade aberta ao tempo que passa”. Rosário (2016, p. 185) complementa que o diário de campo permite a realização de apontamentos tanto das objetividades quanto das subjetividades do/a pesquisador/a, funcionando como “uma memória material do conjunto de percepções (o visto, o ouvido, o lido, o pensado)”.

Ademais, como mostram Pozzana e Kastrup (2014), a escrita dos registros de campo faz emergir a participação do coletivo envolvido no processo de pesquisa:

Ao escrever detalhes do campo com expressões, paisagens e sensações, o coletivo se faz presente no processo de produção de um texto. Nesse

ponto, não é mais um sujeito pesquisador a delimitar seu objeto. Sujeito e objeto se fazem juntos, emergem de um plano afetivo. O tema da pesquisa aparece com o pesquisar. Ele não fica escondido, disfarçado ou apenas evocado. (POZZANA; KASTRUP, 2014, p. 73)

Nesse sentido, convém pensar nessa dinâmica dos afetos, numa dimensão afetiva capaz de potencializar os encontros – não só entre sujeito pesquisador e “seu objeto”, ou entre participantes e pesquisadora-cartógrafa-participante, mas também aqueles encontros e acontecimentos que se dão para além de uma relação antropocêntrica. Denilson Lopes (2013) debruçou-se sobre a apreensão do afeto na relação com a crítica, e recupera a perspectiva do entendimento dos afetos desde Spinoza, passando por Deleuze e Guattari em *O que é a Filosofia?* Para estes autores, há que se diferenciar emoção e afeto. Enquanto as emoções expressam o sentimento de um sujeito (humanista), os afetos (ou afectos, conforme a tradução para o português de Deleuze e Guattari) ultrapassam o humano,

são “forças corpóreas pré-individuais que aumentam ou diminuem a capacidade do corpo em agir”, distintas da emoção que teria uma natureza mais individual. [...] os afectos são “devires não-humanos”. Afectos que, na minha opinião, podem emergir, em conjunto com perceptos, “as paisagens não humanas da natureza”, entre pessoas, espaços e coisas, portanto mais em sintonia com as configurações de uma subjetividade pós-humana, que desconstrói a centralidade do homem, [...] no horizonte de um “devir sensível” que “é o ato pelo qual algo ou alguém não para de devir-outro (continuando a ser o que é)” (Deleuze; Guattari, 1992, p. 229). (LOPES, 2013, p. 257)

Lopes (2013, p. 256) propõe pensar o afeto como estratégia para ultrapassar os discursos totalizantes, a fixidez das noções cristalizadas, deixando emergirem os encontros. Essa forma de pensar o afeto enfatiza tanto “uma dimensão existencial e da experiência do pesquisador na reflexão teórica, mas [também funciona] como base para [...] pensar formas de pertencimento, multidões, comunidades”.

Daí que eu tenha procurado dar a ver as objetividades e também as subjetividades ao longo da convivência com as participantes, tentando apreender na escrita tanto os meus afetos quanto os delas, na medida em que ocorriam esses encontros, essas afecções¹¹. Por isso, também, procuro trazer falas delas ao longo do trabalho. A tentativa foi a de dar

¹¹ Segundo Deleuze (2002, p. 56), “observou-se que, em regra geral, a afecção (*affectio*) se referia diretamente ao corpo, ao passo que o afeto (*affectus*) se referia ao espírito. Mas a verdadeira diferença não está aí. Ela existe entre a afecção do corpo e sua ideia que envolve a natureza do corpo exterior, por uma parte, e, por outro lado, o afeto que implica tanto para o corpo como para o espírito um aumento ou uma diminuição da potência de agir. A *affectio* [afecção] corresponde a um estado do corpo afetado e, ao mesmo tempo, implica a presença do corpo afetante, ao passo que o *affectus* [afeto] remete à transição de um estado a outro, tendo em conta a variação correlativa dos corpos afetantes”.

vazão a um processo de pensar os afetos, de pesquisar *com*, fugindo à representação, mais do que pesquisar *sobre*.

Outros procedimentos que contribuíram para a sistematização dos dados nesta cartografia foram a observação participante combinada à realização de entrevistas semiestruturadas. De acordo com Tim May (2001, p. 177), a observação participante consiste no “processo no qual um investigador estabelece um relacionamento multilateral e de prazo relativamente longo com uma associação humana na sua situação natural com o propósito de desenvolver um entendimento científico daquele grupo”. Já as entrevistas semiestruturadas, a partir do que argumenta Triviños (1987), possuem questões básicas formuladas pelo/a próprio/a pesquisador/a a partir de hipóteses relacionadas ao tema de pesquisa, mas permitem a abertura para novos questionamentos durante a entrevista com os/as participantes, facilitando a descrição e a compreensão daquele grupo social.

A imersão em campo aconteceu com maior intensidade no período de três meses, mas nosso contato vem sendo desenvolvido durante os últimos dez. No período de maior intensidade em campo (durante três meses), aconteceram observações ao longo de cinco encontros nas oficinas de inclusão digital na Associação Ilê Mulher, por cinco semanas consecutivas. Cada oficina teve duração de aproximadamente duas horas e meia, com intervalo para o lanche. Outros encontros deram-se antes e depois, em situações de observação do cotidiano das participantes, de sua vivência na rua, além de encontros em que desterritorializações de seus espaços habituais aconteceram devido à minha intervenção. Essas situações estão melhor descritas no Mapa Territorialidades.

De acordo com os direcionamentos listados até aqui, um recurso importante para a realização da cartografia é a elaboração de um planejamento, que pode começar com um roteiro (ROLNIK, 1985; ROSÁRIO, 2016). Nesse roteiro, podem figurar planos de entrevistas, anotações, variações da atenção e pistas a serem seguidas, abertas a modificações segundo a emergência de afetos, questionamentos e processualidades. Assim, na sequência, estão listados dados do roteiro elaborado previamente à ida a campo.

- **Roteiro inicial para a observação participante:** se voltará sobretudo para a verificação dos usos das TIC pelas participantes, mas também a verificação de seu dia-a-dia, suas interações e vivências cotidianas. Acontecerá após a assinatura do TCLE. Situações de observação:

Na oficina de inclusão digital no Ilê Mulher - acompanhar as participantes durante as oficinas e observar: quais programas elas usam; de que formas o fazem;

se usam redes sociais, o que publicam; que manifestações têm; se têm e-mail; quais páginas da internet acessam; por quais motivos acessam tais páginas; quais os conteúdos mais buscados; de que formas se relacionam com outras pessoas através da internet, que dificuldades têm ou não no uso das TIC, etc.

No dia-a-dia das participantes na rua - observar as formas como elas se relacionam com as TIC; se possuem/possuíram celular e como o usam/usavam; de que maneiras se informam sobre o mundo (e quais são seus interesses de informação); como trocam mensagens com outras pessoas; se veem TV, o que veem; se ouvem rádio, o que ouvem; se leem jornal, o que leem; como acontecem suas interações com amigos/as; o que expressam sobre a importância ou não do uso das TIC; observá-las em situações cotidianas em geral, no momento das refeições, etc. (Sempre levando em consideração as propostas, disponibilidades, interesses e limites delas).

- **Roteiro inicial para as entrevistas semiestruturadas:** poderão ser feitas com cada uma delas, individualmente, em locais de sua escolha. Farei as entrevistas durante ao menos dois encontros em que, conjuntamente, será feita a observação participante. As perguntas deverão ser elaboradas de maneira simples, direta e respeitosa, de modo a estimular uma conversa e a transmitir confiança. Além disso, terei algumas perguntas iniciais formuladas, mas novas perguntas poderão ser feitas ao longo do processo. No entanto, deixarei claro que elas poderão desistir a qualquer momento se se sentirem constrangidas ou se simplesmente não quiserem responder ou falar sobre qualquer assunto (isso também está explicitado no TCLE). As perguntas serão divididas em três blocos:

Primeiro bloco: perguntas sobre seu modo de vida em geral, nível de escolaridade, trabalho, entretenimento, saúde, um pouco sobre sua trajetória até o momento, etc. Exemplos de perguntas possíveis, redigidas de maneira simples e direta: *Qual seu nome? Idade? Qual o gênero com que se identifica? Você se considera LGBT? Você se considera branca, negra ou outro? Como você chegou a viver na rua? Quais as dificuldades de viver na rua? Você possui alguma fonte de sustento? Trabalha? Em que? Você estudou/estuda? O que gosta de fazer como diversão? Quando precisa de um atendimento de saúde, como você faz? Você é usuária de drogas? Se sim, há quanto tempo? Qual/is droga/s costuma usar?*

Segundo bloco: perguntas sobre suas performatividades de sexo/gênero/sexualidade em intersecção com sua classe social, raça e territorialidade, e como experienciam isso em suas vidas. Exemplos de perguntas possíveis: *Como foi o seu processo de transição de gênero? Como é sua relação com sua família? Como você soube sobre as identidades LGBT (onde ouviu falar sobre o tema)? Você já sofreu preconceito ou alguma agressão por ser mulher trans? (ou por se identificar de outra maneira). E por ser negra? Acha que viver na rua facilita a violência que você sofre/sofreu? Você tem interesse em fazer cirurgias de redesignação sexual (mudança de sexo)? Tem silicone? Gostaria de ter? Sabe como funciona o processo para fazer a cirurgia pelo SUS? Você gosta de se maquiar? Usa adereços, joias? Como consegue esses produtos?*

Terceiro bloco: perguntas sobre suas relações com as TIC. Exemplos: *Você tem celular? Usou/usa? Você vê TV? Se sim, que programas? Como e onde vê TV? Ouve rádio? Se sim, como e onde? Como você se informa sobre o mundo? Usa a internet? Com que objetivos? O que mais busca? Acha isso importante? Por que? Se interessa em conhecer mais sobre os direitos das pessoas transexuais? Procura informações sobre instituições que apoiam a causa LGBT? De que formas? Já participou de algum movimento LGBT? Se sim, como ficou sabendo? Como foi recebida? O que fez nesse movimento? Se não participa, por que não? Como você troca mensagens com as pessoas com quem precisa se comunicar? Você acha que sua condição de vida poderia ser melhor se tivesse mais acesso à informação e mais fontes de conhecimento? Por que? Que coisas você acha que poderiam acontecer se você pudesse usar computador, celular e internet com mais frequência? Você gostaria de usar essas tecnologias com mais frequência? Por que?*

Quando da ida a campo, as perguntas e observações evidentemente não foram feitas na ordem e exatidão em que estão no roteiro, pois é de sua especificidade justamente servir como um guia. Mas mais do que isso, acabei experienciando uma imersão em campo muito profunda, de modo que houve momentos em que eu esqueci completamente que estava naquelas situações como pesquisadora. Esses encontros despertaram afetos muito intensos, a ponto de eu me perceber naturalmente na dimensão do devir-outro, de um devir-dependente química, de um devir-“moradora de rua”, de um certo devir-trans,

muitas vezes tendo dificuldade para lidar com essa complexidade da experiência de pesquisa.

2.2 Alguns conceitos direcionadores

2.2.1 Filosofia da diferença e pós-estruturalismo

Como já referido anteriormente, a cartografia está fundamentada na filosofia da diferença de Deleuze e Guattari, pensadores pós-estruturalistas que fogem ao paradigma representacional¹² ancorado na ciência moderna. Essa fuga à representação conduz a outras formas de percepção do mundo, o que implica um pensamento que opera negando as generalidades, as homogeneizações, as modelizações prévias, a fixidez dos regimes de pensamento.

Assim, nesta seção, busca-se explorar com maior profundidade alguns dos seus conceitos, sobretudo aqueles que poderão ser acionados na produção dos mapas que constituem a cartografia neste trabalho – agenciamentos, rizoma, multiplicidade, linhas de segmentaridade, desterritorializações, linhas de fuga, reterritorializações e reestratificações, passíveis de serem verificadas na paisagem ocupada pelas participantes. Ademais, entender o deslocamento empreendido por estes pensadores em relação à representação contribuirá para que se possa apreender melhor as noções de identidade e diferença. Também, nesta seção apresenta-se o conceito foucaultiano de saber-poder, para posteriormente traçar relações com o objeto-processo.

Dialogando com Nietzsche, Deleuze propõe que o pensamento, em vez de meramente reprodutor de semelhanças, cognitivo e representacional, deveria ser potência criadora, deveria ser máquina de guerra, a partir de uma inspiração crítica. Sendo potência criadora, seu objeto é a diferença. Ou seja, o que o autor faz é tecer outra concepção para o próprio pensamento, tomando-o como potência criadora e, como tal, é o pensamento o único capaz de apreender a diferença. Em Deleuze, a diferença é pensada para além das relações de semelhança e identidade entre as coisas.

¹² O paradigma da representação parte da filosofia clássica, tendo em Platão seu principal intercessor. Segundo este paradigma, a representação é a imagem semelhante de um objeto concreto. Platão condenava os simulacros (as cópias das cópias, ou as cópias que não podem ser consideradas “boas”) por serem réplicas não semelhantes à essência original – a qual, por sua vez, residia no mundo das ideias. Logo, como mostra Regina Schópke (2004), a representação só pode tornar algo cognoscível quando coloca esse algo sob o jugo da semelhança e da identidade – isto é, quando possui regras e caminhos pré-estabelecidos que produzem relações de semelhança/similaridade entre as coisas. Sua função, assim, é recongnitiva: baseia-se no re-conhecimento das coisas do mundo.

Daí porque, para o pensador, os simulacros rechaçados pela filosofia clássica constituem-se justamente na diferença, pois, na verdade, o simulacro não possui semelhança com o padrão pré-estabelecido: ele é o próprio desvio do modelo. Nesse aspecto, segundo o que apresenta Schópke (2004, p. 23) através da leitura de Deleuze, a razão platônica está sempre vinculada a uma moralização do pensamento e da existência, porque estabelece aquilo que é superior e aquilo que é inferior, determina verdades inquestionáveis e se constitui “como suprema juíza de valores, desqualificando e destituindo de qualquer relevância para o pensamento tudo aquilo que não se enquadrava em um modelo específico”.

Por esse motivo é que é tão difícil ao paradigma da representação apreender a diferença, já que ela é díspar e não guarda relações de semelhança com um padrão. No pensamento da representação impera a razão, e a diferença não se enquadra nos modelos engendrados aí – “afinal, a diferença ameaça o perfeito equilíbrio da razão” (SCHÓPKE, 2004, p. 56)

Além disso, também as identidades são definidas a partir de modelos estabelecidos previamente, tendo suas bases na razão e na representação. Daí porque a identidade se afasta da diferença – e esta última, tal como pensada por Deleuze, é a própria expressão do ser, é aquilo que faz do ser único e insubstituível, é o que o torna livre das limitações da representação, abrindo caminho para a multiplicidade:

A diferença está no cerne do próprio ser, como a sua manifestação mais profunda. O ser, na verdade, se diz da diferença. Ele não é "a" diferença em si, no sentido platônico do termo. Mas é diferença em si no sentido em que uma filosofia da diferença a toma: um ser unívoco que se diz da diferença. Neste sentido, ele se expressa na multiplicidade e afirma as diferenças que o compõem, não como um todo fechado, nem mesmo como finito ou infinito, mas como um "acabado ilimitado" (SCHÓPKE, 2004, p. 150).

Nessa perspectiva, há a possibilidade de pensar que as participantes constituem-se como sujeitos por meio de tensionamentos entre identidade e diferença. Elas performatizam identidades expressas no modelo de coerência binária (com exceção de Amanda, todas se identificam como mulheres trans e performatizam os modelos estabelecidos para o feminino) mas, ao mesmo tempo, situam-se também no âmbito da diferença: para além de “mulheres trans femininas”, elas compõem-se na multiplicidade, estão atravessadas por infinitas diferenças, inclusive aquelas diferenças que as tornam precárias. Amanda também se constitui na diferença, talvez mais do que as outras, pois ela não segue o modelo de coerência identitária (não se percebe como mulher trans, mas

como mulher gay). Ao mesmo tempo, os códigos definidores da binaridade de gênero em nossa cultura fazem com que ela siga uma identidade delimitada para o feminino.

Dando continuidade ao intento de pensar o mapa através de conceitos de Deleuze e Guattari, faz-se relevante pontuar que o rizoma articula outras noções importantes:

Todo rizoma compreende *linhas de segmentaridade* segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc, mas compreende também linhas de *desterritorialização* pelas quais ele foge sem parar. Há ruptura no rizoma cada vez que linhas segmentares explodem numa *linha de fuga*, mas a linha de fuga faz parte do rizoma. [...] faz-se uma ruptura, traça-se uma linha de fuga, mas corre-se sempre o risco de reencontrar nela organizações que *reestratificam* o conjunto, formações que dão novamente o poder a um significante, atribuições que reconstituem um sujeito. (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, p. 18, grifo meu)

As segmentaridades são entendidas pelos autores como linhas que nos perpassam a todos/as, que nos compõem. São divididas em *duras* (aquelas mais bem fixadas, já dadas, que operam sob a binaridade e as hierarquias), *maleáveis* (operam desterritorializações relativas, não absolutas, podendo resultar em multiplicidades, e também permitem reterritorializações que fazem o movimento de retorno às linhas duras) e *de fuga* (empreendem desterritorializações absolutas, rupturas que se abrem à criação e ao novo). Para os autores, essas linhas ocorrem em nossas vidas tanto por imposição externa quanto pela ação do próprio sujeito (DELEUZE; GUATTARI, 1996).

O agenciamento é “a unidade real mínima”, é o que produz todos os enunciados, é aquilo que “põe em jogo, em nós e fora de nós, as populações, as multiplicidades, os territórios, os devires, os afetos, os acontecimentos” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 65). Deleuze e Guattari (1995a) mostram que o agenciamento possui dois vetores: um estrático e outro desestratificado. É no vetor estrático que aparecem os agenciamentos (maquínicos do desejo e coletivos de enunciação). Assim sendo, um agenciamento sempre será composto tanto por conteúdo, em que ocorrem agenciamentos maquínicos, quanto por expressão, em que ocorrem agenciamentos coletivos de enunciação:

A expressão torna-se um sistema semiótico, um regime de signos, e o conteúdo, um sistema pragmático, ações e paixões. [...] Eis, portanto, a primeira divisão de todo agenciamento: por um lado, agenciamento maquínico, por outro, e ao mesmo tempo, agenciamento de enunciação. Em cada caso é preciso encontrar um e outro: o que se faz e o que se diz? E entre ambos, entre o conteúdo e a expressão, se estabelece uma nova relação que ainda não aparecia nos estratos: os enunciados ou as expressões exprimem transformações incorporais que "se atribuem" como tais (propriedades) aos corpos ou aos conteúdos. (DELEUZE e GUATTARI, 1997, pp. 218-219)

Já no vetor desestratificado do agenciamento ocorrem desterritorializações e reterritorializações em diferentes níveis. Segundo Zourabichvili (2004), há em Deleuze e Guattari uma desterritorialização relativa – que consiste em se reterritorializar de outra forma, em mudar de território – e uma desterritorialização absoluta – equivalente a viver sobre uma linha de fuga que, no limite, leva à esquizofrenia. Por sua vez, as desterritorializações nos agenciamentos territoriais são desencadeadas pelas máquinas abstratas. Em *Mil Platôs*, os autores sublinham que as máquinas abstratas são definidas “pelas pontas de descodificação e desterritorialização, [elas] traçam essas pontas; assim, abrem o agenciamento territorial para outra coisa, para agenciamentos de um outro tipo, para o molecular, o cósmico, e constituem devires” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 199).

A máquina abstrata, nesse sentido, possui especial interesse para a investigação do objeto-processo neste trabalho, já que nessa instância ocorrem as desterritorializações/linhas de fuga (linha que define a desterritorialização; opera o movimento de saída do território), as irregularidades, os picos de criação, os devires.

Por sua vez, todas essas linhas aparecem no rizoma, e é esta a dimensão que permite o aparecimento da multiplicidade (a multiplicidade é, aliás, um dos princípios para a existência do rizoma):

É somente quando o múltiplo é efetivamente tratado como substantivo, multiplicidade, que ele não tem mais nenhuma relação com o uno como sujeito ou como objeto, como realidade natural ou espiritual, como imagem e mundo. As multiplicidades são rizomáticas e denunciam as pseudomultiplicidades arborescentes. Inexistência, pois, de unidade que sirva de pivô no objeto ou que se divida no sujeito. (DELEUZE e GUATTARI, 1995a, p. 15)

A multiplicidade reflete o rizoma, já que seus pontos podem conectar-se uns aos outros indefinidamente e livremente, negando as binaridades expressas no modelo árvore-raiz. Já o conceito de território é entendido de maneira ampla, não estando limitado ao espaço físico-geográfico:

Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 323).

Em Deleuze e Guattari, o território está ligado à força criadora e produtiva do desejo. O desejo, articulado em agenciamentos, cria territórios, desterritorializa e reterritorializa, produz seus objetos e seus modos de subjetivação. Também os fluxos de desejo “procedem por afetos e devires, independentemente do fato de que possam ser ou não calcados sobre pessoas, sobre imagens, sobre identificações” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 318).

Assim, esta cartografia está composta de mapas imagéticos e descritivos que têm sido construídos buscando levar em conta os mecanismos do rizoma, as linhas de segmentaridade, a produção da máquina abstrata, os agenciamentos, os territórios, os corpos desejanter e os fluxos do desejo que procedem por afetos e devires.

Outra perspectiva pós-estruturalista cara a esta pesquisa é a noção foucaultiana de saber-poder. A partir de Foucault (2004, 2007, 2008), compreende-se que tudo o que se relaciona ao saber, ao conhecimento e à “verdade” está permeado por questões de poder. Em sua perspectiva, saber e poder conformam dimensões indissociáveis e, assim, o conhecimento só é adquirido por meio de jogos de poder que se estabelecem em cada circunstância temporal, espacial e histórica.

Foucault (2008, p. 204), entende o saber sob diversos aspectos: constitui-se como um domínio que detém ou não *status* científico; é o espaço ocupado para que se exerça o discurso; também pode ser o campo “em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam” e, ainda, se constitui nas “possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso”. Nesse sentido, o saber é produzido, definido, mantido e modificado pelas relações de poder.

O autor compreende o poder não apenas como pertencendo às instituições ou indivíduos específicos, mas sobretudo como instância que está por toda parte, que atravessa todas as relações e discursos. Assim, no vínculo com esta pesquisa, é preciso considerar que jogos de saber-poder necessariamente permeiam as relações das participantes, incluindo as condições dos mecanismos de opressão que operam mantendo-as subalternas. Como veremos, a sua precariedade ocorre por incluir diversas opressões interseccionais e também porque há uma grande dificuldade de aceder ao saber-poder. Ademais, relações de saber-poder se instituem quando elas tensionam as fronteiras na semiosfera comunicacional, quando se apropriam ou não das tecnologias, quando se apropriam de sua capacidade de agência, quando promovem resistências revelando desterritorializações e linhas de fuga.

Por outro lado, também aparecem relações de saber-poder quando as territorialidades são mantidas, quando estas mesmas relações trabalham reterritorializando as linhas de segmentaridade duras ou maleáveis, trazendo-as novamente à subalternidade, impedindo-as de retomar sua capacidade de agência. Essas relações serão evidenciadas no desenvolvimento dos mapas nos próximos capítulos.

2.2.2 *Semiótica da Cultura*

O escopo da Semiótica da Cultura¹³ (SC) direciona-se, especialmente, à investigação da linguagem na cultura, ao considerá-la como um problema semiótico: “onde quer que haja língua, linguagem, comunicação, haverá signos reivindicando entendimento. Isso quer dizer que haverá problemas semióticos à espera de análise” (MACHADO, 2003, p. 24). A linguagem é compreendida sob aspectos que abarcam não somente as interações humanas, mas também as relações com a natureza – o que, por sua vez, possibilita o estudo dos processos semióticos que se manifestam nas mais variadas instâncias.

Nesse sentido, investiga-se a linguagem na cultura não somente a partir dos signos verbais, mas sobretudo a partir dos sistemas de signos não-verbais. Velho (2009) complementa evidenciando que os teóricos da SC

aplicaram-se em compreender toda e qualquer linguagem, todas as formas de expressão, que vão além da esfera social, estão na cultura e abarcam todos os aspectos da vida. São fenômenos que conformam a cultura e, por isso, os soviéticos se puseram a entender como se manifestam, como produzem significado no cotidiano (VELHO, 2009, p. 250).

Entende-se que alguns conceitos da SC podem contribuir nesta dissertação para a elaboração dos mapas e podem, conseqüentemente, auxiliar na compreensão dos movimentos promovidos pelas participantes.

Ainda que a SC esteja ancorada no estruturalismo, pode-se dizer que Yuri Lotman, ao longo de sua obra, realiza movimentos que permitem antever uma evolução na configuração de seu pensamento:

Lotman chama de má abstração a compreensão segundo a qual é possível a criação de uma série de descrições estáticas e a sua posterior dinamização. Isso significa que Lotman chegou a questões de princípios, apenas aparentemente típicas do pós-estruturalismo, e as

¹³ Vertente dos estudos semióticos desenvolvida, a partir de meados do século XX, pelos semioticistas da Escola de Tártu-Moscou, na antiga União Soviética. Entre seus principais estudiosos estão Viatcheslav Ivanov, Vladimir Toporov, Alexander Piatigorski e Boris Uspienski, com destaque para a obra de Yuri Lotman (MACHADO, 2003).

pesquisas dos anos posteriores deveriam dar respostas a essas perguntas (MACHADO, 2003, p. 88-89).

Irene Machado (2003, p. 81-82) diferencia ainda duas tendências no desenvolvimento da semiótica, que estavam no horizonte da Escola de Tártu-Moscou: “a primeira está relacionada com a precisão da metalinguagem [...]; a segunda, com o interesse em textos reais. A primeira é realizada, na opinião de I. M. Lótman, na metassemiótica; a segunda, na semiótica da cultura”. Essa noção da SC como desinteressada em providenciar modelos exatos para o estudo da cultura, como disciplina que opera sobre estruturalidades, nos auxilia na medida em que vai ao encontro de proposições contemporâneas que avançam a partir do estruturalismo.

Assim, a obra de Lotman é relevante por abrir e problematizar as possibilidades de semiose na cultura e, nesse aspecto, no âmbito empírico desta investigação. Tornam-se expressivos, portanto, os elementos da ordem do inesperado, os tensionamentos, traduções, trocas entre sistemas modelizantes que geram reconfigurações de sentidos, originam outros códigos e podem também alterar linguagens. Para Lotman (1996; 1999), as linguagens não são completamente estáveis, justamente as tensões geradoras de códigos novos e criativos é que têm valor semiótico e comunicacional elevado.

É importante notar que apontar termos binários, por si só, não equivale a pensar sob a égide das dicotomias e suas hierarquizações. Assim, conceitos como centro e periferia auxiliam neste trabalho a desenhar alguns mapas possíveis dos movimentos empreendidos pelas participantes nas diferentes semiosferas, mas o que mais interessa aqui são os tensionamentos, traduções e trocas entre sistemas modelizantes e estruturalidades. A observação desse *locus* semiótico não pressupõe que existam barreiras fixas e intransponíveis, e pode dar a ver justamente os agenciamentos que, articulados, produzem desterritorializações e também diferentes níveis de precariedade.

Faz-se relevante, então, desenvolver aqueles conceitos da SC cujas relações poderão contribuir para a construção de alguns mapas. Uma dessas noções é a de texto, que constitui-se na unidade básica da investigação semiótica. Segundo Lotman (1999), o texto é um espaço semiótico que contém sistemas de signos que interagem, interferem uns nos outros e conjugam-se numa determinada hierarquia, formando uma tessitura. Machado (2003, p. 169), ao reunir elementos do campo conceitual introduzido pelos pensadores da Escola de Tártu-Moscou, destaca que o texto “é um complexo dispositivo que guarda variados códigos, capazes de transformar as mensagens recebidas e de gerar novas mensagens”. Assim, quaisquer mecanismos portadores de códigos – e, portanto, de

sentido – podem ser estudados como sendo textos: obras de arte, cerimônias, rituais, o corpo humano e imagens são alguns exemplos. No caso do objeto de estudo deste trabalho, tomam-se como textos os corpos das oito participantes, que performatizam sexos/gêneros/desejos dissidentes e estão em situação de precariedade, incluindo suas expressões, mensagens e vivências.

Outro conceito desenvolvido por Lotman é o de semiosfera¹⁴, a partir da análise dos processos que constituem a comunicação em espaços da cultura. A semiosfera é definida como o espaço de ocorrência da semiose (produção de sentido) na cultura, está em constante tensão e constitui um ambiente no qual “diversas formações semióticas se encontram imersas em diálogo, um espaço-tempo cuja existência antecede tais formações e viabiliza o seu funcionamento, enquanto torna possível o seu próprio ciclo vital” (RAMOS et al, 2007, p. 34). Machado (2003) lembra ainda que a semiosfera é o espaço por excelência onde ocorre a comunicação, de maneira que fora deste ambiente é impossível haver linguagem ou semiose. Assim, entende-se que os territórios comunicacionais observados neste trabalho ocorrem na dimensão da semiosfera.

Lotman também propôs o conceito de sistemas modelizantes, que são conjuntos de signos definidos por uma estruturalidade tal que gera um modelo. Podem ser entendidos como “sistemas de signos, como conjunto de regras (códigos, instruções, programas) para a produção de textos no sentido semiótico amplo e como totalidade de textos e suas funções correlatas” (MACHADO, 2003, p.167). A SC define dois tipos de sistemas modelizantes. O primário é aquele constituído pela língua natural. Os secundários são constituídos por séries não linguísticas, mas que possuem linguagem; emergem com diferentes estruturalidades, formando diferentes modelos culturais – como é o caso da arte, da religião, dos governos, da família, da mídia, da ciência, entre outros. “O sistema modelizante cria estruturalidades ao mesmo tempo em que é determinado por ela num processo de impregnação mútua” (MACHADO, 2003, p. 158-159).

A semiosfera, assim, abriga os múltiplos textos existentes na cultura, que por sua vez são constituídos de infinitas combinações de códigos. Estes elementos que ocupam a semiosfera estão delimitados uns em relação aos outros por fronteiras. Para Lotman (1996), a fronteira funciona como um filtro, ela afeta e é afetada pelo exterior, mas elabora adaptações desses dois espaços. As fronteiras não são barreiras intransponíveis; ao contrário, são zonas de “liminaridade e espaço de trânsito, de fluidez, de contato entre sistemas semióticos” (MACHADO, 2003, p.159).

¹⁴ Tendo como base a teoria da biosfera atribuída ao biólogo V. I. Vernádski

Isso significa que os elementos semióticos fronteiriços estão tanto separados quanto unidos uns aos outros – e é este o espaço que permite os tensionamentos entre os diferentes sistemas modelizantes e semiosferas. O espaço mais central da semiosfera é ocupado pelos códigos hegemônicos, enquanto que os códigos menos usuais se encontram nos espaços mais fronteiriços. Pode-se pensar, portanto, que os corpos precários entendidos aqui como textos semióticos se constituem numa semiosfera própria que está inserida em semiosferas culturais hegemônicas, mas situa-se provavelmente nas periferias e fronteiras. Nesse sentido, é no espaço das fronteiras que a precariedade parece operar, já que há determinadas estruturalidades que rejeitam em direção às periferias os textos que não partilham dos códigos hegemônicos.

É preciso considerar, contudo, que há diferentes textos em atuação, e que eles estão sempre em relação uns com os outros. Pode-se pensar em uma semiosfera comunicacional que permita focar, por exemplo, os usos das TIC. Aqui, teríamos aquilo que faz parte das estruturalidades hegemônicas, em que agenciamentos combinam-se produzindo formas de comunicação situadas mais ao centro, que dão conta da presença cada vez maior das tecnologias digitais em nossas vidas. Por outro lado, nas periferias, teríamos os corpos precários das participantes da pesquisa, que pouco dispõem desta pretensa ubiquidade das tecnologias digitais. Para que elas se apropriem destes usos e produzam textos culturais, é preciso que empreendam tensionamentos nas fronteiras, podendo gerar desterritorializações e linhas de fuga em relação ao território periférico a que são relegadas. São esses movimentos que aqui interessam mais.

Mapa Territorialidades

Como já observado neste capítulo, a noção deleuzo-guattariana de território não se restringe ao espaço geográfico, mas compreende também os espaços vividos, onde são agenciados comportamentos, investimentos, subjetividades, infinitas semioses. Assim, este mapa está composto de três partes que compreendem territórios diferentes e, ao mesmo tempo, coincidentes: a primeira apresenta os *Territórios de sobrevivência*, ou seja, espaços e movimentos que são praticamente indispensáveis para a sobrevivência das participantes na condição de rua. A segunda parte traz os *Territórios de trabalho*, mostrando as regiões onde elas atuam como trabalhadoras do sexo e onde algumas buscam ou desenvolvem outros trabalhos. Algo que será possível verificar já de início é que os territórios de sobrevivência coincidem com os territórios de trabalho. Já a terceira parte expõe as *Desterritorializações*, evidenciando deslocamentos físicos no território empreendidos pelas participantes e por mim como cartógrafa-participante. Nesse percurso para fora de sua zona de sobrevivência aparecem afetos, desejos, anseios, explorações de paisagens e devires. Assim, ao se desterritorializarem, geram tensionamentos e traduções entre sistemas e entre semiosferas, criando textos outros e diferentes possibilidades. Ao descrever os locais, faço também apontamentos de vivências significativas dessas mulheres.

Territórios de sobrevivência



Figura 1: parte do Mapa Territorialidades – territórios de sobrevivência

Os territórios nesse mapa, expostos na **figura 1**, poderiam também ser descritos como a sobrevivência na rua: trata-se fundamentalmente de alimentação e abrigo para necessidades básicas. Os albergues são a primeira opção da maioria das participantes. No entanto, as regras rígidas muitas vezes as impedem de acessar esses locais com regularidade.

As participantes precisam revezar entre os albergues Municipal e Felipe Diehl, já que o Dias da Cruz não permite a entrada de pessoas trans, e só podem permanecer até 15 dias consecutivos em cada um. Elas relatam que mulheres cis e trans devem entrar até, no máximo, 18:30h, sob pena de serem proibidas de pernoitar, e todos devem deixar o local às 7h. Não é permitido usar nem carregar celulares. Também, durante as refeições, é proibido trocar comida ou doar a outras pessoas algum alimento que tenha sobrado na bandeja. No albergue Felipe Diehl há outras regras como, por exemplo, a proibição de conversar com outras pessoas durante as refeições. Carla relatou que foi suspensa por 3 dias porque durante a janta estava conversando com uma moça. Todas as proibições têm como punição a suspensão da entrada nos albergues. Em relação ao Municipal, as participantes relatam más condições de higiene, frequente falta de água para tomar banho e falta de chuveiros quentes no inverno. Já o albergue Felipe Diehl tem melhores condições de higiene e infraestrutura.

A falta de adaptabilidade aos serviços de abrigagem é relatada por autoras que abordam o tema da condição de rua no Brasil (COSTA, 2005; PIMENTA, 2019); elas apontam a existência de regras rígidas como fator que dificulta o acesso e permanência das pessoas nesses serviços:

São muito heterogêneas as experiências existentes no país, que vão desde locais onde as regras são construídas com a participação dos usuários e dizem respeito a questões básicas, como não fazer uso de álcool e drogas no local, não portar arma e tomar banho; até experiências de instituições bastante rígidas e seletivas, que têm como objetivo implícito a mudança de comportamentos (COSTA, 2005, p. 7)

O mais recente estudo¹⁵ sobre a população em situação de rua em Porto Alegre, realizado em 2016, averiguou que a maior parte das pessoas entrevistadas (30%) deixam de frequentar abrigos e albergues devido às “regras rígidas, que estabelecem horários rigorosos para entrar e sair, impedem que casais e famílias se acomodem juntos, proíbem o uso de álcool e drogas e, também, a entrada de animais de estimação” (PIMENTA,

¹⁵ Pesquisa Cadastro e Mundo da População em Situação de Rua de Porto Alegre, RS, 2016. Realizada pela UFRGS com apoio da Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc). Disponível em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?reg=41&p_secao=120 Acesso em: 25 jan. 2019.

2019, p. 95). Outros 15,6% das pessoas em condição de rua entrevistadas apontam que não utilizam os albergues e abrigos devido às “formas de tratamento dos monitores e funcionários, que incluem racismo, discriminação, preconceito, violência, na forma de agressões físicas e verbais” (PIMENTA, 2019, p. 95). Ainda segundo o estudo, ao todo, 51% dos respondentes não utilizam os albergues da cidade e 71,2% não utilizam os abrigos.

Quando não se adequam às regras dos albergues, as participantes dormem na rua ou, com menor frequência, se hospedam em pensões e hotéis de baixo custo ao longo da avenida Voluntários da Pátria. Uma dessas pensões, cujo valor de pernoite era dos mais acessíveis, pegou fogo no fim de 2018, e quatro pessoas morreram no local (está descrita na **figura 1** como “Pensão frequentada esporadicamente”). Malu e o namorado estavam hospedados na pensão neste dia, mas não estavam presentes no momento do incêndio. Suas roupas e pertences, no entanto, foram perdidos.

Quando não lhes resta outra alternativa senão dormir na rua, elas relatam reunir-se em grupos de três ou mais pessoas e se acomodam sobre lençóis ou cobertores, se os têm. Certo dia, depois do incêndio na pensão, Malu me contatou através do *messenger* do Facebook pedindo ajuda para conseguir cobertas, pois ela e Rafaela tinham sido suspensas dos albergues e havia dias estavam dormindo diretamente na calçada, sem nada para se cobrir.

Já o Centro Pop permite a abrigagem durante o dia, das 7h às 19:30h, sendo que é possível sair a qualquer horário, mas só se pode entrar em dois momentos: entre 7h e 7:30h e entre 13h e 13:30h. Bastante utilizado pelas participantes, é mais acessível que os albergues, mas também aplica suspensões por mau comportamento ou descumprimento das regras. Julia foi suspensa por, conta ela, ter chegado depois do horário de entrada e ter insistido e gritado para que a deixassem entrar. Aqui as participantes podem fazer ligações telefônicas de até três minutos (elas utilizam o serviço quando precisam se comunicar com alguém e não conseguem fazê-lo através da internet em outras instituições), e também conseguem encaminhamentos para retirar documentos e para a inscrição no programa Bolsa Família¹⁶.

O Restaurante Popular, dito bandejão, é utilizado quase todos os dias da semana pelas participantes. Ao custo de 1 real, é possível fazer uma refeição completa. Muitas vezes, esse é o único momento do dia em que elas se alimentam – seja por não terem

¹⁶ Há uma modalidade do programa Bolsa Família para pessoas em situação de rua. Para se inscrever é preciso ter ao menos um documento oficial, o que não é o caso de Amanda e Julia. Carla, Jussara, Malu e Rafaela são beneficiárias do programa e recebem, cada uma, 91 reais por mês.

dinheiro para comprar comida e por não poderem acessar as instituições que oferecem jantar e lanches, seja pelo efeito do crack, que inibe a fome (nesse caso, trata-se de Julia, Amanda e Rafaela, que relatam passar muitas horas sem comer e sem dormir quando estão sob efeito da droga). Já aos fins de semana, elas usufruem dos serviços de ONGs que oferecem almoço à população de rua.

Outra estratégia praticada por algumas delas para conseguir alimento é pedir ajuda em frente a supermercados no Centro ou nos bairros de classe média mais próximos dos seus territórios de sobrevivência, como Bom Fim, Independência e Floresta. No entanto, elas dificilmente percorrem muitos territórios desses bairros, e quase nunca adentram o Moinhos de Vento, por exemplo, bairro de classe média-alta que fica muito próximo aos seus territórios de sobrevivência e de trabalho (ver **figura 2**). Segundo algumas participantes, trata-se de locais em que elas não se sentem à vontade para estar, além de que suas necessidades básicas são todas supridas nos arredores. Aqui fica bastante evidente a maior rigidez das fronteiras que separam o seu sistema semiótico dos sistemas semióticos adjacentes, isto é, os da classe média e da classe média-alta. No entanto, as fronteiras são zonas de liminaridade, de trânsito e tensionamentos entre estruturalidades e semiosferas, de modo que ao adentrarem outros territórios – e, portanto, ao promoverem desterritorializações – elas provocam tensionamentos, criam textos que desafiam os sistemas modelizantes e agenciamentos de enunciação que visam a mantê-las apartadas, ocultas, segregadas. Ao transitarem pelos supermercados de classe média e pelos territórios da classe média-alta, elas se fazem visíveis, expõem sua precariedade, gerando semioses que obrigam o tensionamento, dando a ver outros agenciamentos.

Um desses agenciamentos foi justamente o que possibilitou o encontro entre mim e Amanda, e o que fez emergirem afetos capazes de impulsionar essa pesquisa. Foi numa desterritorialização empreendida por Amanda a um território de classe média, onde eu estava presente, que nós nos encontramos. Dessa oportunidade, afetos surgiram de maneira que eu, como pesquisadora, precisasse me descentralizar, num processo afetivo de, ao mesmo tempo, desfazer visões de mundo totalizantes e de ativar a percepção para os espaços vividos, para os territórios – na dimensão de um “devir-outro continuando a ser o que se é” de que falam Deleuze e Guattari.

Outras desterritorializações estão evidenciadas na terceira parte deste mapa.

Territórios de trabalho

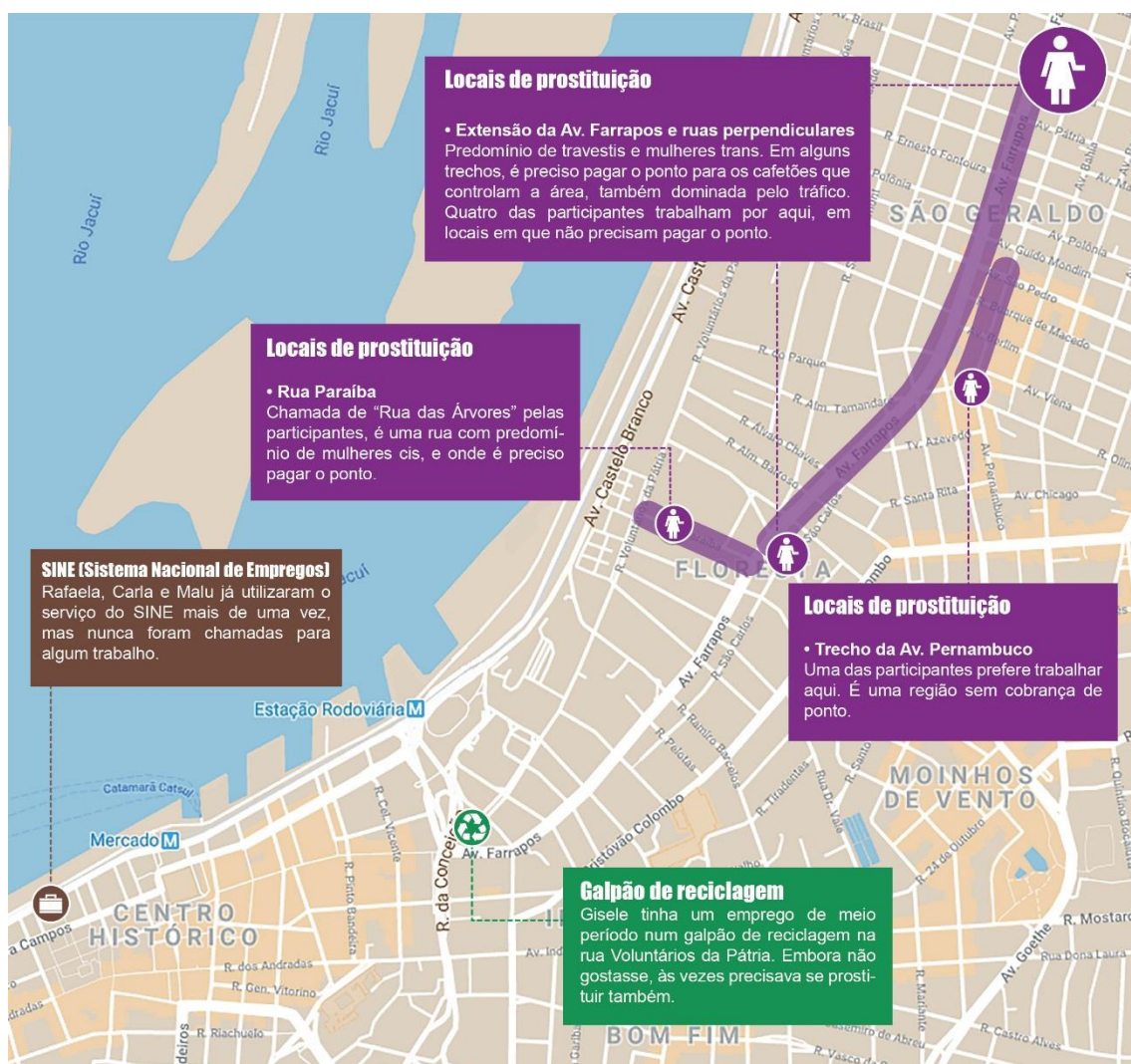


Figura 2: parte do Mapa Territorialidades – territórios de trabalho

É possível notar na **figura 2** que os territórios voltados ao trabalho são muito próximos aos territórios de sobrevivência ocupados pelas mulheres trans desta pesquisa. Isso evidencia que elas passam a maior parte de seus dias nesses locais e nessa região da cidade.

Todas elas têm ou já tiveram a prostituição como fonte de renda principal. Junto a isso, algumas trabalham esporadicamente em outras ocupações – Gisele tinha um emprego de meio período em um galpão de reciclagem; Amanda passa os dias pedindo ajuda às pessoas nas ruas dos bairros de classe média próximos ou limpando a pensão onde dorme em troca de estadia, mas também faz programa vez ou outra; Malu recebe

pensão de um salário mínimo, mas quando falta dinheiro, se prostitui; Carla, Júlia e Rafaela se prostituem regularmente e é sua fonte principal de renda; Jussara trabalhou nas eleições com distribuição de santinhos e faz outros serviços, mas em geral também vive da prostituição.

Segundo o que relatam Carla, Rafaela e Malu, o fato de serem transexuais e também de estarem em situação de rua lhes dificulta enormemente o acesso a empregos formais ou trabalhos fora da prostituição. Ou seja, ainda que elas possam não ter qualquer restrição quanto à atividade como trabalhadoras do sexo, ao mesmo tempo lhes é negada a possibilidade de *escolher* trabalhar com algo que não a prostituição. É interessante notar aqui a percepção que elas têm quanto à interseccionalidade de sua condição subalterna, ao menos no que diz respeito à dificuldade de conseguirem trabalho formal.

As três contam que estiveram no SINE (Sistema Nacional de Empregos) buscando vagas de trabalho, mas nunca foram chamadas para fazer entrevista. Certa vez Rafaela deixou currículo em um restaurante no centro para trabalhar como auxiliar de cozinha, mas o máximo que aconteceu foi que a chamaram para a entrevista.

Desterritorializações



Figura 3: parte do Mapa Territorialidades – desterritorializações

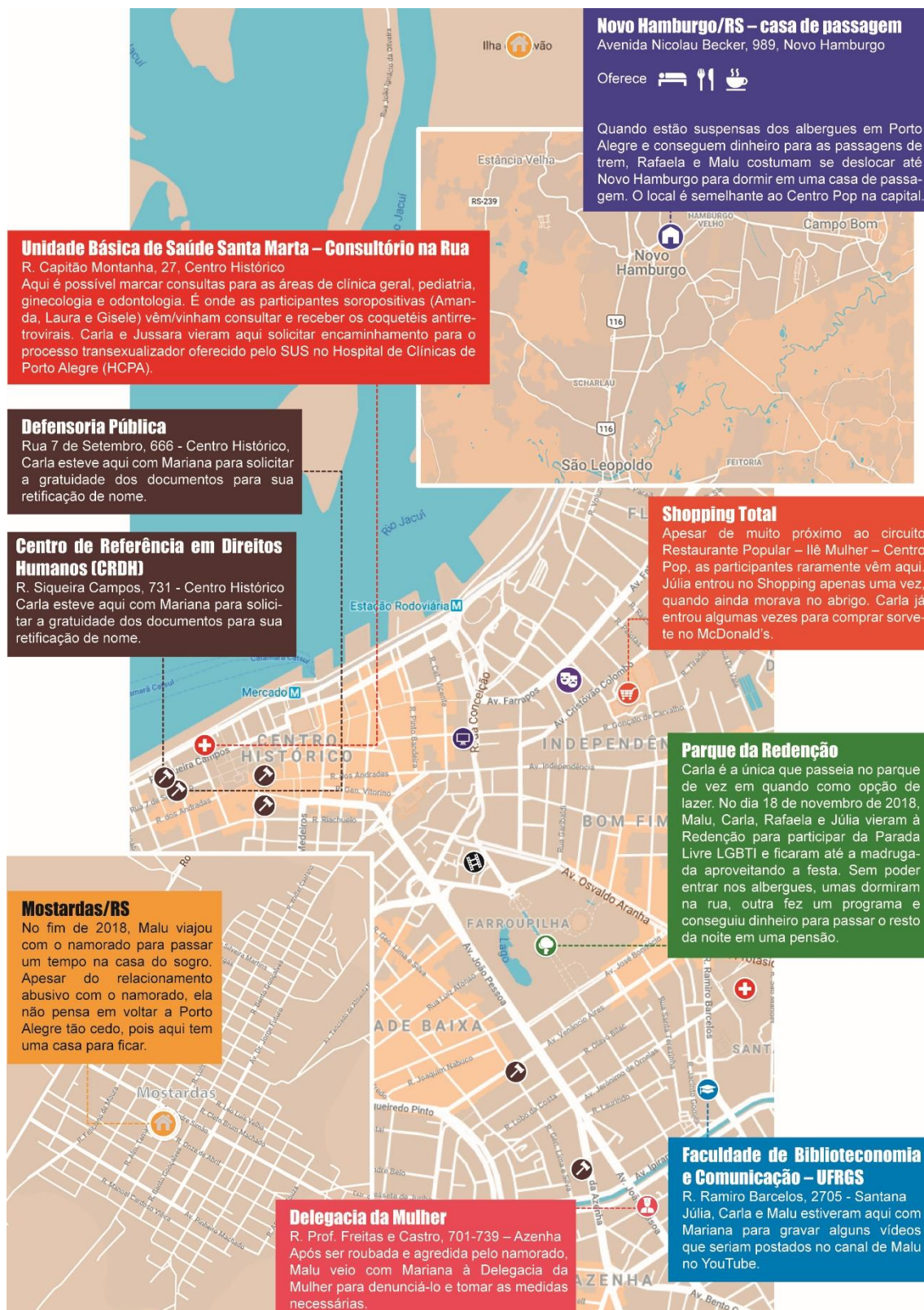


Figura 4: parte do Mapa Territorialidades – desterritorializações

Esta parte do mapa compreende desterritorializações que acontecem tanto para além dos territórios de sobrevivência e trabalho, no espaço físico-geográfico, quanto no interior destes territórios. O aspecto mais importante dessas desterritorializações, no entanto, são justamente os movimentos nas fronteiras semióticas, os espaços vividos, as subjetivações, os desejos (afetos e devires) e as reterritorializações.

Além disso, é necessário atentar para o fato de que há dois “conjuntos” de desterritorializações: (1) as empreendidas pelas participantes apenas, sem necessariamente a minha presença, e (2) outras empreendidas por elas com a minha intervenção direta como cartógrafa-participante¹⁷.

Começamos pelo primeiro conjunto: na **figura 3**, pode-se reunir nesse conjunto o SESC, o Ilê Mulher, o Hospital de Clínicas e a Ilha do Pavão; na **figura 4**, estão nesse grupo as cidades de Novo Hamburgo e Mostardas, a Unidade Básica de Saúde Santa Marta, o Shopping Total e o Parque da Redenção – isto é, todas desterritorializações realizadas pelas participantes no seu cotidiano, sem necessariamente a minha intervenção direta¹⁸.

O SESC e o Ilê Mulher são instituições que a maioria das participantes utilizam para acessar a internet. Se configuram em desterritorializações de diversos modos, sendo um deles porque o uso da internet por elas é esporádico e o acesso é precário se comparado às condições de acesso das classes médias e alta. Essa paisagem, no entanto, será melhor explorada no capítulo 4, com as descrições das oficinas de inclusão digital e com o *Mapa Agenciamento dos usos das TIC*.

O Hospital de Clínicas (HCPA) e a Unidade de Saúde Santa Marta estão interligados. Esta última possui um serviço de Consultório na Rua, que visa a atender a população em situação de rua; mas as participantes raramente vão a consultas médicas. Aquelas que fazem/faziam esse movimento são Amanda, Gisele e Laura, que são soropositivas e precisam/precisavam receber os coquetéis antirretrovirais. Amanda costuma fazer o tratamento de maneira assídua, mas relatou que já ficou mais de 1 mês sem os medicamentos porque estavam em falta no Santa Marta. Laura e Gisele não iam assiduamente retirar os remédios, o que parece acontecer com grande frequência entre

¹⁷ Há que se lembrar de que a cartografia é pesquisa-intervenção, no sentido de que a/o pesquisador/a, ao conhecer, cria mundos, cria realidades (ou seja, pesquisar é criar junto, e não representar paisagens já dadas e estabelecidas). Assim, a minha intervenção deu-se ao longo de todo o processo de pesquisa, e nos implicamos mutuamente pesquisadora-cartógrafa e participantes. No entanto, neste segundo conjunto de desterritorializações, quando enfatizo a minha “intervenção direta” significa que o movimento de saída do território ocorreu com a minha presença física intervindo diretamente na criação desses mundos e na inter-relação dos afetos.

¹⁸ Não discorro sobre todos esses lugares, pois alguns já estão suficientemente explicitados nas figuras 3 e 4.

pessoas soropositivas em situação de rua¹⁹. É também onde a maioria das mulheres trans do Centro vão obter encaminhamento para o processo transexualizador oferecido pelo SUS no HCPA²⁰. Jussara e Carla estiveram no posto Santa Marta para as consultas iniciais e encaminhamento para este tratamento, mas ainda não foram chamadas no HCPA. Elas estão esperando na fila há mais de 1 ano. Jussara relatou que gostaria de colocar silicone e tomar hormônios, mas não quer fazer a cirurgia de redesignação sexual. Já Carla quer fazer o tratamento completo. As outras 6 participantes não buscaram o encaminhamento para os procedimentos médicos de transexualização, seja por não terem interesse em se submeter a cirurgias, seja por terem perdido os documentos ou por não conseguirem garantir assiduidade no tratamento. Assim, o HCPA é uma desterritorialização virtual, que pode vir a se atualizar nas experiências de Jussara e Carla.

Outro lugar de desterritorialização, embora fique muito próximo geograficamente dos territórios de sobrevivência e de trabalho, é o Shopping Total. As participantes raramente vão ao local. Carla relata que entra às vezes para comprar sorvete no McDonald's e certa vez entrou no supermercado que fica dentro do shopping para comprar comida: *“acharam que eu entrei no mercado pra roubar, ficaram seguindo eu dentro do mercado, olhando estranho. Daí uma hora me estressei e falei assim: ‘olha, eu não vim roubar, eu vim comprar’.* Daí ficaram quietos, pediram até desculpa”, conta Carla. Julia diz ter entrado neste shopping uma vez quando ainda morava no abrigo e, como diz ela, *“ainda andava arrumada”*. Hoje em dia, explica, *“nem entro nesses lugar, porque eu sei que vão me olhar com cara feia, eu não vou gostar e vou responder, ainda mais que eu sou desbocada”*.

Aqui percebe-se o abismo que as separa de um território que é, por excelência, de consumo. Como veremos no próximo capítulo, as mulheres trans neste trabalho fazem parte de uma população “sobrante”, que por não servirem ao capitalismo em seu regime de acumulação e exploração atual (por diversos motivos), simplesmente são empurradas para fora do circuito hegemônico de produção e consumo de bens materiais e imateriais. No entanto, há sempre tensões, há sempre algo que escapa e se reterritorializa: Carla

¹⁹ Costa (2005, p. 8) mostra que “nos casos em que os tratamentos aplicados exigem comportamentos regrados e condições de vida protegidas, como no caso da Aids e da Tuberculose, as pessoas que vivem nas ruas dificilmente conseguem adequar-se às exigências de tais tratamentos; por isso acabam piorando em suas doenças, infectando outras e mesmo morrendo nas ruas, por doenças que teriam condições de tratamento em outras circunstâncias menos adversas”.

²⁰ O processo transexualizador oferecido pelo SUS inclui as cirurgias de redesignação sexual (apenas para mulheres trans), mastectomia (retirada das mamas), histerectomia (retirada do útero), plástica mamária reconstrutiva e tireoplastia (extensão das pregas vocais para mudança da voz), e também o tratamento hormonal.

promove des-re-territorialização ao entrar no shopping, comprar um sorvete, comprar comida no supermercado e ainda fazer com que lidem com sua presença, que a muitos incomoda. Por outro lado, Julia de certa forma “se contenta” com sua situação subalterna, uma vez que prefere evitar esse tipo de desterritorialização. Essa não parece ser uma reação isolada de Julia no âmbito das vivências trans e travestis:

A vivência constante da discriminação faz com que muitas travestis [e mulheres trans] acabem por significar a condição de exclusão como inexorável, não se reconhecendo enquanto sujeitos de direitos, mas sim enquanto pessoas que até podem receber pequenos benefícios dados por órgãos governamentais ou não governamentais. Assim, acabam por acreditar que devem “se contentar” com a vida que possuem e a renda que conseguem por meio da prostituição, que se constitui, por vezes, como a única forma de sobrevivência que encontram, frente às dificuldades de acesso à profissionalização e à inserção no mercado, que também se pautam no padrão [cis-]heteronormativo (AMORIM et al, 2013, p. 526).

Outro desses locais é a Ilha do Pavão, território sob jurisdição do município de Porto Alegre, para onde Carla empreendeu uma linha de fuga: recentemente saiu da rua e foi morar em uma casa nesta região. Segundo seu relato, ela fez amizade com um homem com quem costumava fazer programa, até que este amigo lhe ofereceu moradia nessa localidade, depois de aproximadamente 2 anos em situação de rua. Carla não soube explicar em detalhes os trâmites em relação ao imóvel, mas contou que não precisa pagar aluguel, nem água, nem luz. Possivelmente trata-se de uma ocupação.

No segundo conjunto de desterritorializações aparecem a Central de Distribuição de Títulos (CDT), o Tabelionato de Protesto, o Cartório de Registro Civil, o Instituto de Identificação, a Sala Redenção (**figura 3**) e também a Defensoria Pública, o Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH), a Delegacia da Mulher e a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico-UFRGS) (**figura 4**).

Durante a imersão em campo, algumas participantes me pediram ajuda para o encaminhamento de documentos: Carla, para a retificação do nome e gênero; e Júlia, para obter a segunda via de sua Certidão de Nascimento e RG, uma vez que os havia perdido. Nos desterritorializamos, juntas, a estes locais (CDT, Tabelionato, Cartório, Instituto de Identificação, CRDH), já que eu também não tinha conhecimento destes trâmites burocráticos nem de todos estes territórios. Foram vários dias pesquisando juntas quais eram os documentos necessários, quais os procedimentos, etc. No caso de Julia, foi mais fácil: descobrimos o cartório em que ela foi registrada e depois conseguimos gratuitamente os documentos. Já Carla precisa de uma lista enorme de documentos para

a posterior retificação do nome, dentre os quais estão certidões que custam de 50 a 80 reais. Recorremos à Defensoria Pública para solicitar a gratuidade destas certidões, já que se trata de uma pessoa em situação de rua. Para tal, fomos encaminhadas ao CRDH, onde fomos muito bem atendidas por uma advogada trans. Exponho esse detalhe em particular devido aos afetos provocados em Carla, que, ao ver uma mulher trans num cargo de importância, mostrou-se muito admirada: “*Professora, você viu que ela era trans também? Viu que bonita? Que inteligente...*”, me disse no caminho de volta, genuinamente entusiasmada. Devido a que solicitamos a gratuidade dos documentos, o processo é demorado: estamos aguardando há mais de 3 meses. Se pagássemos, as certidões estariam prontas na hora.

Outro momento de desterritorialização bastante significativo para algumas das participantes foram nossas visitas ao cinema, duas vezes, na Sala Redenção da UFRGS:

[DC] [CineResistências]

Fui para a rua procurar por elas. Queria convidá-las para assistir a alguns filmes sobre pessoas trans da mostra CineResistências. Encontrei Jussara, Gisele e Carla. Era preciso combinar um dia antes, para que elas pudessem se organizar para sair do Centro Pop à tarde levando suas malas e pertences. Pedi que convidassem as outras gurias e combinei de encontrá-las em frente ao Centro Pop, às 15:30. Prometi que iríamos até a UFRGS de Uber, pois fica um pouco longe e pensei que assim elas se sentiriam mais motivadas a ir.

No dia seguinte, apenas Carla estava lá. Pegamos todas suas sacolas e bolsas e fomos até o Campus Centro da UFRGS. Ela estava toda arrumada e maquiada: “ó, tomei banho e tudo, tô bem babadeira”. Assistimos ao curta Estamos todos aqui e ao documentário Meu Corpo é Político. Após a sessão, ficamos um pouco no debate. Carla se manifestou, muito tímida, dizendo que tinha adorado os filmes. Tivemos que sair correndo, pois ela precisava entrar no albergue Felipe Diehl até às 18:30, e já eram 18h. Ao passarmos pela lancheria dentro do campus, perguntei se ela estava com fome. Ela me olhou sem graça. Puxei-a pelo braço e entramos na lancheria. Carla parecia espantada e ao mesmo tempo admirada. Na saída, ela comentou:

– Meu Deus, nem acredito que eu entrei na lanchonete!

Ela ainda foi correndo pegar um ônibus que fosse até Navegantes, onde fica o albergue. Pedi para ela convidar as outras meninas para irmos de novo no dia seguinte, no mesmo horário e lugar de encontro.

Dessa vez Gisele apareceu também, empolgada por fazer algo diferente. Fomos eu, Carla, Gisele e uma moça amiga delas, de Uber. Gisele estava adorando andar de carro: “tô muito chique mesmo de Uber!” Vimos o curta Vaca Profana e o documentário Meu nome é Jacque. Durante a sessão, elas riam, cochichavam umas no ouvido das outras, reagem às cenas soltando palavras em voz alta. Gisele até previu o final do curta, avisando as outras que estavam ao seu lado. Elas saíram de lá alegres, comentando os filmes e dizendo que tinham gostado muito.

Dias depois, quando entrevistei Carla, ela comentou sobre a experiência de ter ido ao cinema e de ter entrado no espaço da universidade:

[DC] [Carla sobre a ida ao cinema no campus da UFRGS]

– Como você se sentiu de ter ido ver os filmes?

– Ah eu me senti bem, eu imaginei um dia estar estudando. Porque toda vez que eu passava lá, eu tinha vontade, eu falava assim: aí meu sonho era conhecer lá dentro. Só que assim, não tinha ninguém que eu conhecesse ali dentro... daí eu fiz amizade com você, você me apresentou, aí fiz amizade com seus amigos lá.

– Eu lembro que no dia a gente passou na lanchonete pra pegar comida.

– Eu tava com fome aquele dia

– Você ficou tímida para entrar lá?

– Ah eu fiquei tímida, porque o pessoal tava muito arrumado, e eu tava desarrumada, fiquei com vergonha (risos)

– Mas você não tava desarrumada!

– É, eu não tava desarrumada, mas tipo assim: o pessoal ali a maioria tem dinheiro, a família tem grana, e eu...

– Você acha que eles iriam te olhar diferente?

– Não o pessoal ia olhar igual, mas tipo assim, eu que senti que eles têm dinheiro e eu não. Eu achei que tem muita gente legal, tem até uns né (risos) sem comentário (risos)... os playboyzinho né, bem bonitinhos, mas né, assim... Mas eu fiquei meia tímida, porque uma pessoa simples assim pra entrar num lugar cheio de gente playboy que faz faculdade e patricinha, né...

– Entendo – respondi, rindo de nervosa. – E você pensou em voltar a estudar?

– Ah meu sonho era fazer faculdade, eu terminei o ensino médio, adorava fazer redação, fazer prova de matemática, eu tenho 26 anos, eu sou nova... dá pra fazer faculdade ainda.

– Dá, sim!

– Meu sonho é fazer faculdade, mas que jeito? Eu tô me matando pra conseguir uma geladeira (risos) imagina fazer uma faculdade, né?

Uma semana depois do término das oficinas, fomos eu, Carla, Malu e Julia até a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico) da UFRGS. O objetivo era gravarmos alguns vídeos e também fazermos um canal no YouTube para as participantes, que seria administrado por Malu, auxiliando-as no processo de edição de vídeo. Antes, porém, é preciso mencionar rapidamente como chegamos até aqui, evidenciando também um aspecto metodológico da pesquisa.

Eu vinha pensando que gostaria de produzir uma contrapartida às participantes, desejando justamente que, nesta pesquisa-intervenção, coisas que estavam em potência fossem afirmadas, que materialidades fossem criadas. Durante a formação dessa paisagem por meio do acompanhamento dos efeitos e afetos engendrados com as nossas

intervenções mútuas, Malu manifestou o desejo de ter um canal no YouTube; as outras participantes e eu desejamos nos engajar. Assim, entende-se a própria pesquisa como intervenção e como máquina desejante, que produz, que cria.

Daí que, para darmos continuidade àquele(s) desejo(s), pensei em tentar conseguir celulares usados para doar às participantes, além de roupas e maquiagens, produtos pelos quais elas têm verdadeiro fascínio e que em geral custam caro. Levei a ideia ao meu grupo de pesquisa, perguntando se tinham em casa esses itens para doação. O grupo conseguiu juntar muitas roupas, muitas maquiagens, cobertores e 2 celulares usados (um *smartphone* e outro simples, mais antigo). Àquela altura, apenas Carla, Malu e Julia estavam participando da pesquisa, as duas primeiras mais assiduamente e a última já estava num processo de afastamento devido a ter intensificado o uso de crack, sem aceitar ajuda para tratamento. Mesmo assim, as três se dispuseram a ir até a Fabico - UFRGS para gravarmos vídeos e para elas receberem as doações.

Das oito participantes iniciais, Malu era a única que tinha um *smartphone* e que usava a internet mais regularmente. Mas, numa briga com o namorado, ele quebrou seu celular. Então tínhamos 2 aparelhos para 3 pessoas. Como já havíamos conversado sobre criar um canal no YouTube administrado por Malu, foi ela quem recebeu o *smartphone*. O outro foi doado a Carla, que queria um aparelho para poder se comunicar com a família e com seus clientes. Infelizmente, Julia, precisamente aquela que se encontrava mais precarizada, ficou sem²¹.

De todo modo, elas experimentaram as roupas, escolheram quais queriam, montaram looks, escolheram maquiagens e gravaram alguns vídeos. Com a ajuda da colega Douglas, também aprendemos juntas ferramentas de edição de audiovisual. Para montarmos as pautas dos vídeos, perguntei a elas: “O que vocês sabem que gostariam de contar para outras pessoas através do YouTube?” “Hormônios!”, disse Carla. “Maquiagem, moda”, disse Malu. “Ótimo! E que tal contar também como é ser trans e viver na rua?”, sugeri. Elas concordaram, mas fazendo umas caras não muito entusiasmadas, levando-me a entender que esse claramente não era o assunto sobre o qual elas mais gostariam de falar.

Dessa forma, aqui a desterritorialização se estabeleceu não só porque elas adentraram o espaço da universidade – território que lhes tem sido historicamente negado –, mas também pelo fato de elas terem demonstrado não ter muito interesse em falar sobre

²¹ As amigas de Julia me desencorajaram a conseguir um celular para ela, pois tinham certeza de que ela iria vender para comprar crack. Foi uma situação complicada com a qual tive que lidar, Julia ficou muito chateada, se sentindo preterida.

sua condição de rua. O que elas gostariam, mesmo, era de falar sobre seus conhecimentos a respeito da terapia hormonal para mulheres trans, sobre moda, sobre maquiagem. A minha sugestão de que elas falassem de sua vivência na rua evidentemente partia da minha condição privilegiada de pesquisadora, preocupada com a importância política de que as próprias participantes discorressem e pensassem sobre sua precariedade. Mas, ao fazê-lo, não atentei para o fato de que seus interesses são outros, de que elas não necessariamente se sentiriam à vontade para falar sobre suas mazelas em nome de produzir uma performatividade política na internet. No momento em que perguntei se queriam gravar um vídeo sobre sua condição de rua, elas demonstraram desentusiasmo, como quem diz que não tem interesse em falar de suas dificuldades, problemas e sofrimento, mas sim que prefere desterritorializar falando sobre seus conhecimentos, sobre suas potencialidades.

[DC] [Delegacia da Mulher com Malu]

Seis dias depois da ida à Fabico, Malu me enviou mensagem pelo Facebook, estava no SESC. Precisava de ajuda, o namorado havia batido nela e roubado todas as suas coisas, inclusive o celular que ela tinha recém ganhado. Daí que fui encontrá-la e fomos juntas até a Delegacia da Mulher. Malu estava extremamente fragilizada, machucada. Ao chegarmos na Delegacia, havia ao menos sete mulheres esperando para serem atendidas, e fomos informadas de que o tempo de espera era de cerca de 2 horas e meia. Já eram 16:30h e Malu queria ir até a Casa de Passagem em Novo Hamburgo para passar a noite, porque estava com medo de ficar em Porto Alegre e encontrar o seu agressor. Como ela precisaria chegar na instituição até as 18:30h, preferiu desistir do atendimento.

Depois de algumas semanas, ela reencontrou o namorado, que lhe pediu desculpas e lhe deu de presente outro celular. Malu retomou o relacionamento, que ela sabe ser abusivo.

3 INTERSECCIONALIDADE RIZOMÁTICA: A TRANS-RALÉ EM POTÊNCIA

3.1 Feminismos e Interseccionalidade

Nesta seção faz-se uma recuperação, no eixo diacrônico, de aspectos dos feminismos e da vertente que deu origem à interseccionalidade, propondo, ao final, uma maneira de pensar essa abordagem em termos do rizoma.

O feminismo, cujas primeiras manifestações remetem ao fim do século XIX, foi o responsável pela emergência das problemáticas das mulheres no âmbito social, ademais de ter fornecido as bases paradigmáticas para as diversas questões de gênero que surgiriam posteriormente. A história dos movimentos feministas é comumente dividida em ondas. Como situam Tomazetti e Brignol (2015, p. 33), estas são divisões espaço-temporais que delimitam as práticas políticas predominantes dos períodos históricos, contemplando “certa interpretação dos cenários e da diversidade do movimento e assinalam, através de marcos históricos, como ele se reinventou ao longo de suas trajetórias em permanente resposta às problemáticas estruturais de cada época”.

Guacira Lopes Louro (1997) mostra que a primeira onda do feminismo teve início em fins do século XIX, em países da Europa e nos Estados Unidos, e centrou-se, sobretudo, na reivindicação do sufrágio para as mulheres e em questionamentos relativos a obrigações familiares e direitos de trabalho. No entanto, os esforços desta primeira onda remetiam exclusivamente aos interesses de mulheres brancas e de classe média.

O movimento sofreria certo arrefecimento nos anos seguintes, ganhando força novamente a partir do fim dos anos 1960, quando da emergência da chamada segunda onda. Além de reivindicarem direitos políticos e sociais em maior profundidade, as mulheres agora se preocupavam em construir o feminismo enquanto campo teórico. Nesse âmbito, então, tinha-se a ação militante paralelamente a uma produção teórica conduzida por mulheres, caracterizando o próprio feminismo enquanto movimento multifacetado. É nesse contexto que, segundo Louro (1997), o conceito de gênero é engendrado e problematizado pelo feminismo. Para as feministas da segunda onda, gênero era uma dimensão de caráter fundamentalmente social, que se opunha ao sexo biológico. Segundo tal concepção, o sexo é tido como aquilo que diz respeito ao natural, definido biologicamente, e o gênero é definido a partir de uma construção social que determina características pré-estabelecidas para homens e mulheres. Essa categoria analítica tinha como escopo justamente diferenciar a esfera biológica da social,

contestando as características tidas como “naturalmente” femininas, na tentativa de desconstruir as imposições sociais das representações atribuídas à mulher:

Afasta-se (ou se tem a intenção de afastar) proposições essencialistas sobre os gêneros; a ótica está dirigida para um processo, para uma construção, e não para algo que exista *a priori*. O conceito [de gênero] passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. (LOURO, 1997, p. 23)

No entanto, ao problematizar o conceito de gênero nestes termos, as feministas da segunda onda acabavam por “insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo”, como pontua Scott (1995, p. 3). Dessa forma, embora suscitasse uma rejeição ao determinismo biológico implícito na noção de ‘sexo’ e na de ‘diferença sexual’, o conceito de gênero ainda não estava configurado de maneira a questionar a ‘natureza biológica’ dos corpos:

Ao dirigir o foco para o caráter "fundamentalmente social", não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. (LOURO, 1997, p. 21)

Assim, o feminismo acabava ressaltando a problematização das características puramente sociais atribuídas aos sexos, em detrimento de evidenciar uma perspectiva capaz de discutir questões mais complexas, como a da própria naturalização do caráter biológico do sexo. Ademais, como opina Scott (1995), prevalecia em tais abordagens uma visão funcionalista, fundamentada a partir das características biológicas, levando, em última instância, à perpetuação das oposições binárias masculino/feminino, homem/mulher.

Outra crítica apontada por Scott (1995) a respeito do conceito de gênero engendrado até então pelas feministas da segunda onda trata da dificuldade que o termo tinha de problematizar questões sociais mais profundas, como a própria modificação dos paradigmas históricos vigentes²². Em suma, a autora propunha que o gênero se estabelecesse como categoria de análise, estudada em sua articulação com outros aspectos sociais, tais como as formas como se dão as relações humanas, a organização do conhecimento histórico, as práticas históricas atuais.

²² “Mesmo se nesse uso o termo ‘gênero’ afirma que as relações entre os sexos são sociais, ele não diz nada sobre as razões pelas quais essas relações são construídas como são; ele não diz como elas funcionam ou como elas mudam. No seu uso descritivo o ‘gênero’ é portanto um conceito associado ao estudo das coisas relativas às mulheres. O ‘gênero’ é um novo tema, novo campo de pesquisas históricas, mas ele não tem a força de análise suficiente para interrogar (e mudar) os paradigmas históricos existentes.” (SCOTT, 1995, p. 8)

Em meio ao contexto da segunda onda, emerge o feminismo negro, vertente que questionava o feminismo tal como era praticado à época, isto é, como sendo composto predominantemente por mulheres brancas de classe média, as quais, sem dúvida, não tinham as mesmas demandas das mulheres negras. Foi justamente no interior do feminismo negro estadunidense do fim da década de 1970 que surgiu a teoria interseccional – quando essas mulheres passaram a expor as relações entre os diferentes eixos de opressão e desigualdade, e a apontar os efeitos dessa dinâmica em suas vidas.

Mais precisamente, o pensamento surgiu com o coletivo feminista negro *Combahee River*, materializado no texto *A Black Feminist Statement*, escrito em abril de 1977. Estas mulheres passaram a reunir-se a partir de 1974 e formularam coletivamente suas teses sobre as discriminações a que estavam sujeitas. Diferentemente das abordagens apontadas pelo feminismo branco e pelos estudos em humanidades até então, as mulheres deste coletivo chegaram a uma percepção bastante inovadora àquele momento: a de que os sistemas de opressão de gênero, sexualidade, raça e classe estavam interligados, e não existiam de maneira isolada e independente:

[...] nós temos um compromisso ativo na luta contra as opressões racial, sexual, heterossexual e de classe, e temos a tarefa de desenvolver uma análise e prática integradas baseadas no fato de que os principais sistemas de opressão estão interrelacionados. A síntese dessas opressões cria as condições de nossas vidas. Como mulheres Negras, percebemos o feminismo Negro como o movimento político lógico para combater as opressões múltiplas e simultâneas que todas as mulheres Negras enfrentam. (COMBAHEE RIVER COLLECTIVE, 1983, p. 210, tradução minha²³)

Muitas outras autoras feministas inspiraram-se posteriormente nesta abordagem, produzindo, ao longo das décadas de 1980 e 1990, conteúdo que convergia em evidenciar as relações de poder e privilégio existentes na sociedade (PLATERO, 2012). Esta perspectiva, assim, coexistia com as outras abordagens do feminismo que floresciam à época.

Outra autora de suma importância para a teoria interseccional é Kimberlé W. Crenshaw, feminista negra da área do Direito. No texto *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*, de 1989, Crenshaw cunha o termo “interseccionalidade”

²³ “[...] we are actively committed to struggling against racial, sexual, heterosexual, and class oppression, and see as our particular task the development of integrated analysis and practice based upon the fact that the major systems of oppression are interlocking. The synthesis of these oppressions creates the conditions of our lives. As Black women we see Black feminism as the logical political movement to combat the manifold and simultaneous oppressions that all women of color face”.

para referir-se ao entrecruzamento dos eixos de opressão voltados especialmente às mulheres negras. Neste artigo, a autora debate um processo judicial ingressado por uma mulher negra estadunidense que alegava não ter sido contratada por uma grande empresa justamente por ser mulher e por ser negra. A corte julgou improcedente a ação e descabida a reivindicação da mulher, alegando que a empresa possuía em seu quadro de colaboradores homens negros e também mulheres, de forma que, a seu ver, não havia ali sexismo nem racismo. No entanto, Crenshaw aponta que as funcionárias mulheres da empresa eram todas brancas, e os funcionários negros eram todos homens. Sua tentativa foi a de evidenciar a falácia contida no argumento usado pela corte, já que esta havia se recusado a reconhecer que mulheres negras estão submetidas, simultaneamente, a discriminação de raça e de sexo/gênero.

Logo, sob tal ponto de vista, a doutrina defendida para a eliminação da discriminação de sexo/gênero estaria centrada apenas nas experiências das mulheres brancas, assim como a discriminação racial encontraria ressonância apenas nas experiências dos homens negros – negligenciando, portanto, os direitos e as vivências das mulheres negras. Assim, “mulheres negras estão protegidas somente quando suas experiências coincidem com aquelas referentes a um dos outros dois grupos” (CRENSHAW, 1989, p. 143, tradução minha²⁴).

Nesse sentido, “devido à experiência interseccional ser maior do que a soma do racismo e do sexismo, qualquer análise que não leve em conta a interseccionalidade não pode enfrentar a maneira particular como as mulheres Negras estão subordinadas” (CRENSHAW, 1989, p. 140, tradução minha²⁵). A autora se refere ao caso deste julgamento em específico para trazer à tona o fato de que este tipo de pensamento distorcido sobre as relações de poder encontra ressonância na sociedade em geral.

Ademais, ainda que Crenshaw estivesse tratando sobretudo de questões relativas às mulheres negras (através das sobreposições de gênero e raça), é possível alargar o pensamento interseccional, contemplando também uma multidimensionalidade de agenciamentos, tais como classe social, sexualidade, etnia, religião, nacionalidade, deficiências, relações coloniais, idade etc. (PLATERO, 2012). É nesse sentido que as pessoas atravessadas por diferentes marcadores sociais da diferença têm experiências

²⁴ “Black women are protected only to the extent that their experiences coincide with those of either of the two groups”

²⁵ “Because the intersectional experience is greater than the sum of racism and sexism, any analysis that does not take intersectionality into account cannot sufficiently address the particular manner in which Black women are subordinated”.

múltiplas – experiências interseccionais –, que não alcançam ser compreendidas na ausência de um olhar também multifocal.

Ao longo das últimas quatro décadas, diversas autoras e autores vêm produzindo teorias que buscam explicar os entrecruzamentos de diferentes desigualdades e as formas como estas geram discriminação²⁶. Assim, a interseccionalidade propõe que se desenvolva uma abordagem multidirecional que possa dar conta de abarcar os mecanismos de opressão em sua complexidade. É importante ressaltar que esta percepção está menos focada na simples soma dos dispositivos de subordinação do que na observação sistêmica dos efeitos produzidos por essas relações de poder nas experiências das pessoas. Por outras palavras, o interesse não está centrado em somente descrever e apontar as várias opressões, mas sim em “[...] prestar atenção à maneira como cada uma das experiências de uma pessoa é fruto da inter-relação de muitas estruturas socialmente construídas” (PLATERO, 2012, p. 23).

Berenice Bento (2015, p. 17) observa também que “se isolarmos qualquer categoria explicativa de um contexto mais amplo, matamos sua própria força. ‘Gênero’, ‘classe social’, ‘raça’, ‘sexualidade’ são categorias analíticas e de lutas vazias se as considerarmos isoladamente”. É a partir das intersecções que é possível perceber os efeitos exponenciais resultantes das relações entre desigualdades, o que também oportuniza direcionar as lutas de maneira mais efetiva.

Ao pensarmos no conceito de interseccionalidade e tentarmos entendê-lo por meio de uma imagem, talvez a aproximação mais intuitiva seria aquela que se dá através da teoria dos conjuntos e o diagrama de Venn²⁷. Daí, teríamos conjuntos formando intersecções entre si, de modo que os conjuntos representariam cada um dos eixos de dominação exercidos sobre os indivíduos, e as intersecções refletiriam os efeitos inter-relacionados desses mecanismos.

Todavia, uma outra imagem parece alcançar mais acertadamente a noção de interseccionalidade. Sugerida por João Manuel de Oliveira e Lígia Amâncio Lisboa (2017, p. 6) a partir do conceito de rizoma proposto por Deleuze e Guattari (1995a),

²⁶ Alguns dos conceitos produzidos neste sentido são: “simultaneidade de opressões” (Combahee River Collective, 1977), “interseccionalidade” (Crenshaw, 1989), “matriz de dominação e sistemas entrelaçados de opressão” (Collins, 1990); “eixos de desigualdade” (Knapp, 2005; Klinger e Knapp, 2007; Yuval-Davis, 2006; Marx Ferree, 2009; Winker e Degele, 2009), “interdependência de eixos de opressão” (Dietze, Walgenbach e Hornscheidt, 2007), “discriminação múltipla” (Duclos, 1993; Fredman, 2005; Grabham, 2006; Grabham et al., 2009), “desigualdade múltipla”, “montagens ou agenciamentos” (Puar, 2007). (PLATERO, 2012, p. 26, tradução minha)



²⁷ Exemplo do diagrama de Venn para três conjuntos:

teríamos, ao invés de conjuntos em intersecção, redes de ligações entre múltiplas posições que atuam de maneiras não inteiramente previsíveis, criando “toda uma série de agenciamentos que não são dados previamente pela estrita soma das partes”. Nesse sentido, é possível verificar na interseccionalidade uma configuração caótica de eixos de dominação, espalhando-se como redes, podendo (ou não) fazer conexões entre si e inter-relacionar-se de múltiplas formas. Os autores, no entanto, não esmiúçam teoricamente essa perspectiva.

Sabe-se que o rizoma, tal como enunciado por Deleuze e Guattari, não possui um eixo essencial, isto é, não há um pivô hierarquicamente superior e estável que, como no modelo arborescente, atua produzindo categorias binárias igualmente estáveis. Para os autores, o pensamento que se organiza dentro de uma configuração de raiz ou de árvore está estruturado de forma hierárquica: há um eixo principal, direcionador, que se ramifica em estruturas menores e cria uma determinada ordem. Essas “estruturas menores” presentes na raiz (ramificações) e na árvore (galhos) não podem ser entendidas como aquilo que suscitaria um pensamento verdadeiramente múltiplo, diverso, devido ao fato de possuírem sempre um eixo/pivô principal que pretensamente as direciona, as subjetiva, as estabelece previamente:

A árvore ou a raiz inspiram uma triste imagem do pensamento que não pára de imitar o múltiplo a partir de uma unidade superior, de centro ou de segmento. [...] Os sistemas arborescentes são sistemas hierárquicos que comportam centros de significância e de subjetivação, autômatos centrais como memórias organizadas. Acontece que os modelos correspondentes são tais que um elemento só recebe suas informações de uma unidade superior e uma atribuição subjetiva de ligações preestabelecidas. (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, p. 25)

Daí que, pensando em uma interseccionalidade rizomática, é possível propor a inexistência de um eixo (ou linha) de subjugação que seja hierarquicamente superior a outros eixos – ou seja, num pensamento interseccional não haveria a possibilidade de um eixo sobrepor-se aos outros reivindicando para si qualquer essencialidade. Desde esta perspectiva, não seria possível considerar, por exemplo, que o eixo de opressão de sexo/gênero/sexualidade fosse a unidade em relação à qual os outros eixos todos se articulam, porque isso equivaleria a dizer que as questões de sexo/gênero/sexualidade são a raiz estável de onde se originam todos os outros eixos – classe e raça, por exemplo –, sendo estes últimos apenas elementos pré-concebidos, hierarquicamente menos importantes e tributários de um eixo essencial onde estariam centralizadas as questões de sexo/gênero/sexualidade nas subjetividades das pessoas.

Por outra parte, a interseccionalidade rizomática também não deve ser confundida com uma interpretação de que os eixos teriam intensidades iguais – ou seja, que haveria equivalência de intensidade e incidência das subjugações igualmente nas vivências de alguém. Tampouco caberia aqui a interpretação de que as intersecções entre eixos seriam estáticas, bem delimitadas e, como num decalque, capazes de engendrar efeitos similares aplicáveis genericamente aos grupos identitários.

Portanto, numa perspectiva rizomática da interseccionalidade, o que há, sim, são múltiplos agenciamentos entre eixos e entre corpos acontecendo circunstancialmente nas experiências e subjetividades das pessoas, produzindo *efeitos* diferentes de opressão em cada subjetividade, em cada espaço-tempo, pragmaticamente. Isso significa que cada sujeito vivencia intensidades diferentes resultantes das múltiplas formas como os agenciamentos ocorrem entre os eixos, evidenciando que não há nada estático nem há um tipo de opressão único e pré-concebido que incide igualmente sobre todas as pessoas numa análise interseccional.

Mas o rizoma nos permite avançar um pouco mais: é possível entender que nem sempre todos os eixos ditos de opressão e as formas como se dão seus agenciamentos (maquímicos do desejo e coletivos de enunciação) produzem, necessariamente, opressões e precariedade. Desterritorializações e linhas de fuga podem surgir daí, revelando resistências, subversões, ações contra-normativas. A socióloga ugandense de ascendência indiana Avtar Brah aponta justamente essa perspectiva ambígua e circunstancial da diferença, isto é, ela pode engendrar tanto subjugação quanto possibilidades de emancipação:

O conceito de diferença, portanto, refere-se às várias maneiras pelas quais discursos específicos de diferença são situados, discutidos, reproduzidos, adquirindo novos significados. [...] Em outras palavras, a diferença não é sempre algo que indica a presença de hierarquia e opressão. Portanto, se a diferença assume a forma de desigualdade, exploração e opressão, ou então de igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política, depende do contexto. (BRAH, 2011, p. 154, tradução minha²⁸)

Essa perspectiva será desenvolvida na seção 3.4, quando veremos um exemplo de vivência prática de uma das participantes.

²⁸ “El concepto de diferencia, por lo tanto, se refiere a las diversas maneras en las que los discursos específicos de la diferencia se constituyen, discuten, reproducen o adquieren nuevos significados. [...] En otras palabras, la diferencia no es siempre algo que indica la presencia de jerarquía y opresión. Por lo tanto, si la diferencia toma la forma de desigualdad, explotación y opresión o bien de igualitarismo, diversidad y formas democráticas de agencia política depende del contexto.”

Logo, em uma interseccionalidade rizomática, têm-se redes de agenciamentos que se interseccionam em múltiplos nós, engendrando experiências nas vidas das pessoas que se refletem em mais ou menos subalternidade, mais ou menos precariedade, mais ou menos sofrimento, e/ou, ainda, mais ou menos subversão e possibilidades de libertação. Ademais, não haveria a simples somatória desses eixos, senão que uma multiplicidade reveladora da própria complexidade das interações entre os marcadores sociais da diferença.

Ainda, pode-se dizer que uma tal percepção da interseccionalidade opera reiterando sua concepção mesma, ou seja, aponta não só para a multiplicidade de agenciamentos entre os sistemas de subjugação, mas também para a produção de experiências não-essencialistas, não calcadas em identidades essenciais. Por outras palavras, está no escopo da interseccionalidade justamente “dessencializar” as identidades, afirmá-las instáveis, devido ao entendimento de que todas as pessoas são interseccionais, dotadas de identidades elas mesmas inconstantes e não-essencializadas.

A própria Kimberlé Crenshaw (1991), ao desenvolver seu seminal conceito de interseccionalidade, já elabora uma crítica às políticas identitárias. Ela argumenta que estas políticas, ao privilegiarem a organização das diferenças em grandes grupos identitários (as pessoas negras, as lésbicas, os/as transexuais, os gays, por exemplo), acabam por ignorar ou homogeneizar as especificidades existentes no interior desses grupos. Dito de outra maneira, ao pensar a organização social através da distribuição das pessoas em determinados grupos identitários, passa-se, eventualmente, a essencializar suas existências e a homogeneizar suas diferenças – o que, no limite, leva a reducionismos como a compreensão de que sua experiência no mundo firma-se substancialmente no pertencimento a um tal grupo identitário.

O que Crenshaw busca é, então, “repensar a política identitária partindo ‘de dentro’, sobretudo de dentro das exclusões jurídicas sistêmicas” (PUAR, 2013, p. 346). Não obstante, a autora reconhece a relevância social e a importância das políticas identitárias, tendo em vista sua capacidade de respaldar as pessoas mediante o estabelecimento de um sentido de comunidade, de força e desenvolvimento coletivo.

Na opinião de Platero (2012, p. 28, tradução minha²⁹), a teoria interseccional busca afastar-se do paradigma identitário com o objetivo de “[...] fugir de uma possível tendência a homogeneizar as pessoas sob o guarda-chuva de um termo construído

²⁹ “[...] huir de una posible tendencia a homogeneizar a las personas bajo el paraguas de un término construido socialmente y asimilar las diferencias de unos u otros grupos sociales”.

socialmente e equiparar as diferenças dos grupos sociais”, buscando, neste processo, distinguir e compreender as estratégias de poder, os privilégios e normalizações materializadas nos corpos. Daí a necessidade de estender o olhar para além das identidades estanques, encontrando nas experiências humanas, em sua vasta diversidade, a materialidade das relações de poder que produzem indivíduos mais ou menos subalternos em relação a outros.

Entretanto, alguns usos da teoria interseccional têm sido criticados devido a que, por vezes, negligenciam justamente esse caráter não-essencialista das identidades, comumente conferindo à identidade racial o pressuposto único em relação ao qual se produzem análises interseccionais. A teórica *queer* Jasbir Puar (2013, p. 347) faz essa crítica apontando que, a despeito de o método interseccional considerar todas as identidades como sendo “entrecortadas e instáveis”, acaba sendo “mais predominantemente utilizado para qualificar a ‘diferença’ específica das ‘Mulheres de Cor’³⁰”, produzindo sempre “[...] um Outro, o qual sempre é uma ‘Mulher de Cor’, que deve, invariavelmente, mostrar-se como resistente, subversiva ou articuladora de um protesto”.

Isso significa que, para a autora, a interseccionalidade tem se equivocado quando a diferença que procura evidenciar é unicamente aquela da mulher negra (ou, nos termos da autora, da Mulher de Cor), ainda que, como vimos, esta teoria tenha se originado a partir da experiência das mulheres negras, sobretudo das ações do coletivo *Combahee River* e das reflexões de Kimberlé Crenshaw.

Nesse sentido, Puar (2013, p. 347) argumenta que a interseccionalidade, ao ser empregada exclusivamente desta maneira, termina por reafirmar “a centralidade do posicionamento dos sujeitos ‘mulheres brancas’”, isto é, reforça a mulher branca como ocupante de um lugar central, produzindo sempre como Outro a diferença expressa na mulher negra. Dessa forma, a interseccionalidade se transformaria basicamente em

uma ferramenta para diagnosticar diferença racial. Apesar de décadas de teorização feminista sobre a questão da diferença, esta continua sendo uma “diferença em relação a”, ou seja, a diferença em relação à “mulher branca” (PUAR, 2013, p. 349).

Interpretando estas proposições de Puar, Leandro Colling (2016) resume uma importante consequência deste tipo de recepção da interseccionalidade, mostrando que esta teoria “tem sido pensada para essencializar identidades marcando as posições das

³⁰ O termo “Mulheres de Cor” (“Women of Color”) é muito usado nos Estados Unidos para fazer referência às mulheres não brancas.

pessoas negras e deixando as brancas em uma posição de conforto, do tipo, ‘quem precisa da interseccionalidade são só as pessoas negras, e nós, brancos e brancas, não precisamos’”.

Logo, é pertinente a tentativa de ampliar a análise interseccional para dimensões as quais ela mesma se propõe a abarcar desde a sua concepção inicial, sobretudo por meio da defesa de Crenshaw (1991) e de Brah (2011) por uma crítica ao paradigma identitário que homogeneiza e essencializa as tantas diferenças. A interseccionalidade pensada em rizoma pode, neste sentido, auxiliar a “dessencializar” tanto as identidades quanto os próprios eixos de opressão ao se pretenderem unidades-pivô.

3.2 A terceira onda feminista e os estudos *queer*: intersecções

Nesta seção, seguindo o eixo diacrônico de ocorrência dessas teorias, são trazidos aspectos da terceira onda feminista e dos estudos *queer*, para uma compreensão de como tais perspectivas podem ser concatenadas à interseccionalidade, e de como é possível pensar as mulheres trans neste trabalho à luz dessas relações.

No fim da década de 1980 e início da década de 1990, o feminismo da segunda onda experimentava importantes modificações, quando algumas pensadoras passaram a produzir rupturas nos conceitos vigentes no feminismo até então. Essa fase dá início à terceira onda, que aprofunda e faz avançar os debates iniciados pelas teóricas da segunda onda, tendo como fio condutor a perspectiva pós-estruturalista.

Agora, as pensadoras feministas se opunham à herança baseada no método cartesiano, buscando ferramentas ancoradas justamente na valorização dos desvios, das irregularidades, e na negação das verdades absolutas e do pensamento sustentado pelas binaridades. Nesse contexto, de acordo com Paul Beatriz Preciado (2011), emergem também críticas ao sujeito unitário do feminismo, marcado pela definição de mulher, branca, colonial, de classe média-alta e dessexualizada:

No plano teórico, essa ruptura inicialmente assumiu a forma de uma revisão crítica sobre o feminismo, operada pelas lésbicas e pelas pós-feministas americanas, apoiando-se sobre Foucault, Derrida e Deleuze. Reivindicando um movimento pós-feminista ou *queer*, Teresa de Lauretis, Donna Haraway, Judith Butler, Judith Halberstam (nos Estados Unidos), Marie-Hélène Bourcier (na França), mas também as lésbicas chicanas como Gloria Andalzua ou as feministas negras como Barbara Smith e Audre Lorde, atacam a naturalização da noção de feminilidade que havia sido, inicialmente, a fonte de coesão do sujeito do feminismo (PRECIADO, 2011, p. 18)

No âmbito da terceira onda, destaca-se a obra de Judith Butler, cujas teorizações se tornaram fundamentais para o que viria a ser aprofundado, posteriormente, nos estudos *queer* e nos estudos contemporâneos de gênero. Butler foi uma das primeiras teóricas (assim como as já citadas Teresa de Lauretis, Donna Haraway, Judith Halberstam, Marie-Hélène Bourcier, Gloria Andalzua, Barbara Smith e Audre Lorde, mas também Joan Scott e Linda Nicholson), a propor inflexões substanciais sobre as concepções feministas que lhe precederam. No caso de Butler (2003, p. 25), trata-se da noção de que não só o gênero seria construído socialmente, mas também o sexo biológico: “talvez o próprio construto chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção [entre ambos] revela-se absolutamente nenhuma”.

Em sua argumentação, a autora parte da crítica à metafísica da substância, mecanismo que tem suas raízes nas concepções humanistas do sujeito e que influenciou a teoria feminista. Se o sexo é natural e o gênero é construído socialmente, então também o gênero seria determinado previamente, estando sujeito às normas culturais dominantes:

[...] a ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a “cultura” relevante que “constrói” o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino. (BUTLER, 2003, p. 26)

Butler desafia essa ordem compulsória defendendo que o gênero é, na verdade, um artifício flutuante, um fenômeno relacional, inconstante e contextual. Assim sendo, não só afasta a possibilidade determinista na configuração do gênero como sugere que ele pode funcionar como um artifício cambiante, suscetível ao arbítrio individual.

Tal como se impõe a metafísica da substância, no entanto, o indivíduo está condicionado à passividade. Seu corpo passa a ser instrumento para a manifestação de um “gênero inteligível” – concebido como aquele gênero que “mantém relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (BUTLER, 2003, p. 38). Essa coerência deve obedecer aos padrões binários e de identidade heteronormativa que prevalecem na matriz cultural vigente na sociedade. Assim, as identidades de gênero “não-inteligíveis” – aquelas que abrigam descontinuidades e incoerências, materializadas na não-correlação entre sexo/gênero/sexualidade – são continuamente rechaçadas, proibidas.

Nesse aspecto, a proposta de Butler é a de desconstruir e dar novo sentido às categorias fundantes e lineares de sexo/gênero/sexualidade que limitam, segregam e oprimem aqueles sujeitos cuja identidade não está conforme com o padrão compulsório. Para tanto, ela propõe o exercício do que chama de “atos corporais subversivos”, baseados em práticas parodísticas. Esses atos corresponderiam à adoção, pelo sujeito, de elementos que ocasionariam a ruptura com o padrão através da “ressignificação subversiva”. Sua intenção com isso é a de estimular a criação de estratégias que subvertam justamente as “categorias constitutivas que buscam manter o gênero em seu lugar, a posar como ilusões fundadoras da identidade” (BUTLER, 2003, p. 60).

A autora pontua também que esses atos são performativos, introduzindo a noção de performatividade³¹ aos estudos de gênero. A performatividade de gênero é fruto da ação deliberada, por parte do sujeito, de produzir signos que evidenciem que nem o sexo, nem o gênero nem a sexualidade provêm de uma essência natural do ser. Logo, a “verdade” interna do gênero é uma fabricação, e o gênero “verdadeiro” é uma fantasia instituída e inscrita deliberadamente sobre a superfície dos corpos. Vem daí seu entendimento de que os gêneros são um efeito, uma expressão fabricada a partir do discurso hegemônico.

Butler (2016, p. 27, tradução minha³²) esclarece, por outro lado, que a ideia de performatividade reconhece a linguagem como sendo o dispositivo a partir do qual os sujeitos são generificados, e essa generificação acontece previamente a qualquer entendimento sobre “[...] como as normas de gênero agem sobre nós e nos moldam, e previamente à nossa capacidade de escolher as formas como poderíamos reproduzir essas normas”. É preciso considerar, então, que estamos submetidos/as a uma certa vulnerabilidade, uma vez que ficamos expostas/os “à linguagem antes de qualquer possibilidade de formar ou decretar um ato de fala”.

Daí por que as escolhas que possamos vir a ter no âmbito da performatividade acontecem posteriormente à ação generificante da linguagem sobre nós – o que não significa que não temos capacidade de agência no que diz respeito à aplicabilidade da performatividade em nossas vidas, nem que o que a autora propôs tenha sido necessariamente uma transgressão absoluta de todas as normas. Butler (2017, p. 39,

³¹ A autora baseia-se na ideia de performatividade relacionada à teoria dos atos de fala, do filósofo da linguagem John L. Austin.

³² “[...] how gender norms act upon and shape us, and prior to our capacity to reproduce those norms in ways that we might choose”. “[...] to language prior to any possibility of forming or enacting a speech act”.

tradução minha³³) escreve: “O que está em questão é suavizar a capacidade coercitiva das normas em certas vidas de gênero – o que não é o mesmo que superar ou abolir essas normas – para que elas possam desfrutar de uma vida mais vivível”.

Portanto, de acordo com a própria Butler (2016, p. 29, tradução minha³⁴), “a performatividade descreve tanto os processos nos quais somos submetidos à ação externa, quanto as condições e possibilidades em que nós mesmos/as agimos, [...] não se pode entender sua operação sem considerar essas duas dimensões”.

Concomitante aos desdobramentos do feminismo da terceira onda, emergem também, em fins da década de 1980 nos EUA, os estudos *queer*. Tendo surgido a partir da associação entre os estudos culturais e o pós-estruturalismo francês (sobretudo Foucault e Derrida), uma das motivações dos estudos *queer* era a de encontrar uma perspectiva alternativa da ordem social, até então compreendida pelas Ciências Sociais como sinônimo de heterossexualidade. De acordo com Miskolci (2009, p. 151), “os primeiros teóricos *queer* rejeitaram a lógica minorizante dos estudos socioantropológicos em favor de uma teoria que questionasse os pressupostos normalizadores que marcavam a Sociologia canônica”. O objetivo era, então, assumir a noção de *queer*³⁵ enquanto uma nova maneira de pensar os sujeitos, para além das normalizações binárias impostas culturalmente.

Também, buscavam subverter a política identitária assimilacionista vigente até fins dos anos 1970 – endossada principalmente pelos movimentos gays e lésbicos, que visava a reivindicar direitos igualitários para homossexuais dentro do modelo sociocultural já existente. Louro (2004) reforça a apropriação pelos estudos *queer* de uma lógica de subversão das normalizações sociais, representadas, sobretudo, pela [cis] heteronormatividade compulsória:

Queer significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade. *Queer* representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada, e, portanto sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora. (LOURO, 2004, p. 38)

³³ “De lo que se trata es de suavizar la capacidad coercitiva de las normas sobre ciertas vidas de género -que no es lo mismo que superar o abolir esas normas- para que puedan disfrutar de una vida más vivible”.

³⁴ “performativity describes both the processes of being acted on, and the conditions and possibilities for acting, [...] we cannot understand its operation without both of these dimensions”.

³⁵ A palavra *queer* era bastante usada nos Estados Unidos como uma forma pejorativa de referir-se a pessoas que estavam fora das normas sociais de gênero e comportamento sexual. Na tradução para o português, *queer* significa “estranho”, “excêntrico”, “ridículo”, “esquisito”. Os/as teóricos/as *queer* assumem para si esse termo na busca por transformar em potência de ação política o que antes lhes era atribuído como pejorativo.

A autora aponta aqui um importante aspecto dos estudos *queer*: eles são justamente o sujeito diferente que não busca aprovação, que não deseja ser assimilado nem traduzido para o interior das normas vigentes.

Essa apropriação adotada pelo indivíduo *queer* possui um caráter bastante inovador na perspectiva da cultura, já que a tendência dos sujeitos que estão à margem culturalmente costuma ser a de desejar pertencer, a de buscar ser assimilado e levado para o interior das fronteiras do hegemônico. Ao contrário, como se viu, o *queer* nem mesmo almeja ser aceito dentro do sistema normativo tradicional.

Assim, os estudos *queer* se desenvolvem justamente nesse contexto de opressão aos sujeitos considerados “desviantes”, no intento de afirmar a diferença, de trazer à superfície aqueles e aquelas continuamente apartadas/os da vida social aceita como normal. Essa reiteração de uma política da diferença está calcada também, como aponta Louro (2004), em *não* almejar uma nova classificação de sujeito. A analítica *queer* foge à pretensão de classificar: na verdade, propõe que as classificações sejam extintas, sinalizando que as categorias que antes serviam à epistemologia moderna já não funcionam – exatamente porque, ao partir de um viés essencialista, se fazem categorizar.

Por outra parte, como estamos falando nesta pesquisa de pessoas em situação de intensa precariedade que são também atravessadas por opressões de sexo/gênero/sexualidade, é necessário discutir as questões de identidade e diferença e de que formas elas contribuem ou não para o agravamento da precariedade nessas mulheres transexuais e nessa mulher gay (Amanda se entende como mulher gay).

Existe um extenso debate a respeito daquilo que se convencionou chamar de políticas da igualdade ou identidade e de políticas da diferença, termos apenas aparentemente dicotômicos. Foi a partir do feminismo da terceira onda, quando as teóricas passaram a desconstruir as binaridades, que passou-se a entender que identidade e diferença não são opostas, mas complementares (ARAÚJO, 2005). Para Joan Scott (1988), estes conceitos estão em correlação: a diferença não impossibilita a existência da igualdade e a igualdade não pressupõe a extinção da diferença, de modo que não é preciso ter que escolher entre uma ou outra. Assim, a autora sustenta a luta pela igualdade, mas uma igualdade fundamentada nos valores de uma política democrática, e não aquela igualdade que necessariamente pressupõe semelhança entre as pessoas, homogeneizando-as – o que oportuniza visibilizar, justamente, as diferenças.

Em consonância com o que diz Scott, Butler (1998) evidencia a necessidade da manutenção das políticas de identidade nas reivindicações dos diferentes grupos perante

o Estado (como lutas por direitos igualitários, por exemplo); pontua, no entanto, que conjuntamente às políticas de identidade e igualdade, é preciso reconhecer que há diferenças (identidades individuais) no interior das classificações identitárias, compreendendo-as, portanto, como fluidas, receptivas a ressignificações. “Se o feminismo pressupõe que ‘mulheres’ designa um campo de diferenças indesignável, que não pode ser totalizado ou resumido por uma categoria de identidade descritiva, então o próprio termo se torna um lugar de permanente abertura e re-significação” (BUTLER, 1998, p. 25)

A categoria “mulheres”, por exemplo, já foi bastante flexibilizada e, a partir das problematizações propostas pelo feminismo negro, interseccional e pelo transfeminismo, abarca não só a mulher branca de classe média, mas também as mulheres negras, as mulheres pobres, indígenas, idosas, lésbicas, bissexuais, solteiras e as mulheres transexuais (JESUS, 2013).

No caso das transexuais e travestis, no entanto, existe pelo menos um elemento que exacerba sua precariedade no Brasil, já que somos o país que mais as mata no mundo. Daí que seja importante nomear as mulheres neste trabalho enquanto sua identidade transexual, pois se trata de um ato político que chama a atenção para sua condição interseccionalmente precária e sua subalternidade em relação a outras identidades. Contudo, não existe nessa atitude o endosso das identidades fixas e a negação das diferenças; ao contrário, é preciso perseguir a igualdade de direitos, mas sem homogeneizar e mitigar as expressões da diferença.

Outro aspecto importante é o fato de que, diferentemente de uma percepção *queer*, sabe-se que não são todas as pessoas constituídas na diferença que possuem um posicionamento político fundamentado na recusa de serem integradas ou toleradas pela matriz cultural hegemônica. Muitos/as se encontram subjugados/as pelos padrões cis-heteronormativos, tendo dificuldade de aceder ao saber-poder que ajudaria a subverter esses sistemas de opressão. Foi possível notar essas relações em algumas das participantes da pesquisa. Por exemplo, Carla entende que como mulher trans sofre menos preconceito na sociedade em comparação a se ela performatizasse um homem gay, pois dessa forma está performatizando a heterossexualidade: “*eu prefiro ser trans porque daí é uma mulher com um homem. Quero viver como uma mulher, me vejo como uma mulher casada com um homem. Acho que a sociedade aceita mais do que homem com homem*”, diz Carla.

Jussara também demonstrou reproduzir padrões cis-hetero marcados pelo machismo e pelos efeitos do patriarcado quando se referia à sua relação com o marido.

Por exemplo, ela não queria de forma alguma fazer um perfil no Facebook, porque temia decepcionar o marido, que, mesmo estando preso, ficaria sabendo: “*Ele é muito ciumento, vai achar que eu fiz um Face pra pegar homem*”, disse ela. Malu também, ao se referir ao namorado como “*o homem da casa*”, como aquele “*que não deixa faltar nada pra mim*”, mesmo que ela sofra violência por parte do namorado e que tenha consciência de que está num relacionamento abusivo. Aqui, ambas colocam-se eventualmente na posição da mulher que se submete e que depende do homem. Contudo, é relevante apontar que durante o convívio com elas, não identifiquei essa “submissão” e “dependência” em relação a outros aspectos da vida: ao contrário, elas costumam se mostrar mulheres independentes, donas de si, decididas a buscar diariamente sua sobrevivência. Essa percepção leva à hipótese de que sua atitude de submissão esteja marcada por um certo desejo de pertencer às normas de gênero socialmente atribuídas à mulher. É como se a reprodução dos padrões cis-hetero contribuísse para que fossem reconhecidas pelos parceiros como “mais mulheres”, como aquela que cumpre o papel conferido à mulher num relacionamento cis-heteronormativo marcado pelo machismo.

Mapa Semiosfera das dissidências de sexo/gênero/sexualidade

Este mapa busca ilustrar as dissidências de sexo/gênero/sexualidade e suas hierarquizações, evidenciando os atravessamentos interseccionais que engendram a subalternidade das identidades trans e travestis em relação a outras identidades.

Em pesquisa realizada em Portugal, Espanha, Chile, Argentina e Brasil, Leandro Colling (2015) procura compreender os ativismos contemporâneos nos contextos de gênero e sexualidade. Ao observar diversos movimentos nestes países, o autor identifica ao menos dois grandes grupos envolvidos na militância, que possuem diferenças significativas entre si: um deles corresponde ao que Colling chama de “movimentos LGBT *mainstream*” – mais institucionalizados, que têm sede própria, estrutura legal e administração hierarquizada; e o outro abarca os “ativismos *queer*” e/ou “dissidência sexual e de gênero”, que, embora diversos entre si, são formados, em geral, por coletivos e ativistas independentes.

O pesquisador aponta que os movimentos institucionalizados muitas vezes priorizam apenas uma das identidades contempladas na sigla LGBT – há muito mais políticas e esforços em torno de benefícios para os gays do que, sucessivamente, para as

lésbicas, os/as bissexuais, as/os transexuais e travestis –, além de pouco reconhecerem identidades que se encontram fora das fronteiras representadas na sigla LGBT:

Ativistas, em geral, defendem que um grande grupo de pessoas deve ter e afirmar a mesma identidade (ou um restrito grupo de identidades, na melhor das hipóteses simbolizadas pela sigla LGBT, e, na pior, apenas pela letra G), e que todas devem se identificar com as mesmas características que seriam inerentes a tais identidades ou identidade. (COLLING, 2015, p. 27)

Portanto, na semiosfera da **figura 5**, aquilo que se compreende como LGBT *mainstream* tende a situar-se mais ao centro da semiosfera, enquanto que os grupos mais interseccionalmente precários (neste caso, transexuais e travestis) tendem a localizar-se mais na periferia dessa semiosfera, já que também são subalternizados. Mais ainda para a periferia estão as trans e travestis em situação de rua que, além de subalternas, são obliteradas como “sobrantes”.

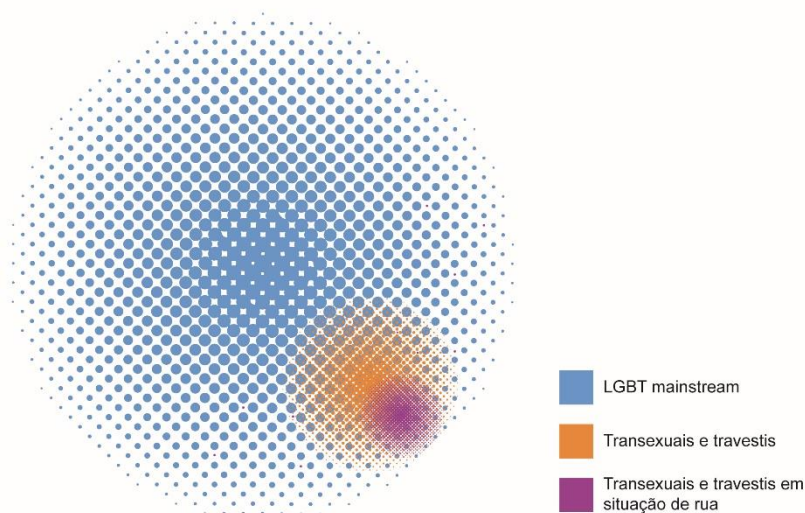


Figura 5 – componente do Mapa Semiosfera das Dissidências de sexo/gênero/sexualidade

Nessa semiosfera, há sistemas modelizantes secundários gerando estruturalidades que, em agenciamento, contribuem para que travestis e transexuais ocupem uma dimensão de subalternidade (e portanto estejam nas regiões periféricas) em relação aos grupos considerados *mainstream* dentro dos movimentos LGBT, os quais estariam nas regiões centrais.

Ainda que o mais relevante de se observar numa semiosfera seja a existência de tensionamentos de diversas ordens ocorrendo nas fronteiras entre os sistemas, criando novos textos e reconfigurando outros, nesta semiosfera as estruturalidades tendem a ser

mais rígidas, dificultando desterritorializações e trocas entre sistemas. As mulheres trans em situação de rua que participaram desta pesquisa não possuem praticamente nenhuma interação com outros grupos de dissidência de sexo/gênero/sexualidade. Como veremos na seção seguinte, segundo seu relato, somente duas delas tiveram acesso a apenas um movimento do espectro LGBT até hoje, e se trata justamente de um grupo de militância em favor de transexuais e travestis.

3.3 Vulnerabilidade e precariedade em corpos dissidentes

A multidimensionalidade das diferenças pressupõe que as pessoas são atravessadas por múltiplos eixos e níveis de subjugação, que, como já tratado anteriormente, passam por instâncias não só do âmbito de gênero/sexo/sexualidade, mas também de classe, raça, etnia, nacionalidade, territorialidade, deficiências, faixa etária, escolaridade, entre muitas outras. Isto significa crer impossível a compreensão, em sua complexidade, das relações marcadas por gênero/sexo/sexualidade sem considerar os entrelaçamentos com outras instâncias das vivências das pessoas. E, no que se refere às participantes, sabe-se que são pessoas em situação de precariedade e subalternidade sob diversos contextos, em maior ou menor grau. Algumas teorizações de Judith Butler (2016; 2017) a respeito da precariedade e da vulnerabilidade podem auxiliar nesse sentido, pois contribuem para ampliar as discussões acerca da própria interseccionalidade. É o que procuro compor nesta seção.

Embora em suas obras recentes³⁶ Butler estivesse preocupada menos com a problemática especificamente de gênero do que em tratar de questões que envolvem a liberdade de ação política dos sujeitos, seu raciocínio a respeito das relações entre vulnerabilidade, precariedade e resistência são importantes para que se possa compreender melhor as condições de subalternidade a que estão expostas as mulheres que compõem este trabalho.

A precariedade, em Butler (2016; 2017), refere-se à condição, imposta politicamente, a que certos grupos da população estão submetidos quando perdem redes sociais e econômicas de apoio, estando expostos à violência e à morte muito mais que outros grupos. Além disso, a precariedade é condição para a maximização da

³⁶ *Vulnerability in Resistance* (2016), *Cuerpos aliados y lucha política: hacia una teoría de la asamblea* (2017).

vulnerabilidade intrínseca aos seres humanos, mas que se torna tanto maior quanto menores forem as redes de apoio com que o sujeito pode contar.

Estamos em uma situação biopolítica em que vários setores da população estão cada vez mais propensos ao que tem sido chamado de precarização. Provocado e reproduzido em geral pelas instituições governamentais e econômicas, esse processo faz com que a população se acostume à insegurança e ao desespero com o passar do tempo; é estruturado com base no trabalho temporário, na supressão dos serviços sociais e na erosão geral de qualquer vestígio de democracia social (BUTLER, 2017, p. 22, tradução minha³⁷)

Como princípio norteador, a autora entende que ninguém pode ter a capacidade de agir se não dispuser das condições mínimas necessárias para essa ação, ainda que por vezes seja necessário agir para garantir e preservar essas mesmas condições. À generalidade destas condições Butler chama infraestrutura, cuja falta ou inexistência dá a ver a vulnerabilidade, agravada pela precariedade:

Não podemos falar de um corpo sem saber o que o sustenta e qual é a sua relação com esse apoio – ou falta de apoio. Desta forma, o corpo é menos uma entidade do que uma relação, e não pode ser totalmente dissociado das condições infraestruturais e ambientais de sua vida. A dependência dos seres humanos e outras criaturas em relação ao suporte infraestrutural expõem a vulnerabilidade específica a que estamos submetidos quando não temos apoio, quando essa infraestrutura começa a se decompor, ou quando nos encontramos radicalmente sem suporte em condições de precariedade ou sob condições explícitas de ameaça (BUTLER, 2016, p. 35, tradução minha³⁸)

Ela mostra que essa dependência que todos/as temos da infraestrutura pode vir a se tornar subjugação, de forma que “o modo como a infraestrutura está organizada está intimamente ligado ao sentido de permanência da vida individual, a como a vida perdura e ao grau de sofrimento, tolerância ou esperança que se experimenta” (BUTLER, 2017, p. 28, tradução minha³⁹).

³⁷ “Nos hallamos en una situación biopolítica en la que diversos sectores de la población son cada vez más propensos a lo que se ha dado en llamar precarización. Provocado y reproducido generalmente por las instituciones gubernamentales y económicas, este proceso hace que la población se acostumbre a la inseguridad y a la desesperanza a medida que pasa el tiempo; está estructurado sobre la base del trabajo temporal, la supresión de los servicios sociales y la erosión generalizada de cualquier vestigio de democracia social”.

³⁸ “We cannot talk about a body without knowing what supports that body, and what its relation to that support – or lack of support – might be. In this way, the body is less an entity than a relation, and it cannot be fully dissociated from the infrastructural and environmental conditions of its living. In this way the dependency on human and other creatures on infrastructural support exposes a specific vulnerability that we have when we are unsupported, when those infrastructural conditions start to decompose, or when we find ourselves radically unsupported in conditions of precarity or under explicit conditions of threat”.

³⁹ “La dependencia del ser humano respecto del soporte y apoyo infraestructura de la vida nos muestra que el modo como esté organizada la infraestructura está estrechamente ligado al sentido de permanencia de la vida individual, a cómo la vida perdura y al grado de sufrimiento, tolerancia o esperanza con que se experimenta”.

Assim, todo corpo é vulnerável, na medida em que, inerentemente, está exposto aos demais e depende de condições externas a ele mesmo. Desde a visão de Butler, pode-se pensar que as participantes estão submetidas a condições de vulnerabilidade que se configuram não só no fato de se apresentarem com gêneros/sexos/sexualidades dissidentes (predominando a existência trans), mas também no fato de que, de certa forma, dependem quase que totalmente de uma infraestrutura provida pelo Estado e por organizações não-governamentais para que tenham condições de viver.

De fato, como vimos no capítulo 2, se elas não pudessem contar, ainda que minimamente, com essa infraestrutura, é provável que suas condições de precariedade fossem ainda mais agravadas. No entanto, é necessário questionar se essa mesma infraestrutura, através da biopolítica, não pode vir a subjugar-las. Deste ponto de vista, percebe-se que a despeito da dificuldade de cumprirem as regras para se manterem nos albergues, as participantes procuram esse serviço, fazem questão de utilizar os equipamentos públicos – ou, como diz Butler, a infraestrutura – destinados à assistência social. No entanto, para poderem acessar uma cama, um banho geralmente frio e um prato de comida (nos albergues), elas precisam se adequar a todo o conjunto de agenciamentos que muitas vezes parecem mais dificultar do que promover e garantir seu acesso e uso com certa continuidade.

É claro que, da perspectiva das políticas públicas, os mecanismos para assistência social (como aqueles destinados ao auxílio à condição de rua) têm caráter de travessia, isto é, não visam a permanência *ad aeternum* das pessoas na utilização dos serviços, pois se baseiam no princípio de servirem como amparo para que o próprio indivíduo, com a assistência integrada de outras políticas públicas, seja capaz de aceder a melhores condições de vida (COSTA, 2005). Contudo, sabe-se que não é isso o que ocorre na prática, uma vez que essas políticas acabam sendo, no máximo, compensatórias. Além disso, é também evidente que as más condições e regras excessivamente rígidas dos serviços de albergagem e outros podem, sim, desestimular a aderência dos indivíduos, o que contribui para uma maior precarização das condições de vida. É importante mencionar que a proibição da entrada de pessoas transexuais e travestis no albergue Dias da Cruz (**figura 1**) favorece ainda mais essa precarização.

A precariedade nas participantes se expressa também nas intersecções entre os outros vários âmbitos da diferença que perpassam suas existências: são mulheres transexuais ou gay, a maioria se encontra em situação de rua (Carla recentemente foi morar em uma casa e Malu viajou com o namorado para a casa do sogro) e fazem pouco

ou nenhum uso das tecnologias de informação e comunicação (das oito participantes, apenas Amanda não tem nenhum acesso nem faz uso das TIC, as outras costumam usar computador ou celular com diferentes frequências, e apenas uma delas, Malu, tem um celular *smartphone*); Gisele e Laura são portadoras do vírus HIV, e são as duas que desapareceram dos locais de convívio; Amanda também é soropositiva. Amanda, Júlia e Rafaela são usuárias de crack (as três fazem uso problemático da droga, mas Júlia tem maior dependência e nesse sentido está mais precarizada). Ao menos duas delas, Laura e Júlia, já foram presas, e todas sofreram algum tipo de violência policial. Para além disso, quase não possuem o auxílio dos movimentos identitários – somente Gisele e Laura já tinham sido chamadas a participar de um destes movimentos, o grupo *Igualdade RS*⁴⁰, associação de travestis e transexuais do Rio Grande do Sul.

De acordo com Gisele e Laura, este movimento foi até elas, na rua, e as convidou a participarem de palestras sobre direitos das pessoas transexuais e travestis, sobre empoderamento, sobre os cuidados e tratamento necessários a quem é portador/a de HIV. Jamais tiveram acesso, entretanto, a outros grupos envolvidos na militância LGBT; ou seja, elas não estão inseridas nos movimentos LGBT *mainstream* nem nos coletivos descentralizados que tendem aos ativismos *queer*. De fato, o único movimento que chegou a elas foi justamente um grupo voltado à militância em prol de travestis e transexuais.

Ao lembrar a pesquisa de Colling (2015) parecemos nos aproximar de uma compreensão desses motivos. Segundo o autor, os movimentos *mainstream* muitas vezes negligenciam as identidades transexuais e travestis. Por outro lado, pessoas trans e travestis costumam ser mais contempladas nos ativismos *queer*, que tendem a ser menos institucionalizados e atuam pela via da afirmação das diferenças, buscando acolhê-las. No entanto, como se percebe através do relato das mulheres participantes, nem os coletivos não-*mainstream* chegaram até elas. Uma hipótese que pode ser levantada é a de que esse “esquecimento” se dá pela própria precariedade a que elas estão expostas.

Essa falta de apoio por parte dos movimentos – à exceção do *Igualdade RS* – é outro aspecto que pode ser pensado como facilitador da precariedade, podendo contribuir para a falta de infraestrutura de que fala Butler. Infraestrutura insuficiente e subjugação a essa mesma infraestrutura conduzem ao agravamento da precariedade.

⁴⁰ <https://www.facebook.com/Algualdade/>

3.4 Capitalismo periférico, vidas que sobram e a trans-ralé brasileira

Esse estado de precariedade em que estamos todas/os inseridas/os é reflexo direto, não por acaso, do sistema capitalista e sua capacidade de mistura, de adaptar-se aos diversos contextos. Antes, no chamado capitalismo industrial, de regime de acumulação fordista, tínhamos processos de trabalho mais fixos, a partir de um modelo de produção em massa. A fábrica era o ambiente por excelência da produção de mais-valia. A partir do final da década de 1970, o capitalismo ajusta-se a um modelo de acumulação flexível, caracterizado pela alta fragmentação e flexibilização do trabalho, além da adoção, em larga escala, de políticas neoliberais pelos Estados, buscando incentivar a acumulação privada (HARVEY, 1992; HARDT e NEGRI, 2005).

Esta nova etapa do capitalismo é a conjuntura mesma da emergência das sociedades de controle, apontadas por Deleuze (1992) como sendo a conformação posterior às sociedades disciplinares antes sinalizadas por Foucault. As sociedades disciplinares foram aquelas dos séculos XVIII, XIX e início do XX, submetidas aos grandes meios de confinamento disciplinar (a prisão, a fábrica, a escola, o hospital). As sociedades de controle são o modelo que as substitui, a partir de meados do século XX, com o desenvolvimento do capitalismo e das tecnologias, através de “formas ultra rápidas de controle ao ar livre, que substituem as antigas disciplinas que operavam na duração de um sistema fechado” (DELEUZE, 1992, p. 219).

Este movimento de introdução das tecnologias e flexibilização do trabalho é percebido por autores do chamado operismo italiano como capitalismo cognitivo, contexto em que prevalece o trabalho imaterial, isto é, o modelo de trabalho na fábrica passa a dar lugar ao trabalho cuja atividade está baseada no uso do conhecimento (HARDT e NEGRI, 2005; CORSANI, 2003). Ao contrário do que acontecia no capitalismo industrial fordista, agora pensa-se na produção de conhecimento sem limitá-lo à produção de mercadorias. Assim, a inovação é equivalente ao processo de produção de conhecimentos por meio de conhecimentos, passando “de uma lógica da reprodução a uma lógica da inovação, de um regime de repetição a um regime de invenção” (CORSANI, 2003, p. 15).

De outra parte, baseando-se nas concepções de André Gorz, o sociólogo brasileiro Fabrício Maciel (2018) explica de que maneiras a “sociedade do conhecimento” – isto é, a sociedade do trabalho imaterial – acaba por gerar a precarização das condições de

trabalho e da vida social. Para o autor, a valorização do conhecimento especializado e tecnológico, em última instância,

amplia a distância entre origem social de classe e inserção qualificada e digna no mercado de trabalho. Em contrapartida, o saber popular é desvalorizado, o que dificulta a ascensão social de pessoas das classes populares, algo que a ideologia do mérito e da qualificação, articulada à ideologia da democratização do ensino e da tecnologia, sistematicamente esconde. (MACIEL, 2018, p. 768).

O autor aponta, nesse sentido, que a generalização da precariedade na etapa atual do regime de acumulação incide tanto sobre o centro quanto sobre a periferia do capitalismo, e está relacionada à crescente produção de indivíduos “sobrantes”, tal qual postulou Robert Castel. Os grupos de “sobrantes” correspondem a “pessoas sadias e aptas para trabalhar que não encontram lugar no mercado produtivo ou que são expulsas deste sem nenhuma possibilidade de retorno” (MACIEL, 2018, p. 769) – ou seja, indivíduos que, por já não serem úteis ao sistema, simplesmente sobram, sendo empurrados a condições de vida cada vez mais precárias. Logo, “os sobrantes não são explorados. Eles são completamente descartáveis; [...] não encontram um lugar na sociedade produtiva, com um mínimo de estabilidade” (MACIEL, 2014, p. 121). Este seria, para Castel, o maior indício da falência do capitalismo.

Um tal processo de generalização global da precariedade, segundo Maciel (2014; 2018), acontece de maneira conjuntural no capitalismo central e de maneira estrutural no capitalismo periférico. No caso do Brasil, o autor mostra que a parcela sobrança da população vivencia a precariedade em dupla medida:

Nossa classe de excluídos se encontra duplamente precarizada, primeiro historicamente, sendo desde sempre o sobrança da modernização seletiva na periferia; e agora também conjunturalmente, na medida em que os novos critérios de avaliação do ser produtivo, orientados pelo princípio da flexibilidade do capitalismo financeiro e pelas novas exigências de qualificação e de aquisição do conhecimento formal e especializado, aumentam ainda mais a distância entre as condições existenciais desta classe e as possibilidades objetivas de alcance de lugares dignos e privilegiados na hierarquia social do trabalho (MACIEL, 2018, p. 774).

Assim, se os/as sobrantes no Brasil vêm sendo sobrantes desde sempre, é na condição do capitalismo financeiro/neoliberal que sua precariedade se intensifica, o que tem como consequência a radicalização das desigualdades de classe.

Esse grupo de “sobrantes históricos” em nosso país vem sendo estudado e teorizado por Jessé Souza (2009, 2017), que a denominou, provocativamente⁴¹, de “ralé brasileira”. Desde esta perspectiva, como procuro explicitar mais adiante, há muito de ralé brasileira em Amanda, Gisele, Jussara, Laura, Malu, Carla, Júlia e Rafaela. Elas fazem parte dos/as nossos/as sobrantes. Assim sendo, se me proponho aqui a cartografar os agenciamentos e processos de significação que perpassam parte das vivências dessas brasileiras, é preciso, no mínimo, buscar situar esses agenciamentos no seu contexto histórico-cultural, que justamente concorre para a formação das próprias subjetividades e processos de significação dessas mulheres. Para compreender essa precariedade em seus meandros, é necessário recorrer a teorias que auxiliem na percepção de uma precariedade relativa à territorialidade habitada pelas participantes, aos arranjos histórico-culturais que ajudam a entender as desigualdades e discriminações em suas especificidades. No caso do Brasil, um aspecto crucial que nos caracteriza como sociedade é, sem dúvida, a nossa história escravocrata. É desta perspectiva que Souza (2009, 2017) parte para propor um entendimento da singularidade da trajetória nacional⁴².

Desse modo, dado o nosso passado de escravidão e suas reverberações até os dias atuais, qualquer tentativa de interpretação das hierarquias produzidas pelo cenário capitalista periférico no Brasil não pode se furtar – no mínimo – ao debate racial e de classe. Nesse sentido, o autor propõe uma compreensão de classe que não seja baseada apenas no seu caráter econômico, mas que atente também para as “precondições sociais, familiares e emocionais que permitem tanto a gênese quanto a reprodução no tempo de todo privilégio de classe” (SOUZA, 2009, p. 21). Isso significa que o pertencimento de classe pode ser interpretado como uma construção sociocultural forjada não apenas conforme a quantidade de capital econômico atribuída a alguém, mas também conforme as condições pregressas de socialização familiar, emocionais e culturais do indivíduo⁴³.

⁴¹ Jessé Souza (2009, p. 21) explica que a denominação “ralé” foi usada “não para ‘ofender’ essas pessoas já tão sofridas e humilhadas, mas para chamar a atenção, provocativamente, para nosso maior conflito social e político: o abandono social e político, ‘consentido por toda a sociedade’, de toda uma classe de indivíduos ‘precarizados’ que se reproduz há gerações enquanto tal”.

⁴² Jessé Souza busca dessencializar a concepção cristalizada por Sérgio Buarque de Holanda segundo a qual a natureza do brasileiro seria aquela derivada da noção de homem cordial, que produz um indivíduo naturalmente propenso à corrupção devido à herança patrimonialista dos portugueses no Brasil. Em vez disso, Souza propõe que a questão mais premente do país é o nosso passado escravocrata e seus efeitos até os dias atuais: “A escravidão e seus efeitos passam a ser o ponto central, e não mais a pretensa continuidade com Portugal. Mais importante ainda, o problema central do país deixa de ser a corrupção supostamente herdada de Portugal para se localizar no abandono secular de classes estigmatizadas, humilhadas e perseguidas” (SOUZA, 2017, p. 101).

⁴³ Um exemplo de privilégio relacionado com o âmbito emocional no ambiente familiar, segundo Souza (2009), é o fato de haver mais chances de fomento à autoconfiança e à autoestima no indivíduo de classe média relativamente ao indivíduo das classes populares, posto que este último está sujeito desde que nasce, em nosso país, ao desprezo e às humilhações decorrentes do preconceito de classe em nossa sociedade elitista, além do racismo, se este for também negro. Esse tipo de privilégio de classe/raça, diz o autor, é frequentemente invisível e pouco considerado enquanto privilégio, o que, por conseguinte, contribui para o fortalecimento do discurso falacioso da meritocracia liberal. “Sem

O sociólogo atenta para a pré-reflexividade da nossa formação desde que nascemos, sendo que as condições de classe dos/as nossos/as cuidadores/as (isto é, quem exerce a função parental) tendem a influenciar fortemente nossos percursos durante a vida. Num sentido geral, o autor aponta que a classe média, por exemplo, devido a uma série de fatores, tem o privilégio de poder oferecer às suas crianças muito mais condições de obterem sucesso escolar e, depois, sucesso no mercado de trabalho do que as crianças das classes menos favorecidas. Sua tese é a de que

o processo de modernização brasileiro [...] constitui também uma classe inteira de indivíduos, não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, *e esse é o aspecto fundamental*, das precondições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação. (SOUZA, 2009, p. 21, grifo do autor)

A ralé brasileira é precisamente esse conjunto de pessoas que possuem pouco ou nenhum capital cultural e econômico, e que, principalmente, em sua vida pregressa, não tiveram o privilégio de alcançar as condições que lhes permitissem apropriar-se de tais capitais – ao menos em medida significativa para a competição no mercado. Nessa perspectiva, é necessário considerar que a história brasileira foi forjada na escravidão, além do fato de que desde a colonização enfatizam-se narrativas que produziram o ódio aos negros e, concomitantemente, o ódio aos pobres, com reverberação até o tempo presente. Assim, para Souza, são estes os aspectos que, articulados, nos permitem entender minimamente a desigualdade social no Brasil: as condições pregressas de classe na vida das pessoas e o processo histórico escravocrata que nos formou a todos/as como sociedade.

No entanto, o sociólogo deixa de enfocar em sua análise um outro aspecto indispensável para a compreensão dos mecanismos de produção de desigualdade e opressão: as questões de sexo/gênero/sexualidade. Para os propósitos desta pesquisa, por exemplo, como é que seria possível perceber as participantes em sua precariedade e condição de ralé sem levar em consideração a tríade sexo/gênero/sexualidade? Portanto, nessa abordagem pode haver contribuição da interseccionalidade, de forma que os textos das participantes poderiam ser pensados desde a noção de uma “trans-ralé brasileira”.

Souza (2009, 2017) entende que a verdadeira entrada do Brasil na modernidade deu-se com a vinda da família real portuguesa, em 1808. Com isso, a instância principal de articulação da opressão passa do patriarcalismo rural (senhor de escravos e fazenda –

a ideia de classe e o desvelamento das injustiças que ela produz desde o berço, temos a legitimação perfeita para o engodo da meritocracia” (SOUZA, 2017, p. 103).

cenário averiguado por Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala*) para o estabelecimento de uma cultura citadina europeizada, sob valores burgueses, a partir da constituição de um Estado e mercado incipientes (momento delineado por Freyre em *Sobrados e Mucambos*). Nessa conjuntura, a opressão tendia a ser exercida “cada vez menos por senhores contra escravos e cada vez mais por portadores de valores europeus, sejam eles de qualquer cor – efetivamente assimilados ou simplesmente imitados – contra os pobres, africanos e índios” (SOUZA, 2017, p. 74).

Após a abolição da escravatura, em 1888, e com a chegada de imigrantes em larga escala no país, a ralé se expande. Nessa nova condição – não mais escravocrata, mas capitalista – escravos/as recém-libertos/as, mulatos/as e mestiços/as passam a sofrer apenas outras formas de degradação e exploração, já que, sem qualificação profissional e alvos do preconceito covarde, foram abandonados à própria sorte na nova ordem social que surgia. O ódio e o desprezo outrora devotados aos negros misturam-se ao ódio aos pobres, e esse cenário, na percepção do autor, pouco se alterou até os dias atuais. Desse modo, a “função” da ralé da época pós-abolição e a da ralé de hoje continua sendo a mesma:

ela serve às classes incluídas como mecanismo de distinção em duas frentes: uma simbólica, para provocar o prazer da ‘superioridade’ e do mando; e outra material e pragmática, no sentido de criar uma classe sem futuro que pode, portanto, ser explorada a preço vil (SOUZA, 2017, p. 87).

Ruy Braga (2012) mostra que a partir do final dos anos 1980, na fase pós-fordista do capitalismo no Brasil, assim como em outros países periféricos, impera o regime de acumulação financeirizado apoiado em políticas neoliberais. Neste período, maximiza-se a exploração econômica e o custo da força de trabalho é reduzido sistematicamente. No plano mais amplo, os direitos sociais vão sendo desmantelados, o que gera instabilidade, flexibilização, piora significativa das condições laborais e aumento do desemprego. Aliado a isso, como já citado anteriormente, o capitalismo passa a requerer cada vez mais qualificação e conhecimento especializado, de modo que a ralé, embora “inegavelmente disponha de ‘capacidades’ específicas que permitem desempenhar seus subempregos e suas relações comunitárias, essas ‘capacidades’ não são aquelas exigidas pelo mercado”. (SOUZA, 2009, p. 23)

Com as políticas distributivas dos governos Lula e Dilma, houve um crescimento substancial da classe média baixa, que àquele momento conseguiu sair da linha de pobreza e passou a ter maior acesso ao consumo e ao crédito. Ainda que de certa forma

seja possível dizer que as desigualdades sociais tenham diminuído, a ralé, todavia, seguia sendo mantida.

Abaixo, relatos de uma das participantes que ajudam a pensar essa ralé na articulação com questões de gênero.

[DC] [Carla: família, trabalho]

Da mesma forma que as outras participantes, Carla nasceu numa família da ralé brasileira. Mas, diferentemente das colegas, Carla é a única que chegou a concluir o ensino médio. Ela conta que sempre teve o carinho da mãe e do pai em casa, que sempre conviveu com tias, tios e primos na pequena cidade do interior do Paraná onde foi criada.

– Dentro de mim sempre me senti uma mulher. Desde criança – conta Carla –, pegava roupa da minha tia e usava escondida, pnhava salto alto. Sempre gostei de menino. Quando falei pra minha família que eu era trans, eles falaram que aceitam eu como eu sou, que o importante é eu ser feliz. Só que lá na minha cidade tem muito preconceito, muita homofobia assim, né? Vizinho olhando torto.

Ela diz que a família não sabe que ela está em condição de rua em Porto Alegre:

– Falo pra minha família que tô morando com um amigo, que tô trabalhando e tô bem, não falo que tô no albergue.

– O que você acha que aconteceria se eles soubessem que você tá na rua?

– Eles iam querer vir me buscar, e eu não quero ir... me sinto melhor na cidade grande, tem muito falatório na cidade pequena. Tenho mais liberdade aqui, tenho muitos amigos LGBT, conheço trans masculino e feminino. Já falei pra minha mãe que tô aqui porque quero fazer a cirurgia. Quero aguentar a vida aqui porque quero muito fazer a cirurgia. Não é fácil, mas também não é difícil, né? Tipo assim, eu não sou uma trans que usa droga, não fumo, não bebo... eu só tomo muito hormônio. Mas sempre passei no médico, ele me orienta, já encaminhou eu pro Clínicas.

A respeito de trabalho, Carla conta:

– Com 17 pra 18 anos eu me prostituía de vez em quando lá na minha cidade. Escondida, né? Eu sempre trabalhei, nunca fiquei parada. Vendia perfume, aí depois consegui um emprego fixo de auxiliar de produção na Alto Alegre [fábrica de açúcar], fiz uns serviços de bombeira, trabalhei na JBS, de auxiliar de produção também. Fiquei lá 3 anos e meio, só que o frigorífico faliu, daí eu fiquei desempregada e saí de casa pra tentar uma vida nova.

Conta que há aproximadamente três anos não vê a família, só conversa com eles às vezes pelo Facebook ou por telefone, quando eles ligam para ela. Carla também fez um curso de operadora de telemarketing e outro de bombeira civil, mas tudo isso quando ainda performatizava o masculino. O diploma do curso de telemarketing ela esqueceu no Paraná, e o de bombeira civil, ela contou que precisa pagar algumas taxas para renovar a licença e poder exercer a profissão, mas que não tem dinheiro para pagar. Os dois diplomas estão com o nome registrado ao nascer.

– Minha família se esforçou pra pagar os cursos pra mim, só que daí eu virei trans e saí de casa, não queria mais ficar lá. Não por causa da minha mãe e do meu pai, era mais por causa das pessoas de lá, sempre tem gente que te critica

– *relata ela. Agora que efetivamente consegue viver como mulher trans, as coisas ficaram mais complicadas com relação a conseguir emprego:*

– *Olha professora, vou te falar a verdade, emprego pra trans não é fácil. Meu trabalho aqui é mais prostituição, porque não consigo emprego de outra coisa. Se você vai no SINE, tem gente que ri de você. Eu quero viver como uma mulher, mas parece que eles acham que é brincadeira. Já fui lá [no SINE] três vezes, e é sempre a mesma coisa. Eles falam: “ah, tem que esperar que a gente vai ligar”, mas nunca ligam. Daí eu comecei só a me prostituir. Nem gosto de ir lá com roupa de mulher, porque daí eles vão ver que eu tenho nome de homem, mas pareço mulher... ninguém vai querer me dar emprego assim. E eu também não quero pedir dinheiro pra minha família, eles nem têm pra me ajudar. Por isso que eu queria trocar meu nome e arrumar um trabalho já de mulher.*

– *Por que você gostaria de ter outro trabalho? Como é seu trabalho na prostituição?*

– *Porque fazer programa a gente corre muito perigo. Queria arrumar um emprego registrada porque tem menos perigo de pegar doença, ser agredida. Eu nunca fui agredida, mas conheço outras trans que já apanharam, roubaram dinheiro delas... até agora tive sorte de ser tratada bem. Mas eu não acho ruim, assim, fazer programa. Eu gosto. Mas tem esses riscos.*

– *E você acha que corre mais perigo e sofre mais na vida pelo fato de ser trans?*

– *Eu acho que só tô na rua porque sou trans, por causa da minha opção sexual. Se não, eu já tinha um emprego, alugava uma casa. Dá pra raciocinar que tô nessa vida de albergue porque sou trans. Dá pra raciocinar mais ou menos isso, né professora?*

– *Com certeza. Eu entendo. Tem muito preconceito, né?*

– *Sim, tem muita homofobia, a senhora sabe, porque a senhora também já tá no mundo da gente.*

– *Sei sim, e a gente tem que lutar contra isso. Mas não precisa me chamar de “senhora”, guria! Pode me chamar de “você” ou de Mari – eu disse, mais uma vez, mas ela nunca me chamou pelo nome. É sempre professora ou senhora, no máximo ela se refere a mim por “você”.*

Como é possível perceber a partir desse trecho dos relatos de Carla, suas condições de vida a situam num lugar menos comum às outras participantes. Primeiro, porque ela teve incentivo à educação desde a infância. Mesmo com dificuldades, a família e as condições em casa colaboraram para que ela tivesse o respaldo necessário para frequentar a escola e terminar o ensino médio. Também, a família se esforçou para investir em cursos, buscando melhorar sua qualificação. Segundo, porque ela teve o apoio dos familiares quando lhes contou sobre sua transexualidade. Ao contrário de romper relações ou expulsá-la de casa – como é o destino de muitas pessoas trans –, os pais a acolheram. Pode-se notar que os laços entre Carla e a família permanecem fortes, pois há uma preocupação real da família em garantir seu bem-estar, além de que eles ainda mantêm contato (via Facebook ou telefone, como será mostrado no próximo capítulo).

Mas o desejo de Carla de fazer a cirurgia de redesignação sexual é tamanho que ela prefere viver na rua a voltar para casa e perder o lugar na fila do tratamento.

Se compararmos as formas de socialização familiar das participantes, a de Carla é a linha de fuga. No entanto, ainda que ela tenha tido as condições mínimas necessárias para completar o ensino básico, conseguir empregos fixos com algum grau de qualificação e poder posteriormente manter uma vida compatível com uma classe média-baixa, Carla fez um caminho diferente. O fato de ela ser trans e assumir essa vivência a faz ao mesmo tempo mais e menos precária, faz dela ralé sobrando e ao mesmo tempo faz dela uma pessoa que vivencia seu arranjo de sexo/gênero/sexualidade de maneira plena. Por um lado, o fato mesmo de ela viver sua transexualidade em meio à nossa sociedade LGBTfóbica, na intersecção com seu eixo de opressão de classe agrava a sua precariedade, porque é isso o que a impede, por exemplo, de conseguir um emprego que pague um salário compatível com suas qualificações, de poder usufruir de condições materiais melhores, é o que a impede de poder escolher ter um emprego fora da prostituição, é o que a faz estar submetida à insegurança da rua. Também o fato de ela ser trans a coloca na situação de uma precariedade ambígua: ela prefere a precariedade de viver na rua em Porto Alegre à precariedade de performatizar sua transexualidade numa cidade pequena, cheia de preconceitos.

Por outro lado, precisamente esse eixo comumente entendido como de opressão (o de sexo/gênero/sexualidade), ao realizar outros agenciamentos possíveis com eixos de classe e territorialidade na vida de Carla (também comumente vistos como articuladores de subjugação), faz com que ela consiga justamente expressar sua transexualidade e vivê-la de maneira plena, satisfeita em ser quem é. Nesse sentido, Carla traça uma linha de fuga. Assim, em consonância com o que pontua Brah (2011), é viável pensar que outras intersecções podem ocorrer entre os marcadores da diferença esboçando desterritorializações, linhas de fuga, que não necessariamente conduzem a mais opressão, mas podem significar precisamente uma subversão daquela subordinação, levando, ainda que muito circunstancialmente, a territórios de libertação.

Outra concepção do momento atual do capitalismo que coincide com a da precariedade generalizada é aquela originária do pensamento pós-colonial do cientista político camaronês Achille Mbembe (2016), mais precisamente sua noção de necropolítica. Para este autor, o sistema capitalista, à medida que necessita cada vez menos de força de trabalho, põe em curso um processo de descarte de grandes contingentes de seres humanos, através da exclusão sistemática e da produção de morte.

Esses seres humanos descartáveis e aniquiláveis podem ser pensados como sendo aqueles sobrantes de que falava Castel, ou a ralé de que fala Souza. Baseando-se na biopolítica foucaultiana, em que ainda prevalece a gestão da vida (embora controlada e modelada), a necropolítica é uma espécie de gestão da morte, de exercício de poder sobre o “direito de matar, deixar viver ou expor à morte” (MBEMBE, 2016, p. 123).

Seguindo o raciocínio de Mbembe, Hilário (2016, p. 202) sintetiza o processo em marcha de produção de sobrantes, de descartáveis, de matáveis: “a ação é a de expulsar massas humanas, jogar pessoas no desemprego estrutural, empurrá-las para as periferias da cidade, para as prisões ou simplesmente aniquilá-las por meio das forças policiais, oficiais ou não”. Isso tem se dado sobretudo nos países periféricos do capitalismo, mas cada vez mais nos países centrais também.

No Brasil, as forças policiais têm sido usadas sistematicamente na repressão e extermínio da população sobrante, e não nos enganemos quanto à origem dessa política:

outro fator que perdura até nossos dias é que o medo dos escravistas da “rebelião negra” se transforma e é substituído pela definição do negro como “inimigo da ordem”. Sendo a ordem já percebida no seu sentido moderno de significar decoro, respeito à propriedade e segurança. Vem daí, portanto, o uso sistemático da polícia como forma de intimidação, repressão e humilhação dos setores mais pobres da população. Matar preto e pobre não é crime já desde essa época (SOUZA, 2017, p. 94).

Hardt e Negri (2014) também enfatizam o caráter “perigoso” da população sobrante, do ponto de vista da máquina repressora do Estado:

A crescente precariedade, flexibilidade e mobilidade dos trabalhadores requeridas pela economia neoliberal sinalizam uma nova fase da acumulação primitiva, em que diversos estratos de populações excedentes são criados. Se deixados ao deus-dará, os pobres desempregados e subempregados podem, da perspectiva das forças da ordem, constituir classes perigosas. (HARDT; NEGRI, 2014, p. 38-39)

Julia sabe bem como a repressão das forças do Estado podem ser devastadoras para pessoas como ela: dependente química, em situação de rua, negra, transexual:

[DC] [Prisão de Julia]

Após deixar o abrigo onde morava, Julia foi viver com o pai na rua. Ela conta que eles dormiam sob um viaduto na Cidade Baixa, também onde o pai vendia drogas.

– Um dia a polícia bateu lá onde a gente tava, enquadraram meu pai e os amigos dele. Eu me escondi, mas eles levaram meu pai. No outro dia eles apareceram lá de novo, bem na hora eu tava lavando louça numa torneira que tinha lá. Daí eles me pegaram, falaram que eu tava traficando, me espancaram, me davam chute, soco, daí eu acho que desmaiei. Só lembro que acordei com eles

mijando em cima de mim – relata Júlia, com expressão e voz que misturavam desolação e raiva.

Ela prosseguiu contando que, como se não bastasse o espancamento, os policiais colocaram crack no seu bolso e a levaram presa.

– Fiquei 2 meses no Central [Presídio Central de Porto Alegre], sem poder falar com ninguém. Foram me contar na cadeia que meu pai tinha morrido – diz Julia, chorando.

Até hoje ela não sabe ao certo qual foi o motivo da morte do pai, nem onde o corpo foi enterrado. Tempos depois de ter saído do presídio, ela foi abordada por policiais na rua, à noite, enquanto se drogava:

– Eu falei pra eles que eles que tinham matado meu pai. Eles falaram bem assim pra mim: “bem feito, se é preto tem que tá morto mesmo” – lembra, chorando muito.

A história de Julia é brutal. Fere, deixa doendo, emudece. Toda essa situação gerou nela efeitos avassaladores. Se antes ela já usava crack, agora está completamente dependente⁴⁴. São os efeitos da precariedade extrema agravada por uma política de segregação e eliminação sistemática das camadas mais vulneráveis da população. Além de Júlia, Malu também sentiu na pele a necropolítica:

[DC] [Internação compulsória de Malu]

Há mais de um ano, Malu viu um anúncio sobre uma seleção de modelos que aconteceria numa agência em Porto Alegre. Ela, que já havia vencido um concurso de beleza de mulheres trans em sua cidade, resolveu que participaria dessa seleção. Era bem possível que conseguisse trabalhar como modelo e ganhasse um dinheiro extra para tentar sair da rua. Mas, nem bem havia se apresentado para a seleção, foi desclassificada. Para Malu, o motivo do rechaço foi o fato de ela ser trans. Nessa época, ela estava fazendo uso problemático de cocaína, e eis que, diante da negativa, teve um surto:

– Surtei, quebrei umas mesas, gritei um monte, ninguém me segurava. Aí chamaram a polícia, eles me agarraram à força e me levaram pra uma clínica. Me deram uma injeção de calmante. Acordei tonta, sem saber de nada, sem saber onde eu tava. Na hora pensei: “fui traficada”, porque tinha muito medo de tráfico humano. Aí fiquei louca, comecei a bater em tudo desesperada querendo sair. Me pegaram e me deram uma injeção de haldol fenergan, aquelas bem fortes que te paralisam. Eles me davam sempre essa injeção pra me deixar dopada. Fiquei 45 dias nessa clínica. Saí de lá muito mal, não conseguia caminhar direito, não tinha coordenação motora, perdi a sensibilidade no tato. Entrei em depressão, decidi

⁴⁴[DC] [Julia] Encontrei Julia muito mal, chorando e gritando para que a deixassem entrar no Centro Pop. Tentei acalmá-la. Ela estava toda machucada, arranhada, com as pontas dos dedos queimadas, andando sem calçado, com os pés machucados sangrando. Estava há muitos dias sem tomar banho e só com a roupa do corpo, havia perdido os poucos pertences que tinha. Outras participantes me disseram que ela estava há dias se drogando e ficava jogada numa calçada onde as pessoas deixam lixo, perto do Centro Pop. Eu lhe disse que podia ir com ela até um atendimento de reabilitação de dependentes químicos, mas ela se recusou veementemente. Julia não aceita e não admite que precisa de ajuda.

que não ia mais ser trans, raspei meu cabelo, parei de me hormonar... Levei muito tempo pra voltar ao meu normal.

Não há dúvidas de que Malu foi internada compulsoriamente, através de uma prática que é, inclusive, ilegal. De acordo com Coelho e Oliveira (2014), não há sequer amparo legal para a internação compulsória de dependentes químicos. O que há, sim, é a Lei nº 10.216/01, que estabelece a possibilidade de internação compulsória de pessoas portadoras de *transtornos mentais* (não de dependentes químicos) que tenham cometido infração criminosa, e ainda assim é necessário um laudo médico e uma determinação judicial para a internação. Malu não soube dizer se no seu caso houve laudo ou determinação judicial, mas ainda que isso tenha acontecido, foi uma internação ilegal, visto que ela não é portadora de transtorno mental.

As consequências desse tipo de necropolítica (parece ser uma forma piorada de biopolítica) também produziram grande sofrimento psíquico para Malu, a ponto de ter desenvolvido depressão e ter decidido optar pela cissexualidade, provavelmente tendo associado aquele sofrimento ao fato de ser transexual. Percebe-se que a intenção, em ambos os casos, era tirá-las de circulação, segregá-las, mas não somente porque estavam “perturbando a ordem”, senão também (e sobretudo) porque elas pertencem à ralé – e a uma classe interseccionalmente piorada da ralé, a trans-ralé.

Observa-se que os autores listados até aqui que relacionam a fase atual do capitalismo à precariedade tendem a pensar na degradação das condições de vida baseando-se fundamentalmente no aspecto econômico e de classe; Jessé Souza e Achille Mbembe interseccionam também o eixo de raça, mas todos (com exceção de Judith Butler) se furtam a discutir explicitamente as relações de gênero e sua participação na precariedade capitalista.

Assim, pode-se retomar o viés da interseccionalidade rizomática, proposta no começo do capítulo: o aspecto econômico isolado parece não dar conta de explicar as complexas relações que se estabelecem para a criação de pessoas sobrantes, sendo necessário considerar as intersecções rizomáticas com outros eixos de opressão. No caso das participantes deste trabalho, elas não são sobrantes e dispensáveis só porque não têm as qualificações exigidas pelo atual regime de acumulação capitalista, mas também porque justamente performatizam sua transexualidade, porque usam vestido e saia curta na rua, desafiando a cis-heteronormatividade; porque são negras; porque dormem na rua;

porque são soropositivas, ex-presidiárias, trabalhadoras do sexo, dependentes químicas; porque, em suma, nasceram da ralé e continuam sendo ralé, só que com o agravante do marcador interseccional de sexo/gênero/sexualidade: elas são trans-ralé.

Desta perspectiva, o filósofo húngaro residente no Brasil Peter Pelbart (2018) retoma Mbembe para situar uma necropolítica à brasileira, fundada na precariedade de um devir-negro que se estende também a pessoas de sexos/gêneros/sexualidades dissidentes:

Necropolítica é a política da morte, que remonta à colônia. Em Mbembe, ela é racializada, mas extrapola essa dimensão, na medida em que a negritude, por exemplo, não é apenas uma condição subalterna reservada aos negros, já que é o lote de sofrimento que pouco a pouco se estende para além dos negros. É o devir-negro do mundo, que abarca desempregados, descartáveis, favelados, imigrantes, mas em contextos agudos, podemos acrescentar: mulheres, gays, trans, drogaditos, esquizofrênicos, etc. Que a política seja declinada como necropolítica, como política de extermínio, diz algo da sobrevivência da matriz colonial no contexto contemporâneo. Como se perpetuássemos a convicção escravocrata de que um negro perambulando solto só pode ser um foragido da senzala – um bandido deve ser morto, sempre! (PELBART, 2018, p. 15-16)

Logo, estão muito evidentes as razões pelas quais há e sempre houve no Brasil toda uma classe de pessoas subalternas, cuja dificuldade de alcance às condições que as permitiriam lograr justiça social é produzida e mantida tanto pelo caráter periférico do capitalismo financeiro/cognitivo/neoliberal quanto por uma matriz colonial de cultura racista, elitista, de desprezo ao pobre, mas também patriarcal, machista, misógina e LGBTfóbica.

Hardt e Negri (2005), mais alinhados à filosofia da diferença, entendem que o trabalho imaterial no capitalismo cognitivo é o contexto mesmo da emergência de um sujeito político heterogêneo e da multiplicidade – a multidão:

A multidão é composta de um conjunto de singularidades – e com singularidades queremos nos referir aqui a um sujeito cuja diferença não pode ser reduzida a uniformidade, uma diferença que se mantém diferente. [...] contudo, embora se mantenha múltipla, não é fragmentada, anárquica ou incoerente. [...] A multidão é um sujeito social internamente diferente e múltiplo cuja constituição e ação não se baseiam na identidade ou na unidade (nem muito menos na indiferença), mas naquilo que tem em comum. (HARDT; NEGRI, 2005, p. 139-140)

Assim, o mesmo capitalismo que precariza, também abriga a potência emancipatória da multidão, porque ela se constitui na diferença, na capacidade criativa. Deleuze e Guattari procuram explicitar essa contradição do capitalismo: ao impor sua

regularidade ao social, ao mesmo tempo a máquina capitalista inclui a abertura para a diferença, para os fluxos do desejo. “Mas, se os inclui, é apenas para, em seguida, domesticá-los, reenviando a produção dos fluxos desejanter às formas tradicionais da representação e da soberania.” (LAUREANO; PEIXOTO JR, 2014, p. 3). Guattari e Rolnik (1996) bem lembram:

O capitalismo é um [...] sistema permanente de reterritorialização: as classes capitalistas estão constantemente tentando "recapturar" os processos de desterritorialização na ordem da produção e das relações sociais. Ele tenta, assim, controlar todas as pulsões processuais (ou phylum maquínico) que trabalham a sociedade (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 323)

No entanto, há sempre algo que lhe escapa, há sempre algo de diferença que foge à reterritorialização pelo sistema:

Há um limite para a *tolerância* do capitalismo à diferença; seu ato de domá-la é sempre parcial, ambíguo. Uma parte resta não assinalável, em estado, digamos, *selvagem*, pronta a voltar-se contra as modulações “híbridas” do mercado. A diferença recalcada retorna, seja como uma inadaptabilidade objetiva e/ou subjetiva aos dogmas econômicos, seja como positividade transformadora da potência de diferenciação fora e contra as estruturas mercadológicas. [...] somente levando o movimento de dispersão, de hibridização e de diferenciação até o fim é que poder-se-á atravessar o muro da modulação capitalista. (LAUREANO; PEIXOTO JR, 2014, p. 8, grifo dos autores)

Se há um limite para a tolerância do capitalismo à diferença, então há uma diferença que está em linha de fuga, que está inadaptável, incapturável. Em relação ao capitalismo, no aspecto econômico, pode-se dizer que as participantes deste trabalho constituem essa diferença, pois são aquilo mesmo que o capitalismo não absorve completamente; são sobrantes, são a ralé. Nesse sentido, elas fazem parte daquela diferença que o capitalismo permite surgir, que libera para existir, mas depois tenta apreender, reterritorializar na representação novamente, reterritorializando o desejo. Ou seja, ainda que diferença, elas não são completamente descartáveis, são apreendidas em alguma medida porque também almejam consumir, também *consomem*, mesmo que pouco e mesmo que alheias ao próprio regime de acumulação.

Mas, se há nessa diferença algo que foge, esse algo é justamente aquilo que as joga para o território da ralé, porque destituídas do poder de compra, porque destituídas das qualificações que o mercado exige para competirem pelos “bons” empregos, porque alheias ao regime de acumulação de riquezas e também porque atravessadas por outros eixos de subjugação, interseccionalmente.

Ao mesmo tempo, é precisamente essa diferença que as constitui como multidão, afinal “as subjetivações, as conjunções, as apropriações não impedem os fluxos descodificados de continuar a correr, e de engendrar sem cessar novos fluxos que escapam” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 131). Estaria aí, então, a potência daqueles/as que se constituem na diferença: na capacidade de produzir o novo, de criar fluxos que escapam às subordinações, aos regimes hegemônicos. Ao fazê-lo, engendram desterritorializações e resistências.

3.5 Resistência e potência de vida

Em sua teorização a respeito da precariedade, Butler pontua que os atos de resistência por parte dos sujeitos acontecem posteriormente à exposição à condição vulnerável, a qual é tanto mais precária quanto mais agravada for:

A vulnerabilidade emerge antes de qualquer assembleia, e isso se torna especialmente verdadeiro quando as pessoas demonstram se opor às condições precárias em que vivem. [...] A vulnerabilidade à desapropriação, à pobreza, à insegurança e os danos que constituem uma posição precária levam à resistência. [...] Somos primeiro vulneráveis e depois superamos essa vulnerabilidade, pelo menos provisoriamente, através de atos de resistência. (BUTLER, 2016, p. 12, tradução minha⁴⁵)

Com base em Hannah Arendt, Butler também argumenta sobre os processos sociais que estabelecem quais pessoas – ou categorias de pessoas – são aceitas como sendo “o povo”, como aquelas que têm a permissão de participar da “esfera pública” de maneira corporificada:

Nem todos podem aparecer de forma corporificada, e muitos daqueles que não podem aparecer, aqueles que são impedidos de aparecer ou que estão presentes através de redes virtuais, também fazem parte do “povo”, o qual foi definido justamente a partir da aparição restrita de certos corpos no espaço público (BUTLER, 2017, p. 15-16, tradução minha⁴⁶).

A autora dá a ver as insubordinações movidas pelas pessoas impedidas de aparecer no espaço público – isto é, os/as sobrantes, a ralé, aqueles/as relegados/as à extrema precariedade. Uma dessas insubordinações é fazer-se aparecer por meio das resistências,

⁴⁵ “[...] vulnerability emerges earlier, prior to any gathering, and this becomes specially true when people demonstrate to oppose the precarious conditions in which they live. [...] the vulnerability to dispossession, poverty, insecurity, and harm that constitutes a precarious position in the world itself leads to resistance [...] we are first vulnerable and then overcome that vulnerability, at least provisionally, through acts of resistance”.

⁴⁶ “No todos pueden aparecer en forma corporeizada, y muchos de los que no pueden presentarse, de aquellos a los que se les impide aparecer o que se hacen presentes a través de las redes virtuales, forman también parte de «el pueblo», al que precisamente se ha definido a partir de la aparición restringida de ciertos cuerpos en el espacio público”.

de assembleias públicas (*assemblies*), movimentos sociais, mobilizações políticas, ocupação dos espaços públicos. Dessa forma, as pessoas podem exercitar “um direito plural e performativo à aparição, um direito que afirma e instala o corpo em meio ao campo político” (BUTLER, 2017, p. 18, tradução minha⁴⁷).

Outra forma de aparecer e de participar do campo político, segundo a autora, é através das redes virtuais: estar presente por meio das redes também é uma forma de resistir, de pertencer ao “povo” e de estar na “esfera pública”. Mas o que dizer de experiências como as das participantes, que fazem pouco uso das redes, e que não estão articuladas em movimentos empreendidos por outras pessoas em condição de precariedade? De que formas elas exercem resistência? Butler (2016, p. 13, tradução minha⁴⁸) adianta: “se as próprias condições infraestruturais para a política estão dizimadas, também estão as assembleias que dependem delas”.

Isso significa que, para além de uma infraestrutura básica de sobrevivência em sociedade – direito a alimentação, moradia, saúde, trabalho, educação, segurança – o sujeito necessita também de uma infraestrutura que lhe possibilite a ação política e que não lhe tolha o direito de reunir-se publicamente em movimentos coletivos. E no caso, por exemplo, das pessoas que performatizam sexos/gêneros/desejos dissidentes, a vulnerabilidade é ainda mais agravada:

Da mesma forma que afirmamos que o ato de fala depende de suas condições e convenções sociais, também podemos dizer que a performatividade de gênero depende de suas condições de suporte infraestrutural e social. Isso tem implicações nas ações sociais das pessoas, mas também ajuda a compreender os riscos que as mulheres correm em certas ruas durante a noite, reunindo-se em praças públicas (as agressões sexuais seriam um exemplo), e os riscos que pessoas transgêneras correm ao andar na rua ou ao participar de reuniões públicas (BUTLER, 2016, p. 38, tradução minha⁴⁹).

Sendo assim, cabe questionar: Amanda, Jussara, Laura, Gisele, Malu, Carla, Júlia e Rafaela de fato exercem resistência? De que formas? Considerando sua situação de precariedade, é evidente que há resistência: elas sobrevivem em meio a condições absolutamente adversas; fazem questão de performatizar sua transexualidade e, como

⁴⁷ “un derecho plural y performativo a la aparición, un derecho que afirma e instala el cuerpo en medio del campo político”.

⁴⁸ “If the infrastructural conditions for politics are themselves decimated, so too are the assemblies that depend upon them”.

⁴⁹ “In the same way that we claim that the speech act depends upon its social conditions and conventions, we can also say that the performance of gender more generally depends upon its infrastructural and social conditions of support. This bears implications for a general account of embodied and social action, but also for understanding the bodily risks that women take walking on certain streets at night, assembling in public squares (the sexual assaults would be an example), and transgendered people risk in walking on the street or gathering in public assemblies”

poderemos ver no próximo capítulo, buscam melhorar sua condição de vida através do uso – ainda que pouco – das TIC. No entanto, não parece haver nelas uma resistência no sentido mais tradicional, aquela que pressupõe um engajamento político em grandes grupos, em reuniões públicas (assembleias) de que fala Butler, nem no sentido de movimento político enquanto ação conjunta, de que falam Hardt e Negri:

As transformações neoliberais da vida social, econômica e política não somente desempoderaram e empobreceram os sujeitos que produziram. [...] mas também [promoveram] a privação de nossas capacidades humanas, sobretudo nossa capacidade de ação política. [...] todos os movimentos políticos nascem dessa maneira: de uma decisão de ruptura, a uma proposição de agir juntos” (HARDT; NEGRI, 2014, p. 50-51)

De fato, Hardt e Negri (2014) mostram que os recentes movimentos de lutas mundiais – que tiveram seu ponto alto em 2011, com o *Occupy Wall Street* e os protestos contra os regimes repressivos em países do Norte da África e do Oriente Médio –, originaram-se da indignação da multidão, emergindo a partir do contexto contemporâneo de crise do capitalismo, da crise política, econômica e social. A multidão é potência infinita de ação, podendo vir a criar movimentos de resistência e rebelião. Assim, conforme estes últimos autores, a resistência passa também pelo engajamento, pela assembleia, pela junção em movimentos coletivos de protesto e de luta política. Mas como pensar a resistência de pessoas como as participantes, que justamente devido ao alto grau de precariedade em que se encontram, estão, a princípio, despotencializadas da ação em grandes protestos, da reunião pública em assembleia, do movimento político numa dimensão mais ou menos organizada? Como vimos, elas não estão engajadas em agremiações políticas nem em movimentos LGBT onde pudessem exercer esse tipo de reivindicação – e isso ocorre muito provavelmente devido à sua precariedade interseccional e porque elas não têm as oportunidades de aceder a determinado saber-poder exigido para serem convidadas e/ou para quererem participar de tais movimentos.

Ao que parece, então, o horizonte de resistência das participantes está mais ligado às micropolíticas, às ações diárias, à criação de subjetividade e novas formas de sociabilidade, ao promoverem desterritorializações que as permitem não só sobreviver, mas também viver. No entanto, é preciso reconhecer com Deleuze e Guattari que aquilo que se refere ao micropolítico e ao molecular é inseparável daquilo que é macropolítico e molar, de forma que não se trata de oposições binárias, mas de segmentaridades em constante relação. Nesse sentido, ainda que as participantes não estejam engajadas em ações políticas mais ou menos organizadas que se configuram na multidão, elas não

deixam de ser multidão, porque também se constituem na diferença. Ademais, sua micropolítica em movimentos moleculares têm sempre a potencialidade de desequilibrar e alterar as organizações molares.

Pelbart (2002, p. 39), inspirando-se em autores como Deleuze, Foucault, Negri e Lazzarato, aponta para a potência criadora e transformadora daqueles/as considerados/as “excluídos/as”, sobrantes, a partir da construção de territórios subjetivos desde a própria precariedade a que foram relegados/as. Daí por que, na era do trabalho imaterial, todas as pessoas “detêm a força-invenção, cada cérebro-corpo é fonte de valor, cada parte da rede pode tornar-se vetor de valorização e de autovalorização. Assim, o que vem à tona com cada vez maior clareza é a biopotência do coletivo, a riqueza biopolítica da multidão” – entendendo biopolítica na sua inversão, isto é, não mais o poder sobre a vida, mas a potência da vida. O autor complementa: “todos e qualquer um inventam, na densidade social da cidade, na conversa, nos costumes, no lazer - novos desejos e novas crenças, novas associações e novas formas de cooperação” (PELBART, 2002, p. 38).

Ainda, pensando a partir de Lazzarato, Pelbart (2002, p. 37, grifo meu) sintetiza em uma pergunta uma das estratégias que estariam entrelaçadas à biopotência da multidão: *“que capacidade social de produzir o novo está disseminada por toda parte, sem estar essa capacidade subordinada aos ditames do capital, sem ser proveniente dele e nem depender de sua valorização?”*

Esse questionamento do autor está de todo alinhado com os fluxos da diferença que escapam aos regimes instituídos, dos quais nos falamos Deleuze e Guattari. Nessa perspectiva, pode-se observar nas participantes várias formas de cooperação e de associação que extrapolam o domínio do capital, exatamente porque essas formas de cooperação não dependem e não são motivadas por ele, sendo capazes de mobilizar outros agenciamentos, como afetos e devires. Percebi, por exemplo, que elas têm o hábito de dividir as coisas entre si, que criaram uma rede de cooperação, porque sabem que disso pode depender sua sobrevivência. Exemplifico com algumas passagens do diário de campo, que refletem situações do cotidiano das participantes:

[DC] [Cooperações]

- *Certo dia, Gisele me pediu ajuda pra comprar um desodorante, porque naquele momento ninguém tinha o produto para emprestar. Ela comentou que as pessoas que conhece em situação de rua costumam compartilhar o que têm, principalmente entre as mulheres (cis e trans), porque sabem que num dia podem ter várias coisas, mas também, de uma hora para outra, podem perder tudo.*

- *Depois de ter ido morar em uma casa, Carla chamou para viverem com ela várias amigas da rua, incluindo Rafaela, Julia, Malu e uma outra mulher trans que eu não conheci. (Apenas essa última está vivendo na casa com Carla).*
- *Julia estava há dias sem tomar banho, só com a roupa do corpo, pois havia perdido os poucos pertences que tinha. Ela queria tomar banho e pediu para uma amiga no Centro Pop uma muda de roupa emprestada. A moça respondeu que não tinha nada, que também tinha só a roupa do corpo. Minutos depois, a amiga apareceu com uma calça e uma camiseta limpas e até um sutiã para Julia. Disse que tinha conseguido com outras mulheres.*

Nos três exemplos, todas as envolvidas sabem que, ao colaborarem entre si, não vão receber de volta exatamente o que cederam às outras. Ou seja, elas sabem que não se trata de empréstimos. As mulheres que ajudaram Julia, por exemplo, sabiam que ela não iria devolver aquelas roupas, pois não era um empréstimo: era cooperação, estratégia de colaboração mútua, que vem de quem sabe que precisa da ajuda do outro para sobreviver, que precisa da alteridade. São relações outras de sociabilidade, que assim o são porque têm a especificidade de acontecer sob condições extremamente precárias, mas que, ao mesmo tempo, estimulam uma biopotência de solidariedade, despertam afetos reveladores de que uma pessoa sabe exatamente o que a outra está passando, pois já vivenciou coisa semelhante.

4 TERRITÓRIOS DOS USOS DAS TIC

4.1 Inclusão ou emancipação digital?

É notório que as classes menos favorecidas têm menos alcance às TIC, em especial às tecnologias digitais. A última pesquisa TIC Domicílios⁵⁰, referente ao ano de 2016, revelou que 54% dos domicílios estão conectados à internet no Brasil, com um aumento de 3% em relação a 2015. No entanto, os padrões de desigualdade expostos anualmente desde 2005 pela pesquisa persistem: somente 23% dos domicílios das classes D e E estão conectados à internet, enquanto que a classe A tem 98% dos domicílios conectados, e a B, 91%. Ainda segundo o documento, os principais motivos para a falta de internet são o preço da conexão⁵¹ (para 26% dos desconectados) e a falta de interesse (18%).

A pesquisa também revelou um crescimento do uso da banda larga móvel, com maior intensidade entre as classes sociais menos favorecidas e em regiões que tradicionalmente apresentam conectividade em banda fixa mais restrita (casos da região Norte e das áreas rurais). Esses dados evidenciam que, a despeito do crescimento registrado no acesso às TIC, a desigualdade ainda persiste fortemente.

Na esteira da necessidade de diminuir esta assimetria, emergem os debates sobre quais seriam as melhores formas de ampliar e distribuir o acesso e uso das TIC no país, bem como sobre as resultantes dessa distribuição e sobre como atrelar o simples acesso a potências emancipatórias. Uma das pautas ainda vigentes no debate na comunicação e nas políticas públicas é a da inclusão digital – questão apenas aparentemente datada, é bom lembrar, basta que se observe a persistente desigualdade a que estão circunscritas as classes menos privilegiadas em relação ao acesso e uso da internet no Brasil.

No entanto, é necessário levantar questionamentos não apenas relativamente ao termo “inclusão digital”, mas também ao legado das políticas públicas no Brasil direcionadas a essa forma de inclusão.

O termo “inclusão digital” é uma apropriação das concepções de exclusão e inclusão social. Como apontam Maria Helena Bonilla e Paulo Cezar de Oliveira (2011), estes termos, por estarem calcados na dualidade, levam à pressuposição de que haveria

⁵⁰ “Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros”, conduzida pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) Disponível em: <http://cetic.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2016/>

⁵¹ De acordo com Silveira (2017), a conexão à internet no Brasil é uma das mais caras do mundo. Em 2007, o megabit chegou a ser vendido por R\$ 716,50 ao mês, sendo que em países como Itália, França e EUA o preço mensal do megabit era equivalente a, respectivamente, R\$ 4,32, R\$ 5,02 e R\$ 12,75.

uma parcela da sociedade “incluída” e outra, no lado oposto, “excluída”, como se não integrasse, sob nenhum aspecto, essa mesma sociedade. Ademais, o conceito de exclusão social tem sido empregado à revelia de uma análise mais voltada às complexidades dos processos sociais.

Henrique Nardi (2002), ao comentar a crítica de Robert Castel em relação à concepção de “exclusão”⁵², afirma que este termo

é uma "resposta preguiçosa" às dificuldades de problematizar os diferentes processos que atravessam a sociedade contemporânea e que fazem com que os indivíduos passem de uma situação de integração para uma situação de extrema vulnerabilidade. [...] o termo "inclusão" tampouco faz sentido se formos coerentes com este raciocínio, uma vez que não se trata de "incluir" no sistema que "exclui" mas sim de transformar a estrutura e a dinâmica sociais, portanto, não se discute a 'inclusão' mas sim a transformação (NARDI, 2002, p. 145).

Assim, “a abordagem das questões relacionadas às desigualdades quanto ao acesso e uso das TIC parece seguir o mesmo caminho reducionista que relaciona a exclusão social diretamente a uma nova forma de exclusão, agora denominada digital” (BONILLA; OLIVEIRA, 2011, p. 30). Daí a importância de se pensar numa superação da inclusão digital como sendo a mera facilitação do acesso a ferramentas tecnológicas, para que este acesso possa propiciar questionamentos capazes de conduzir a transformações sociais. Outro aspecto da inclusão digital que se pretende superar é a apropriação dos meios tecnológicos e da internet unicamente para o consumo de informações, de maneira passiva e acrítica.

É nesse sentido que tem-se buscado ampliar esta abordagem com vistas a uma “emancipação digital”, articulando as esferas da cultura, da educação, da política e da cidadania por meio das TIC. “Cabe analisar até que ponto ações de inclusão digital potencializam interações e possibilidades dos próprios sujeitos se engajarem nas atuais dinâmicas sociotécnicas de forma ativa, participativa, propositiva e construtora de novas realidades sociais” (BONILLA; OLIVEIRA, 2011, p. 35). Para Gilson Schwartz (2010), a emancipação digital poderia ser alcançada através do engajamento dos indivíduos na construção colaborativa de conhecimentos, numa dinâmica de produção de novos conteúdos capazes de influenciar positivamente tanto o indivíduo quanto a comunidade em que está inserido. Nessa perspectiva, a emancipação digital não está descolada da

⁵² Em vez de pensar em termos de exclusão, Castel propõe a ideia de “desfiliação social”, cujos desdobramentos, aliás, estão relacionados à noção de indivíduos “sobrantes” do capitalismo atual, como visto no capítulo 3. “O conceito de desfiliação propõe perceber os processos e sobretudo as causas dos graves problemas sociais que afetam as populações em situações de desvantagens sociais crônicas” (BONILLA; OLIVEIRA, 2011, p. 29).

busca pela emancipação social, cultural e econômica; ao contrário, ela não ocorre sem a interconexão com estas outras esferas que constituem os sujeitos situados socialmente.

Foi desde esta perspectiva de emancipação digital que buscou-se criar um canal no YouTube para que algumas das mulheres trans nesta pesquisa pudessem contar suas experiências, falar da vivência trans, contar sobre a situação de rua e sobre o que mais tivessem vontade, na condição de protagonistas e criadoras de novos conteúdos. Mas antes de falar sobre como essa proposta se desenrolou durante a pesquisa, é preciso explicitar como se deram as oficinas de inclusão digital na Associação Cultural e Beneficente Ilê Mulher.

4.2 As oficinas de inclusão digital

Como já dito anteriormente, foram as próprias participantes que me informaram sobre as oficinas. Gisele e Laura relataram participar às vezes e me convidaram a acompanhá-las durante as aulas. A partir disso, contatei a coordenação da instituição perguntando sobre a possibilidade de realizar observações no local. Entre este primeiro contato e a efetiva permissão para observação na instituição, passaram-se seis semanas. Concomitantemente, eu seguia em contato com as participantes, pois buscava estabelecer uma relação de proximidade entre nós e tentava observar outros territórios de comunicação expressados por elas.

Após eu ter solicitado autorização para entrada no Ilê, a coordenadora sugeriu que fizéssemos uma reunião para que eu pudesse explicar os objetivos do projeto e, depois, que combinássemos um encontro com as mulheres trans que tivessem interesse em participar para marcar as datas e firmar o compromisso, entre todas, de comparecermos ao Ilê durante cinco semanas consecutivas, uma vez por semana, para realizar a pesquisa.

Nesta primeira reunião, eu soube que cada oficina dura aproximadamente duas horas e meia, em que o educador social responsável orienta sobre um determinado tema, sugere que as pessoas pesquisem na internet sobre aquele tema e redijam um texto no computador, resumindo o que aprenderam. No fim da aula, alunos e alunas têm 40 minutos livres para usar a internet.

É interessante destacar aqui o relato do educador social. Ele já havia tido a experiência de ministrar oficinas com a participação de mulheres trans em situação de rua, algumas das quais eu já havia conhecido (Gisele e Laura) e outras que, segundo ele, havia tempos não frequentavam a ONG. De acordo com o professor, o envolvimento das

mulheres trans nas oficinas costumava ser bastante incipiente. Em um dado momento, ele percebeu que, quando estavam presentes nas aulas, elas não demonstravam muito interesse pelas atividades e temas propostos (cidadania, direitos humanos, direitos civis, saúde em geral, etc.). Nessa dinâmica, o professor notou que as mulheres trans tinham interesses em comum bastante diferentes do restante das turmas nas oficinas: elas buscavam informação sobre as formas de tomar hormônios, sobre cirurgias estéticas e de redesignação sexual, tutoriais de maquiagem, depoimentos de outras transexuais sobre as transformações corporais e sobre seu cotidiano. Foi então que o professor resolveu propor a elas um trabalho à parte durante as oficinas, em que elas pudessem focar as pesquisas em temas de seu interesse, já que havia percebido a enorme necessidade que elas tinham de obter informação sobre os agenciamentos específicos da própria transexualidade.

Essa percepção do educador social revela um aspecto interessante do método de abordagem da instituição Ilê Mulher, na medida em que se diferencia das abordagens da maioria dos cursos de inclusão digital de instituições espalhadas pelo Brasil. Segundo Bonilla e Oliveira (2011), as políticas públicas relacionadas à inclusão digital no país vêm sendo implantadas desde o ano 2000, com forte incentivo durante o governo Lula, a partir do estabelecimento de telecentros e infocentros comunitários. Paralelamente, existe a ação de organizações não governamentais voltadas à inclusão digital, que em geral operam de forma semelhante às instituições governamentais. No entanto, questiona-se se as ações dessas instituições têm sido capazes de mirar além do enfoque na facilitação do acesso às tecnologias digitais. Isto é, ainda se discute se as políticas públicas no Brasil direcionadas ao uso das TIC realmente estão oportunizando a efetiva possibilidade de emancipação digital – a qual carrega consigo não apenas a necessidade de ampliação do acesso nem apenas a superação das desigualdades e da pobreza, mas também o exercício da cidadania, o empoderamento de si, a construção de redes de interação, a capacidade de criação de novos conteúdos e de protagonismo.

O uso pleno das TIC compõe os direitos humanos, a cidadania e a dinâmica de geração de “novos direitos”, faz parte das condições contemporâneas de auto-organização, colaboração e dos processos horizontais que estruturam as bases para a constituição de uma nova organização social (BONILLA; OLIVEIRA, 2011, p. 45)

É evidente, contudo, que uma tal emancipação digital não acontece da noite para o dia e nem a partir da ação isolada das instituições. É por isso que essa perspectiva deveria ser perseguida em articulação com outras políticas públicas mais efetivas e abrangentes.

Assim, ao oportunizar às mulheres trans o uso da rede para propósitos direcionados ao conhecimento de seus próprios corpos e dos agenciamentos de sexo/gênero/sexualidade que as atravessam, a ação do educador social no Ilê Mulher afasta-se da mera viabilização do acesso, abrindo caminho para formas de emancipação. No entanto, o professor relata que aquelas mulheres trans engajaram-se na proposta apenas por algumas semanas e logo já deixaram de comparecer ao Ilê. Isso revela um outro elemento indispensável para o entendimento das relações que elas desenvolvem em seu cotidiano: a interseccionalidade dos aspectos complexificadores de sua precariedade.

A seguir, apresentam-se partes do diário de campo e descrições dos usos que as participantes fizeram das TIC, especialmente a internet, durante os cinco encontros que fizemos nas oficinas de inclusão digital na Associação Ilê Mulher, apresentando também pontos dos processos metodológicos.

[DC] [Reunião com as participantes no Ilê]

Depois da reunião com a coordenadora e com o professor, fui encontrar as participantes para combinar a data do encontro no Ilê, momento em que iríamos conversar sobre como a pesquisa se desenrolaria. Sem a possibilidade de ligar para alguma delas nem de mandar uma mensagem via aplicativo, fui procurá-las na rua, nos locais habituais de convívio. Encontrei só Gisele e Malu, que aceitaram participar da reunião na segunda-feira seguinte, logo depois do almoço no bandejão. Pedi a elas que convidassem as outras meninas trans para participarem também.

Na segunda-feira, Gisele e Malu estavam pontualmente em frente ao Ilê. Contaram que chamaram Carla, mas que ela não pôde comparecer porque tinha ido fazer um programa. Durante a reunião, expliquei a elas a pesquisa, enfatizei que iria observá-las e auxiliá-las caso necessitassem de ajuda para algo durante as oficinas, e que seriam cinco encontros, uma vez por semana, durante as cinco semanas seguintes. Gisele me olhava como quem não estava entendendo nada:

– Mas pra que tu tá pesquisando isso? Assim... o que isso interessa?

Ela parecia não acreditar que seus usos da internet pudessem interessar a alguém. Gisele também parecia não entender como isso poderia motivar uma pesquisa acadêmica, que tipos de interesses estavam envolvidos ali.

– Imagina que com essa pesquisa eu vou poder conhecer vocês melhor – eu disse a ela, tentando repetir para mim mesma que a pesquisa poderia ter alguma relevância social significativa – e com isso vou poder escrever um trabalho sobre como é a vida de mulheres trans em situação de rua, sobre as dificuldades que vocês têm, sobre as formas como vocês usam a internet, quais os interesses que vocês têm. É possível que outras pessoas leiam esse trabalho e também achem importante saber o que vocês têm a dizer, porque vocês têm muita coisa a dizer e a ensinar. Por exemplo, o professor me contou que você e outras trans fizeram uns trabalhos aqui no Ilê há um tempo atrás sobre como funcionam os hormônios, sobre quais funcionam melhor no corpo, quais os efeitos colaterais, quais as quantidades. Vocês têm um conhecimento que daqui a pouco podem usar pra ensinar outras trans que não têm acesso a esse conhecimento.

Agora Gisele já me olhava de uma forma mais receptiva. Enquanto eu falava, Malu balançava a cabeça afirmativamente.

– Tá, mas não te garanto que vou aparecer todos os dias – disse Gisele.

– Pode contar comigo que eu venho – disse Malu com um ar sério.

[DC] [Oficinas de inclusão digital]

No primeiro dia de oficina, compareceram ao Ilê Carla, Malu e Jussara, acompanhadas de Rafaela e Júlia, as quais eu ainda não tinha conhecido pessoalmente. Disseram que não sabiam onde estava Gisele.

– Então vamos lá ver qual é que é dessa amapô aí – disse Jussara, convocando as outras para entrarem na sala de informática.

Eu havia combinado com a coordenadora que faria a observação durante a aula normal, ou seja, na sala estariam presentes outras pessoas. A princípio, pensávamos que apenas 3 das mulheres trans iriam participar (só Malu, Gisele e Carla haviam confirmado), então reservamos 3 vagas para elas na aula, que tem ao todo 10 computadores e é bastante disputada. Como elas estavam em 5, duas tiveram que ficar sem computador, o que fez com que começassem a disputar quem iria ocupar as vagas. Sugeri revezarmos os 3 computadores disponíveis, mas elas ficaram contrariadas.

A oficina ficou conturbada, então a coordenadora sugeriu que nas próximas semanas eu fizesse as observações num dia e horário separados das oficinas regulares, somente com as mulheres trans interessadas na pesquisa. Combinei com as participantes de continuarmos as oficinas agora às segundas-feiras, num horário só para elas.

Na semana seguinte, no segundo dia de oficina, compareceram Carla, Malu e Julia.

No terceiro dia, compareceu somente Julia.

No quarto dia: somente Malu.

No quinto dia: Carla, Malu e Rafaela.

Durante as 5 oficinas, através de observação participante e perguntas feitas diretamente a elas, pude perceber:

- **Carla:** tem destreza ao usar o computador; tem Facebook, mas não faz muitas postagens. No início das oficinas, não tinha celular; no dia da ida à Fabico, ganhou um celular simples, o qual ela tem usado para receber ligações da família do Paraná, para telefonar e marcar programas (comprou um *chip* pré-pago, coloca créditos raramente).

O que acessa:

Facebook: perfis de homens, clientes, amigos/as; conversa no *Messenger* com clientes e amigos/as, marca programas, às vezes conversa com a mãe e as tias.

Postagens: posta *selfies* e outras fotos (algumas foram tiradas na oficina de fotografia no Ilê). Depois que começamos as oficinas, ela compartilhou no Facebook alguns vídeos falando sobre terapia hormonal.

Algumas frases postadas: “Faço programa ligue número xxxxxxxx”; “boa tarde pessoal”; “Eu linda carla trans feliz”; “Boa tarde trans tenham um bom dia”

YouTube: Videoclipes: MC Kevinho, Anitta, Ludmilla.

Vídeos em geral: sobre tratamento hormonal para mulheres trans, depoimentos de transexuais que fizeram cirurgia de redesignação sexual, vídeos com antes e depois da transexualização, sobre empregos para trans, sobre como fazer a retificação de nome e gênero nos documentos.

Alguns títulos de vídeos vistos: “1 ano de hormônio feminino”, “Casos de Família – diferença entre mulher e travesti”, “Transformação com Perlutan”, “Liah Bracho – hormônios para transexuais”, Liah Bracho – como aplico meu hormônio”, “Bloqueador de testosterona e hormônios afetam o humor de Jazz - A Vida de Jazz”, “Retificação de documentos para trans”

Busca no Google: “hormônios femininos”, “Perlutan para trans”, “como trocar o nome documentos trans”.

- **Malu:** tem bastante destreza ao usar o computador; seu perfil no Facebook é seguido por aproximadamente 2300 pessoas. Faz postagens com certa regularidade. É a única que tem Instagram. No início das oficinas, tinha um *smartphone*, mas, em uma briga, o namorado quebrou seu celular. No dia da ida à Fabico, ganhou um *smartphone*, mas 6 dias depois o namorado a agrediu e roubou todas as suas coisas. Depois de algum tempo, reencontrou o namorado, que pediu desculpas dando-lhe de presente outro *smartphone*. Ela retomou o relacionamento e está usando o novo celular, continua fazendo postagens no Facebook e no Instagram, mas não deu continuidade ao canal no YouTube.

Malu costumava pagar um plano para internet 3G. Carregava o celular no Centro Pop, no Ilê ou no bandejão, pois nos albergues é proibido carregar e usar. Quando estava sem 3G, ia ao Ilê ou SESC acessar a internet.

O que acessa:

YouTube: Videoclipes: Ariana Grande, Nicki Minaj, Pablo Vittar, Anitta, Rihanna.

Vídeos em geral: sobre maquiagem, customização de roupas, moda, alguns sobre tratamento hormonal, depoimentos de mulheres trans, alguns episódios da série “Super Drags”

Alguns títulos de vídeos vistos: “Lana Almeida – Make para se prostituir no Halloween”, “Lana Almeida – Tour pelo meu corpo”, “Comprei um iPhone 7 pelo Aliexpress”, “Como usar tendências dos anos 90 hoje”, “Anitta, Jojo e Pablo em: relatos do ENEM”, “Super drags”.

Facebook: conversa via *Messenger* com amigos e às vezes com a irmã, única familiar com quem ela ainda tem vínculo. Vê perfis de

outras pessoas, segue páginas sobre pessoas LGBT e grupos que discutem tratamento hormonal para mulheres trans.

Postagens: fotos dela (em geral *selfies*), fotos dela com o namorado.

Algumas frases postadas:

“O inimigo soprou no meu ouvido você não vai resistir a tempestade e eu respondi - eu sou a própria tempestade. bom dia”; “Sorrir e agradecer por mais um dia...”

Instagram: Usa menos que o Facebook. Segue os perfis de Pablo Vittar, perucasbabadeiras, Lea T, entre outros.

Busca no Google: “Victoria secret desfile 2018”, “Barbara Fialho”, “Valentina Sampaio”, “Lea T”, “Marcela Ohio” (todas modelos trans); “tutoriais de roupas”.

Sites em geral: Site das Lojas Renner (vê as roupas que estão sendo vendidas, observa as tendências da moda, mas não compra as roupas pelo site).

- **Julia:** sabe usar as funções básicas do computador (*hardware*), mas tem dificuldade para digitar e ler (é semialfabetizada). Me pediu ajuda para criar um Facebook. Criamos uma conta de e-mail e o perfil na rede social. Ela disse quais seriam seu e-mail e senha, me pediu para digitar e anotou num pedaço de papel. Tirei fotos dela com meu celular para usar como sua imagem de perfil. Ela já tinha tido uma conta no Facebook quando vivia no abrigo, então sabe usar razoavelmente – sabe onde clicar para adicionar amigos e para ver o perfil de outras pessoas. No YouTube, Julia se movimenta com mais facilidade, através das imagens de capa dos vídeos.

O que acessa:

Facebook: Perfis da tia e da prima, perfis de mulheres trans, perfis de homens. Enviou solicitação de amizade para muitas pessoas, principalmente homens. Quando alguns deles lhe mandavam mensagem via *Messenger*, ela me pedia para digitar as respostas. Também me pediu que digitasse mensagens para a tia e para a prima.

YouTube: Videoclipes: MC Kevinho, Aline Barros, MC Gui, Rodriguinho, Pablo Vittar.

Vídeos em geral: “Chiquititas antes e depois”, “Como deixar o olhar mais feminino para mulheres trans”, “Pablo Vittar me transformou em drag queen!”

- **Rafaela:** não tem celular; tem perfil no Facebook, mas não faz muitas postagens.

O que acessa:

Facebook: perfis de amigos/as e clientes; conversa no Messenger com amigos/as e clientes, marca programas.

YouTube: Videoclipes: Pablo Vittar

Vídeos em geral: sobre tratamento hormonal para mulheres trans, sobre cirurgias e procedimentos estéticos, sobre prostitutas trans.

Alguns títulos de vídeos vistos: “Silicone industrial”, “Acompanhante de luxo”, “6 meses de Perlutan”, “Aplicação de silicone”, “TH com Diane 35 e Perlutan”

- **Jussara:** não tem celular, raramente usa internet. Perguntei se ela queria fazer um Facebook, ela disse que não porque tinha medo que o marido, que está preso, ficasse sabendo. Jussara esteve presente apenas no primeiro dia. Parecia estar irritada, não quis participar da oficina e se retirou.

Mapa Agenciamento dos usos das TIC

Este mapa busca mostrar basicamente agenciamentos de corpos humanos com os corpos tecnológicos, o ciberespaço e os espaços vividos pelas participantes, percebidos não só através das observações nas oficinas de inclusão digital, mas também da convivência com elas em outros territórios.

Assim, propõe-se identificar um agenciamento dos usos das TIC pelas participantes⁵³, considerando a predominância do uso da internet e interações no ciberespaço, uma vez que percebeu-se que é esta a forma de tecnologia de comunicação mais usada por elas. Em menor escala, elas usam celulares para fazer ligações e assistem TV nos albergues. Este agenciamento, como qualquer outro, é composto por agenciamentos maquínicos do desejo (no plano de conteúdo, que articula misturas de corpos) e por agenciamentos coletivos de enunciação (no plano de expressão, que articula regimes de signos). Cabe também apontar a máquina abstrata que permeia esses agenciamentos, que é efetuada por pontas de desterritorializações, linhas de fuga. Há também linhas de segmentaridade duras e maleáveis que produzem reterritorializações em diferentes níveis.

Neste agenciamento dos usos das TIC pelas participantes, com ênfase para o uso do ciberespaço, entende-se que os agenciamentos coletivos de enunciação, compreendidos como um “regime de signos, uma máquina de expressão cujas variáveis determinam o uso dos elementos da língua” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 32) dizem respeito, portanto, aos regimes de signos, à linguagem, às enunciações; são

⁵³ Este mapa não contempla uma das participantes, Amanda, que vive praticamente sem nenhum contato com as TIC. Quando me refiro a elas, subentende-se a exceção de Amanda.

compostos neste trabalho pela internet e as redes sociais digitais. Já os agenciamentos maquínicos do desejo, entendidos como sistemas pragmáticos, de ações e paixões, remetem a formações não discursivas, portanto misturas e relações de corpos nos territórios de uso das TIC e da internet: corpos técnicos, eletrônicos, corpos das participantes e da pesquisadora. Portanto, com base nas observações e entrevistas, e a partir do gráfico dos agenciamentos formulado por Conter (2015), tem-se o seguinte esquema:

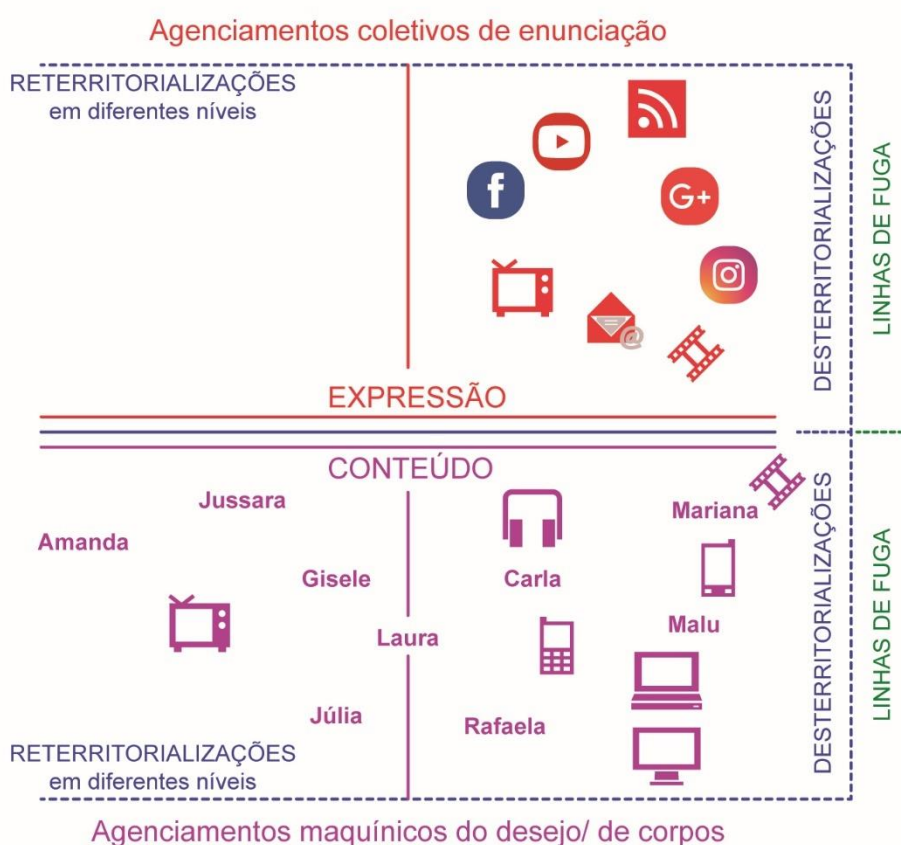


Figura 6 – parte do Mapa Agenciamento dos usos das TIC

Na figura 6, os agenciamentos coletivos de enunciação compreendem: a **internet** – todas usam ou já usaram em alguma medida; o **YouTube** – todas acessam ou já acessaram; o **Facebook** – com exceção de Jussara e Gisele, todas possuem conta e usam em maior ou menor medida; o **mecanismo de busca do Google** – a maioria usa, mas pouco. Quando o fazem, buscam principalmente informações sobre hormônios e intervenções estéticas; o **Instagram** – apenas Malu usa; alguns **programas de televisão** – as participantes assistem TV nos albergues esporadicamente, os programas mais vistos são novela e Jornal Nacional; **e-mail** – a maioria só tem e-mail porque é requisito para

abrir a conta no Facebook, elas não usam e-mail como forma de comunicação; e **filmes** – as participantes raramente assistem a filmes. Carla e Gisele tiveram a experiência de ir ao cinema na UFRGS, o que, como vimos no capítulo 2, se estabeleceu como uma linha de fuga. As outras ou nunca foram ou não vão há muitos anos. Além disso, elas raramente veem filmes pela televisão.

Estes elementos estão mais à direita na figura porque têm maior relação com desterritorializações, isto é, o uso destas tecnologias pelas participantes não é corrente. Todavia, há que se entender que esse gráfico não é estático, pois des-re-territorializações acontecem a todo momento.

Já os agenciamentos maquínicos do desejo compreendem: **os corpos desejantes das participantes** – Amanda, Jussara, Laura, Gisele, Malu, Carla, Julia e Rafaela; **notebooks** – disponíveis no Ilê Mulher; **fores de ouvido** – disponíveis no Ilê Mulher; **computadores** – disponíveis no SESC; **o corpo desejante da pesquisadora-participante** – (Mariana) minha implicação nos agenciamentos que compõem o uso das TIC pelas participantes; **aparelho celular smartphone** – Malu possui um; **aparelho celular mais antigo** – Carla possui um; **carregadores de celular** – Malu e Carla têm; **televisão** – disponível nos albergues e no Ilê; **cinema** – experiência de Carla e Gisele ao irem à Sala Redenção na UFRGS.

Amanda, Jussara, Laura, Gisele e Julia estão mais à esquerda na figura, porque se desterritorializam menos que Malu, Carla e Rafaela através uso das TIC; estas últimas, por sua vez, estão mais à direita. Da mesma maneira que no plano de expressão, nada aqui é estático, pois ambos os tipos de agenciamentos implicam-se mutuamente, e há também o funcionamento da máquina abstrata.

Dessa relação entre as divisões do agenciamento, Deleuze e Guattari (1997, p. 219) afirmam: “os enunciados ou as expressões exprimem transformações incorporais que ‘se atribuem’ como tais (propriedades) aos corpos ou aos conteúdos”. Então, ambos estão em constante relação. Cabe aqui buscar entender que tipos de transformações incorporais os agenciamentos de enunciação atribuem aos corpos ou conteúdos, isto é, às participantes, a mim como pesquisadora-cartógrafa-participante e aos corpos eletrônicos e técnicos. Disso faz parte não apenas mapear esses agenciamentos, mas também compreender seus efeitos, suas implicações subjetivas, (micro)políticas, sociais.

Pode-se citar algumas des-re-territorializações engendradas pelas participantes com o uso da internet, observando que esses movimentos são sempre relacionais. Por exemplo, há desterritorializações em relação ao sistema capitalista periférico que as

condiciona à trans-ralé brasileira, que busca deixá-las sob a precariedade, que dificulta seu acesso e apropriação de saber-poder. Nesse âmbito, as desterritorializações acontecem quando elas se apropriam das TIC para obter conhecimento (tão valorizado em tempos de capitalismo cognitivo), ou seja, para, por exemplo, saber sobre quais hormônios devem usar, sobre procedimentos estéticos que gostariam de realizar (cirurgias plásticas, silicone industrial, silicone cirúrgico, etc.), para saber informações sobre empregos para pessoas trans, para saber o que é necessário para retificar o nome e o gênero nos documentos, etc.

Ao se juntarem a outras linhas, essas desterritorializações potencializam-se, podendo engendrar linhas de fuga; mas também engendram reterritorializações, que ocorrem na medida em que elas se apropriam de conhecimentos e os aplicam em suas vidas, em seu cotidiano. Uma dessas des-re-territorializações foi empreendida por Rafaela: no início das oficinas, ela comentou que tinha muita vontade de aplicar silicone industrial, pois achava que seu corpo não estava adquirindo contornos femininos apenas com o uso de hormônios, e também porque é um procedimento barato se comparado ao cirúrgico. Durante as oficinas em que participou, procurou vídeos no YouTube sobre a aplicação deste tipo de silicone e se convenceu do quão prejudicial pode ser à saúde. Ela já sabia dos riscos à saúde e da alta probabilidade de o produto se deslocar pelo corpo, tendo também maus resultados estéticos. Mas, ao compreender isso por meio de materiais audiovisuais, afetos pouco acessados anteriormente lhe aconteceram, de modo que ela se mostrou muito impactada, ficou horrorizada ao ver casos de outras trans com sérios problemas de saúde e desistiu de realizar o procedimento. Então, Rafaela desterritorializou ao obter um conhecimento e reterritorializou-se numa nova compreensão, mais ampla e factual sobre a realidade daquele procedimento estético, tendo tido como efeito a desistência de realizá-lo.

Também no caso de Carla, por exemplo, quando busca informações sobre o que é preciso para retificar seu nome e gênero nos documentos, ela desterritorializa e traça uma linha de fuga, pois desloca-se completamente de seu território e rompe com a normalização de sua precariedade nesse sentido. Como descrito anteriormente, os procedimentos para a retificação do nome são burocráticos, é preciso reunir muitos documentos, alguns com custo elevado, o que faz com que obter a retificação seja algo quase impossível para quem não tem recursos financeiros nem a possibilidade de se informar devidamente sobre tais procedimentos. Retificar o nome e o gênero nos documentos parece ser algo reservado às pessoas trans que podem pagar. Entretanto,

Carla conseguirá gratuitamente; ainda está aguardando, mas já provocou uma ruptura na ordem instituída que, se não fosse pela sua linha de fuga, a manteria sempre apartada desse direito (assim como contribui para manter as outras participantes apartadas da possibilidade de retificarem seus nomes e gêneros, sendo que algumas não possuem nem os documentos).

À parte desses exemplos de busca por informações sobre seus corpos, sobre hormônios e documentos, entre outros, o uso que a maioria das participantes faz da internet é essencialmente para entretenimento e relacionamento (videoclipes no YouTube, moda, maquiagem, troca de mensagens com potenciais parceiros ou clientes, algumas trocam mensagens com membros da família, etc). Há nesse aspecto também grande potencialidade, pois é preciso apontar que o seu território é aquele predominantemente marcado pela precariedade numa dimensão interseccional; então, ao assistirem a um videoclipe de sua música favorita, ou ao aprenderem a fazer uma maquiagem nova, por exemplo, esses agenciamentos de enunciação estão de fato atribuindo transformações aos seus corpos desejantes, de modo a produzir deslocamentos que se reterritorializam em um estado de ânimo diferente, em outros afetos que podem ajudá-las a construir subjetividades menos suscetíveis ao sofrimento e à escassez material impostos pela precariedade. Assim, um aparentemente “simples” entretenimento como o de ver outras mulheres trans produzindo conteúdo na internet, em situações que despertam nas participantes afetos como admiração e estima, contribui para a criação dos seus próprios devires⁵⁴, e por isso é, em si, transformador, é potência de criação.

Por outro viés, André Lemos (2007, p. 280) opina que o avanço das tecnologias tem permitido a ubiquidade de conexão nas cidades, cada vez mais estamos em rede; então, as tecnologias digitais tornam-se o território, e passam a ser ao mesmo tempo agentes de controle e de desterritorialização: “as tecnologias digitais podem ser agentes de territorialização e controle, assim como de desterritorialização e de diminuição de hierarquias, aumentando mobilidades, instituindo formas nômades”. Nesse sentido, podemos pensar que aqueles/as que não detêm a possibilidade de acesso às tecnologias de maneira quase ubíqua estão desterritorializados/as e são empurrados/as para linhas de fuga. Tal movimento, se por um lado propicia uma certa fuga a essas novas formas de biopolítica (ou seja, as pessoas ficam menos disponíveis no ciberespaço, há menos dados seus circulando), por outro, não impede que elas estejam submetidas a outras formas de

⁵⁴ “Não se abandona o que se é para devir outra coisa (imitação, identificação), mas uma outra forma de viver e de sentir assombra ou se envolve na nossa e a ‘faz fugir’” (ZOURABICHVILI, 2004, p. 24-25)

controle. É o caso das participantes desta pesquisa: ao serem empurradas para desterritorializações em relação ao território de acesso e uso facilitados das tecnologias, ficam menos suscetíveis a esse tipo específico de controle, mas ao mesmo tempo são também reterritorializadas na submissão a outras formas de biopolítica – como por exemplo a espécie piorada da biopolítica, a necropolítica.

Quem está desterritorializado/a desta maneira vive numa dinâmica diferente na cidade. As participantes habitam o mesmo território (a cidade) que as outras pessoas que têm as TIC disponíveis a todo momento em suas vidas, mas os agenciamentos que as atravessam obviamente não são os mesmos. Nesse sentido, essa ubiquidade das tecnologias digitais de que falam Lemos (2007) e também Levy (1999), se pensada desde o contexto da ralé brasileira e da população sobrando, será, no mínimo, pretensiosa.

Também, como vimos no capítulo 3, no âmbito do capitalismo cognitivo atual, as TIC têm funcionado como instrumentos dessa nova escalada à produção e circulação de conhecimentos, pois agora o foco se volta para o trabalho da criatividade, da inovação e da cooperação. Diz Antonella Corsani (2003, p. 22) que “a performance da ferramenta técnica depende da inteligência, da criatividade e da capacidade de invenção do trabalho vivo que se apresenta como trabalho imediatamente cooperativo”. A autora mostra ainda que os conhecimentos postos em circulação através das TIC se difundem ao longo de trajetórias desenhadas por aportes criativos cumulativos, cooperativos e largamente socializados.

Logo, é justamente este o contexto considerado propício para o desenvolvimento da cooperação através do uso das TIC, processo que evidencia o potencial democrático das ferramentas tecnológicas. No entanto, cabe questionar: que tipos de conhecimento são esses de que estamos falando? Que agenciamentos de enunciação estão relacionados à atualização desses conhecimentos na sociedade marcada pelo trabalho imaterial? Sabe-se que a sociedade da informação e do conhecimento depreende dos novos regimes de produção e distribuição de conhecimento relativos ao capitalismo cognitivo, de modo que aquilo que é valorizado (economicamente e socialmente) tende a ser o conhecimento derivado da técnica, do alto grau de especialização, do aporte de capital cultural útil à geração de mais conhecimento e, portanto, de mais valor. Portanto, as formas de conhecimento que articulam outros agenciamentos, como os saberes populares ou os próprios saberes das mulheres trans deste trabalho, por exemplo, acabam sendo obliterados em favor de uma valorização utilitarista de saberes-poderes que, em última instância, precisam servir à expansão do capitalismo. Daí que seja fundamental dar a ver

outros agenciamentos, fazer emergirem outras narrativas e conhecimentos menos dependentes da geração de valor ancorado exclusivamente no capital econômico, para que a potencialidade democrática das tecnologias e as dinâmicas de colaboração aconteçam também de outras formas.

Por isso, também houve desterritorialização quando nos propusemos a desenvolver um canal no YouTube em que as participantes pudessem criar seus próprios conteúdos e, então, traçar linhas de fuga a partir daí. Essa segmentaridade tem potência para se desterritorializar em linha de fuga, mas no momento ainda não se concretizou, justamente devido às dificuldades impostas pela precariedade interseccional que as perpassa. Contudo, Malu, Carla e Julia gravaram vídeos para o canal falando de suas trajetórias, dos seus processos de transexualização, do que aprenderam umas com as outras e com as pesquisas na internet sobre tratamento hormonal, entre outros temas, numa dinâmica colaborativa de construção de conhecimentos. Ademais, durante a pesquisa de campo, observei que este compartilhamento de informações é prática comum entre as participantes. Portanto, pode-se pensar que apenas esses movimentos do desejo empreendidos por elas já são capazes de alinhá-las na direção do devir de uma emancipação, de uma construção micropolítica de conhecimentos.

Cabe também ressaltar as indagações de Henrique Antoun (2015, p. 70) sobre a capacidade da internet de desempenhar essa função emancipatória. A proposição do autor gira em torno da existência de uma internet política das subjetivações, que se oporia à internet das coisas, aquela “onde grandes sistemas de controle e monitoramento de bilhões de actantes recolhem e mineram seus gigantescos dados”. A internet das coisas opera no próprio contexto atual de “ubiquidade” dos meios tecnológicos digitais, e, se por um lado oferece a possibilidade de conectividade e praticidade quase ilimitadas, por outro, compõe as redes de controle e de produção de subjetivação disseminadas por toda parte, pois está atrelada aos ditames do plano organizacional capitalista contemporâneo. Em contrapartida à internet das coisas, questiona o autor, “existiria uma outra Internet capaz de ancorar práticas de si que exploram a autonomia relativa que pode ser alcançada com as técnicas do eu?”

Uma internet política das subjetivações seria aquela que, ancorada pelos engendramentos das técnicas de si (no sentido foucaultiano), pudesse subverter os mecanismos de sujeição em prol da livre criação de subjetividades. Para Antoun, esse movimento emancipatório está vinculado ao debate biopolítico, podendo vir a obter

resultados práticos na medida em que as populações se apropriassem das redes de maneira a corromper a submissão às organizações controladoras da comunicação:

A questão da autonomia vira um problema biopolítico. Ou os coletivos podem produzir sua própria subjetivação e normalização através das redes interativas de comunicação distribuída - perspectiva multitudinária emancipatória - ou as populações estão submetidas aos processos massivos irradiativos de produção de pequenos fanatismos que deságuam no consumo de alta rotação e ilimitada variação superficial. (ANTOUN, 2015, p. 74)

As técnicas de si poderiam ser capazes de incidir não somente sobre a criação de subjetividades no âmbito individual, mas também sobre a esfera das práticas sociais, nas intersubjetividades. Portanto, a apropriação da internet enquanto internet política das subjetivações tem importância singular nesses processos, já que, nas palavras de Antoun (2015, p. 74) “permitem que novos modos de viver e novas formas de agir sejam experienciadas, para além do caráter repetidor da reprodução do plano organizacional”.

Assim, em suma, as participantes já se desterritorializam ao partilharem do ciberespaço, porque se deslocam em relação ao seu próprio território, que é de intensa precariedade e de quase completa alienação em relação à ubiquidade dos meios e à internet das coisas. Também, ao fazerem uso das TIC elas podem se des-re-territorializar de forma a subverter aspectos de sua condição de subalternidade, podendo vir a compor linhas de fuga em direção a construção de saberes-poderes articulados pela colaboração, além da criação de subjetividades outras, menos cooptadas, menos subordinadas ao regime de acumulação capitalista. No entanto, não se trata de uma questão de determinismo tecnológico:

as tecnologias da cibercultura, principalmente as móveis, podem criar processos desterritorializantes, mas esses não estão garantidos pelo simples uso dos artefatos. Mais uma vez encontramos aqui o problema do determinismo tecnológico, já que o uso do dispositivo não garante processos desterritorializantes ou nômades e podem mesmo reforçar poderes constituídos e territorializados. (LEMOS, 2007, p. 280)

Por essa razão, não se pode esperar que apenas a intensificação do acesso e uso das TIC pelas participantes poderia garantir-lhes um movimento emancipatório nesse sentido, pois corre-se sempre o risco de subjugação aos mecanismos de controle e captura viabilizados pelas tecnologias. Além disso, seria preciso a interligação com outras políticas públicas nos âmbitos da educação, da cidadania, da saúde, da moradia, da cultura, do trabalho e, inclusive, de gênero e sexualidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propor modificações ao pensamento feminista no contexto da terceira onda, Joan Scott nos lembra algo fundamental:

Temos que encontrar os meios (mesmo imperfeitos) de submeter, sem parar, as nossas categorias à crítica, nossas análises à autocrítica. Se utilizarmos a definição da desconstrução de Jacques Derrida, esta crítica significa analisar no seu contexto a maneira como opera qualquer oposição binária, revertendo e deslocando a sua construção hierárquica, em lugar de aceitá-la como real, como óbvia ou como estando na natureza das coisas. (SCOTT, 1995, p. 18)

A autora aponta para a necessidade de deslocarmos as noções apriorísticas e as hierarquias atreladas às oposições binárias, o que é, simplifcadamente, o movimento da desconstrução proposta por Derrida. Foi durante o tempo em que venho estado em contato com as participantes que verifiquei ainda mais essa necessidade, ao mesmo tempo em que me dava conta de algumas dicotomizações que persistiam encrustadas na minha forma de pensar.

Uma dessas dicotomizações é a maneira como eu aprioristicamente concebia aquilo que poderíamos dizer ser relativo ao “bem viver”, a um certo conjunto de condições mínimas necessárias para se ter uma vida considerada razoavelmente vivível. Desse prisma, enxergava a intensa precariedade das participantes como algo a ser superado, isto é, percebia sua precariedade como condição a ser revertida; não via naquele emaranhado de eixos de opressão alguma linha que pudesse operar também como não-opressão. Logo, se por uma parte essa percepção ajuda a entender as origens das desigualdades e as formas como o capitalismo opera produzindo-as e mantendo-as, por outra, contribui para desenvolver uma mirada sobre a situação da precariedade intensa como algo a ser “resolvido” e transformado em formas de vida menos precárias.

No entanto, ao conduzir o pensamento sob oposições binárias, não nos damos conta de que também acabamos hierarquizando: numa dupla dicotomização, definimos o elemento do par binário que será “melhor” e aquele que será “pior”. Ao mesmo tempo, não se trata de relativizar: não significa romantizar a precariedade nem passar a crer que não haveria nada a ser modificado nas diferentes formas como ela incide sobre as pessoas tornando-as subalternas em relação a outras. Mas é importante que se perceba o quanto somos treinados/as para consumir subjetividades, para formularmos concepções médias sobre praticamente tudo. Pelbart (2002) aponta com clareza:

Afinal, o que nos é vendido o tempo todo, senão isto: maneiras de ver e de sentir, de pensar e de perceber, de morar e de vestir? O fato é que consumimos, mais do que bens, formas de vida - e mesmo quando nos referimos apenas aos estratos mais carentes da população, ainda assim essa tendência é crescente. Através dos fluxos de imagem, de informação, de conhecimento e de serviços que acessamos constantemente, absorvemos maneiras de viver, sentidos de vida, consumimos toneladas de subjetividade. (PELBART, 2002, p. 34)

Evidentemente, essas subjetividades são fabricadas, produzidas para consumo, e só têm tanto êxito porque são operacionalizadas pelo regime de acumulação de caráter cognitivo, do trabalho imaterial. Hardt e Negri (2005, p. 150) entendem este tipo de produção imaterial como produção biopolítica, porque “cria não apenas bens materiais mas também relações e, em última análise, a própria vida social”; trata-se, portanto, de um sistema de criação e reprodução de subjetividade. Guattari também já observava:

O capitalismo é obrigado a construir e impor seus próprios modelos de desejo, e é essencial para sua sobrevivência que consiga fazer com que as massas que ele explora os interiorizem. Convém atribuir a cada um: uma infância, uma posição sexual, uma representação do amor, da honestidade, da morte, etc. As relações de produção capitalista não se estabelecem somente na escala dos grandes conjuntos sociais; é desde o berço que modelam um certo tipo de indivíduo produtor-consumidor. (GUATTARI, 1985, p. 188)

Então, ao experimentarem uma existência alheia àquilo que seria um “bem viver médio” ou um “bem viver hegemônico”, as participantes estão engendrando outras formas de existir, de se relacionar, de comunicar – e isso é, precisamente, desterritorializar, operar na diferença. Contudo, como vimos ao longo do trabalho, nem tudo da diferença escapa ao sistema, muito é reterritorializado, apropriado novamente para as formas de representação.

No contexto mais recente de crise do capitalismo neoliberal, Hardt e Negri (2014) têm pensado nas transformações econômicas, políticas e sociais que produziram, a seu ver, quatro figuras de subjetividade preponderantes na sociedade atual. Para os autores, os movimentos de resistência deveriam justamente recusar essas subjetividades e subvertê-las, afirmando sua capacidade de ação política:

A hegemonia das finanças e dos bancos produziram o *endividado*. O controle das informações e das redes de comunicação criaram o *mediatizado*. O regime de segurança e o estado generalizado de exceção construíram a figura oprimida pelo medo e sequiosa de proteção: o *securitizado*. E a corrupção da democracia forjou uma figura estranha, despolitizada: o *representado*. (HARDT e NEGRI, 2014, p. 21)

O que ocorre com o mediatizado, por exemplo, é o excesso de informação, comunicação e expressão, que leva ao esgotamento. É uma figura que, de tão conectada, está o tempo todo absorvida em atenção, e por isso perde sua potencialidade: “na figura do mediatizado reside a inteligência humana mistificada e despotencializada. Ou melhor, o mediatizado está pleno de informação morta, sufocando nossos poderes de criar informação viva” (HARDT; NEGRI, 2014, p. 30). É justamente na conjuntura de ubiquidade das tecnologias digitais de que falam Lemos (2007) e Levy (1999) que pode existir o mediatizado. Assim, podemos crer que, também nesse sentido de subjetividade, as mulheres trans dessa pesquisa estão desterritorializadas, em linha de fuga: ao fazerem pouco uso das TIC (relativamente aos agenciamentos atuais que sustentam uma subjetividade como o mediatizado), elas também fogem a toda a falta de potencialidade do desejo e de criação percebida nesta figura.

Dessa maneira, pode-se retomar um dos objetivos-pista do trabalho, que consistia em “*avaliar que usos estas pessoas fazem das TIC no ciberespaço (forma de comunicação mais usada por elas), problematizando a precariedade de acesso e uso da comunicação digital por, pelo menos, dois eixos: opressão e linha de desterritorialização*”. Nesse caso, a precariedade de acesso e uso das TIC é, ambigualmente, um eixo que pode ser entendido tanto como de opressão quanto como de desterritorialização na direção da potencialidade do desejo.

Como opressão interseccional, estas mulheres são privadas de participar da comunicação digital, e com isso deixam de se apropriar de diferentes saberes-poderes que poderiam vir a auxiliá-las na direção de uma emancipação digital, ou mesmo de neutralizar efeitos de sua precariedade que fazem com que elas se mantenham subalternas. Assim, as participantes são tanto alheias ao regime de acumulação de riquezas quanto alheias ao que poderíamos chamar de um “regime de acumulação de informação”. Já como linha de desterritorialização, ao destoarem da sociedade totalmente conectada e da internet das coisas, elas criam outras formas de se relacionar com a comunicação, menos mediadas pelos fluxos de informação, menos controladas por eles e também menos dependentes do uso dessas tecnologias. A potencialidade do desejo, aqui, está vinculada à oportunidade de construção de saberes-poderes outros, articulados pela colaboração e não necessariamente motivados pela produção de conhecimento “útil” à expansão do regime de acumulação.

Portanto, os desdobramentos deste objetivo-pista conduzem a uma aproximação tanto à desconstrução quanto à percepção de uma interseccionalidade rizomática, tratada

no capítulo 3. Deste ponto de vista, é possível pensar na precariedade de uso das TIC como mais um tipo de eixo de opressão – quando atua dificultando a construção de saber-poder potencialmente emancipatório –, mas também como um marcador que engendra subversões à ordem instituída – o fato mesmo de as participantes fazerem pouco ou nenhum uso das TIC é um dos elementos que as coloca num lugar outro, num lugar da diferença, onde, conseqüentemente, estão muito menos mediadas e bombardeadas pelos fluxos de informação, pela ação da internet das coisas, pelas concepções hegemônicas de subjetividade e de consumo, pelos ideais de bem viver articulados pelo capitalismo.

Um dos reflexos disso, como já observado ao longo do trabalho, é a dinâmica de colaboração e compartilhamento de conhecimentos entre elas, principalmente sobre temas como o da transexualidade e sobre as estratégias de sobrevivência na rua. Também notei nas participantes uma relação diferente com o consumo e com os objetos que possuem. Por exemplo, nas ocasiões em que havíamos conseguido doações para elas, minha tendência era sempre a de pensar que aqueles objetos poderiam trazer-lhes algum benefício significativo, e que se tratava de objetos dos quais elas poderiam usufruir por um certo tempo (roupas, celulares, maquiagens, cobertores e mantas para dormir na rua). No entanto, percebi que elas raramente conseguiam manter posse de tais coisas: em pouco tempo já as haviam perdido, seja por distração, seja por terem compartilhado com outras pessoas ou trocado por comida ou droga, seja por terem sido suspensas dos albergues e não conseguirem mais reaver seus pertences, ou ainda no caso específico de Malu, que perdeu suas coisas no incêndio da pensão onde estava hospedada. Mas, ao contrário da minha expectativa, essas perdas pareciam não afetá-las tanto. Na verdade, eu estava mais apegada àqueles objetos do que elas próprias.

É aí que fica evidente sua relação menos subordinada com o consumo e com as materialidades: a precariedade articula também uma constante fugacidade das coisas, o que gera um certo estado de desapego, isto é, certa percepção de que a luta tem que ser diária, de que é preciso continuar buscando a sobrevivência para além e apesar da precariedade. A dinâmica da rua e a posição das participantes desde a ralé limita o acesso aos bens materiais e imateriais, impõe o desapego, e portanto o consumo é experienciado de outras formas: talvez de maneira mais insubordinada e aberta à criação de subjetividade.

É evidente que não se trata, contudo, de afirmar que a situação destas mulheres estaria alheia à hegemonia do capital, até porque, como mencionado no capítulo 3, o capitalismo sempre dá conta de recapturar a diferença, reterritorializando-a, ainda que

algo lhe escape. Exemplos disso são os desejos de Carla de constituir uma família “tradicional”, de ter marido e filhos, ter uma casa, e de poder aceder a uma classe social que lhe permita, inclusive, ter dívidas; ou Malu, que costuma observar atenta as tendências da moda através do *site* das lojas Renner, mas não compra as roupas; ou ainda o caso da maioria delas, que muitas vezes deixam de comprar comida ou outros itens básicos para poder investir o dinheiro que têm na compra de hormônios para sua transexualização. Logo, a trans-ralé não está totalmente alienada do consumo de bens materiais e de subjetividades – a diferença reside em como isso se dá no seu contexto de precariedade interseccional.

Isso nos conduz a outro objetivo-pista desta dissertação, que tratava de “*averiguar os percursos que engendram a inserção dessas mulheres no território específico de uma trans-ralé brasileira, identificando de que formas agenciamentos interseccionais as constituem*”. Vimos que as condições da vida pregressa das pessoas em seus aspectos de classe e raça, por si sós, não dão conta de explicar a complexidade dos agenciamentos que produzem o estado de ralé. É preciso verificar outros eixos que concorrem ao mesmo tempo para a precarização, como ocorre com a dimensão de sexo/gênero/sexualidade. Vem daí a importância de situar as participantes e sua precariedade numa ralé que conjuga em si outros desses eixos: estamos falando, então, de uma trans-ralé brasileira, forjada em nossa matriz colonial patriarcal que é plena de preconceitos históricos de raça, classe social, gênero, sexualidade, que tem desprezo ao pobre, e que relega a diferença precária à condição de sobrança, em última instância segregando-a e/ou exterminando-a através dos mecanismos da necropolítica.

Mas, a partir do entendimento da interseccionalidade rizomática, é necessário também apontar que nem sempre um eixo definido como sendo de subjugação de fato produz apenas subjugação: em outra direção, ele pode agenciar libertação, emancipação, linha de fuga. Brah (2011) nos lembra que a diferença é experimentada em cada grupo e em cada indivíduo de maneira distinta e complexa, razão por que não existe uma “essencialidade” das experiências identitárias e subjetivas. Daí, também, que resistências micropolíticas se produzam em contextos de intensa precariedade.

Assim, em contraste com a carência material das participantes está o seu desejo, que é de toda potência de criação, potência de produção de coisas novas em suas vidas, de devires que não acontecem a partir de relações de dominação, mas de aliança, de colaboração. Resistir para essas mulheres da trans-ralé brasileira significa empreender micropolíticas, que compreendem conseguir sobreviver a cada dia, apesar do

esquecimento pelas classes mais privilegiadas, apesar do esquecimento pela academia e pelos movimentos identitários, apesar do abandono, do desprezo, do preconceito, e apesar da política de segregação e morte produzida pelo Estado. Resistir para elas é também desterritorializar da ordem instituída (ou mesmo do território interseccionalmente precário a que foram relegadas) e reterritorializar criando outras formas de sociabilidade e de subjetividade, menos atreladas a uma relação de dependência da racionalidade capitalista de acumulação e mais conectadas à colaboração e à potencialidade do viver em vez de apenas sobreviver.

Por fim, cabe ainda retomar alguns aspectos da metodologia e de seus efeitos nesta pesquisa, entendida como pesquisa-intervenção. Para a cartografia,

Defender que toda pesquisa é intervenção exige do cartógrafo um mergulho no plano da experiência, lá onde conhecer e fazer se tornam inseparáveis, impedindo qualquer pretensão à neutralidade ou mesmo suposição de um sujeito e de um objeto cognoscentes prévios à relação que os liga. Lançados num plano implicacional, os termos da relação de produção de conhecimento, mais do que articulados, aí se constituem. Conhecer é, portanto, fazer, criar uma realidade de si e do mundo, o que tem consequências políticas. (PASSOS; BARROS, 2014, p. 30)

Nessa perspectiva, entende-se que a pesquisa em sua totalidade é intervenção, no sentido de que pesquisar e conhecer é, ao mesmo tempo, criar realidades. À medida que eu ia entrando em campo e conhecendo a paisagem, as participantes, suas linhas de segmentaridade, nós íamos construindo juntas essa realidade aqui apresentada. Trata-se de intervenção porque nós construímos em conjunto, porque nos implicamos mutuamente criando mundos, no plano comum entre pesquisadora-participante e participantes. Isso também endossa a percepção de que a cartografia não busca representar um objeto que estaria passivamente aguardando seu desvelamento pela pesquisa, mas sim busca acompanhar processos conjuntamente, observando as intervenções mútuas. Dessa forma, outro dos objetivos-pista, aquele que buscava “*cartografar singularidades dos territórios de mulheres da trans-ralé brasileira em sua precariedade interseccional, verificando movimentos construídos rizomaticamente*”, foi atendido pela própria elaboração desta cartografia, a qual compreende o trabalho integralmente.

Ainda, é importante mencionar que esta cartografia vem sendo construída diariamente, desde o nosso primeiro contato – de modo que este trabalho não se pretende um panorama final, não é um mapeamento mais ou menos geral das experiências de mulheres trans em situação de rua, tampouco é um mapa geral das vidas destas mulheres. Tudo o que está dito neste trabalho baseia-se tão somente nos afetos e agenciamentos engendrados por todas nós, em conjunto, até precisamente o momento em que estou

escrevendo. Mas há muito mais, porque sigo em contato com algumas delas, e a todo momento os encontros e os afetos se estabelecem como potência.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Sylvia Maria; VIEIRA, Fernanda de Sousa, BRANCALEONI, Ana Paula. Percepções acerca da condição de vida e vulnerabilidade à saúde de travestis. **Saúde em Debate**. Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, pp. 525-535, jul./set. 2013.

ANTOUN, Henrique. Para uma internet política das subjetivações. **Revista Eco Pós**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p.69-76, jun. 2015.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. **Psicologia Clínica**, v. 17, n. 2, p. 41-52 Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2005.

BENTO, Berenice. Brasil, país do transfemínido. Artigos e resenhas do Centro Latino-Americano em sexualidade e direitos humanos. 2014 Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio_Berenice_Bento.pdf

_____. Apresentação. In: COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer**. Salvador: EDUFBA, 2015.

BONILLA, Maria Helena Silveira; OLIVEIRA, Paulo Cezar Souza de. Inclusão Digital: Ambiguidades em Curso. In: BONILLA, Maria Helena Silveira, PRETTO, Nelson de Luca (org.). **Inclusão digital: polêmica contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2011

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRAH, Avtar. **Cartografías de la diáspora: identidades en cuestión**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2011.

BUTLER, Judith. Fundamentos Contingentes: O Feminismo e a Questão do “Pós-Modernismo”. **Cadernos Pagu** (11) pp.11-42, 1998.

_____. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Rethinking Vulnerability and Resistance. In: BUTLER, Judith, GAMBETTI, Zeynep, SABSAY, Leticia (ed). **Vulnerability in Resistance**. Durham and London: Duke University Press, 2016.

_____. **Cuerpos aliados y lucha política: Hacia una teoría performativa de la asamblea**. Traducción de María José Viejo. Bogotá: Paidós, 2017

COELHO, Isabel; OLIVEIRA, Maria Helena Barros de. Internação compulsória e crack: um desserviço à saúde pública. **Saúde em Debate**. n. 38, v. 101, Abr./Jun. 2014.

COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer**. Salvador: EDUFBA, 2015.

_____. O que estamos fazendo com a ideia de interseccionalidade? 2016. Disponível em: <http://blogs.ibahia.com/a/blogs/sexualidade/2016/03/09/o-que-estamos-fazendo-com-a-ideia-de-interseccionalidade/> Acesso em: 18 abril 2018.

COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. A Black Feminist Statement. In: **This Bridge Called My Back: Writings by Radical Women of Color**. New York: Kitchen Table, Women of Color Press. 2 ed. pp. 210-218, 1983.

CONTER, Marcelo Bergamin. A Máquina Abstrata Lo-fi. **Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Rio de Janeiro, 2015.

CORSANI, Antonella. Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo. In: GALVÃO, A. PP.; SILVA, G.; COCCO, G. (orgs.), **Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. pp. 16-32.

COSTA, Ana Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 4, n. 1, 2005.

CRENSHAW, Kimberlé W. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **The University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, pp. 139-168, 1989.

_____. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, pp. 1241-1299. 1991

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. Post-scriptum sobre as sociedades de controle (org.), In: **Conversações: 1972-1990**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. pp. 219-226.

_____. **Espinosa: filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2002.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia**, vol.1. São Paulo: Ed. 34, 1995a.

_____. **Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia**, vol. 2. São Paulo: Ed. 34, 1995b.

_____. **Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia**, vol. 3. São Paulo: Ed. 34, 1996.

_____. **Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia**, vol. 5. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **Microfísica do poder**. 24. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

_____. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GUATTARI, Félix. **Revolução Molecular**: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

GUATTARI, Félix, ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**: guerra e democracia na Era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. **Declaração. Isto não é um manifesto**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo. **Sapere aude**. Belo Horizonte, v. 7, n. 12, pp. 194-210, Jan./Jun. 2016.

JESUS, Jaqueline. Feminismo e Identidade de Gênero: Elementos para a construção da teoria transfeminista. Florianópolis: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10** (Anais Eletrônicos), 2013.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; DA ESCÓSSIA, Liliana (Org.). **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2014.

LAUREANO, P. S.; PEIXOTO JÚNIOR, C. A. Três pontos de vista sobre o capitalismo atual: um estudo a partir de Harvey, Jameson, Zizek, Deleuze e Negri. **Psicologia e Sociedade** n. 26, v. 1, 2014, pp. 2-11

LE MOS, André. Ciberespaço e tecnologias móveis: processos de territorialização e desterritorialização na cibercultura. In A. Médola, D. Araújo, & F. Bruno (Orgs.), **Imagem, visibilidade e cultura midiática**. pp. 277-293. Porto Alegre: Sulina, 2007

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LOPES, Denilson. Afectos pictóricos ou em direção a *Transeunte*, de Eryk Rocha. **Revista Famecos**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, pp. 255-274, maio/agosto 2013.

LOTMAN, Yuri M. **Cultura y explosión**: lo previsible y lo imprevisible en los procesos de cambio social. Barcelona: Gedisa, 1999

_____. **Semiosfera I**: semiótica de la cultura y del texto. Madrid: Cátedra, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista Petrópolis: Vozes, 1997

_____. **Um Corpo Estranho**: Ensaio Sobre Sexualidade e Teoria *Queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004

- MACHADO, Irene. **Escola de Semiótica: A Experiência de Tártu-Moscou para o Estudo da Cultura**. Cotia: Ateliê Editorial, 2003
- MACIEL, Fabrício. Trabalho e vulnerabilidade: a questão social na obra de Robert Castel. **Vértices**, Campos dos Goytacazes/RJ, v.16, n.2, pp. 113-128, maio/ago., 2014
- _____. A generalização da precariedade: trabalho e classes no capitalismo contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**. v. 33, n. 3, set/dez, 2018.
- MAY, Tim. **Pesquisa social: Questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artemed, 2001.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios** revista do PPGAV/EBA/UFRJ. n. 32, dez. 2016.
- MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, pp. 150-182, jan./jun. 2009
- NARDI, Henrique Caetano. A genealogia do indivíduo moderno e os suportes sociais da existência. **Psicologia & Sociedade**, 14 (1): pp. 141-146, jan./jun. 2002.
- OLIVEIRA, João Manuel de; LISBOA, Lígia Amâncio. Das interseções e tangentes. In: OLIVEIRA, João Manuel de; LISBOA, Lígia Amâncio. **Gêneros e Sexualidades: Interseções e Tangentes**. Lisboa: Gráfica Maiadouro, 2017.
- PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A Cartografia Como Método de Pesquisa-Intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; DA ESCÓSSIA, Liliana (Org.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2014.
- PIMENTA, Melissa de Mattos. Pessoas em situação de rua em Porto Alegre: Processos de estigmatização e invisibilidade social. **Civitas**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, pp. 82-104, jan./abr. 2019.
- PLATERO, Raquel (Lucas). La interseccionalidad como herramienta de estudio de la sexualidad. In: **Intersecciones: cuerpos y sexualidades en la encrucijada**. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2012.
- POZZANA, Laura. A formação do cartógrafo é o mundo: corporificação e afetabilidade. **Fractal Revista de Psicologia**, v. 25, n. 2, p. 323-338, maio/ago. 2013
- POZZANA, Laura; KASTRUP, Virginia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; DA ESCÓSSIA, Liliana (Org.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2014.
- PELBART, Peter Pál. Poder sobre a vida, potência da vida. **Revista Lugar Comum**, n. 17, pp. 33-43, 2002.
- _____. **Necropolítica tropical: fragmentos de um pesadelo em curso**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PRECIADO, B. **Multidões queer**: notas para uma política dos “anormais”. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20, jan./abr. 2011.

_____. **Cartografias queer**: El *flâneur* perverso, la lesbiana topofóbica y la puta multicartográfica, o cómo hacer una cartografía "zorra" con Annie Sprinkle. 2012.

Disponível em

<https://ia601307.us.archive.org/33/items/144406396BeatrizPreciadoCartografiasQueer/144406396-Beatriz-Preciado-Cartografias-Queer.pdf>

PUAR, Jasbir. “Prefiro ser um ciborgue a ser uma deusa”: interseccionalidade, agenciamento e política afetiva. **Meritum**, v. 8, n. 2, jul./dez. 2013, pp. 343-370.

RAMOS, Adriana Vaz; MELLO, Andrea; CAVALCANTTI, Carmem L. C. Semiosfera: Exploração conceitual nos estudos semióticos da cultura. In: MACHADO, Irene (Org.) **Semiótica da Cultura e Semiosfera**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

ROSÁRIO, Nísia Martins do. Cartografia na comunicação: questões de método e desafios metodológicos. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (Org.). **Pesquisa em Comunicação: Metodologias e Práticas Acadêmicas**. Porto Alegre: Edipucrs, 2016.

SCHÓPKE, Regina. **Por uma filosofia da diferença**: Gilles Deleuze, o pensador nômade. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Edusp, 2004.

SCHWARTZ, Gilson. Educação como produção colaborativa de conteúdo. In: Encontro Nacional das Escolas de Governo, 11, 2010. São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Fundap, 2010.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, pp. 71-99, jul./dez. 1995

_____. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2005.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Espectro aberto e mobilidade para a inclusão digital no Brasil. In: **TIC Domicílios 2016**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2017. Disponível em:

http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_DOM_2016_LivroEletronico.pdf, acesso em: 30 de maio de 2018.

SOUZA, Jessé. **Ralé Brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009

_____. **A Elite do Atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017

TOMAZETTI, Tainan Pauli; BRIGNOL, Liliane Dutra. A Marcha das Vadias e o fenômeno do feminismo comunicacional: usos sociais do Facebook na construção de

políticas de identidade de gênero na sociedade em rede. **Redes.com: revista de estudos para el desarrollo social de la Comunicación**, n. 11, p. 27-56, 2015.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VELHO, Ana Paula Machado. A Semiótica da Cultura: apontamentos para uma metodologia de análise da comunicação. **Revista de Estudos da Comunicação**, Curitiba, v. 10, n. 23, p.249-257, set./dez. 2009.

ZOURABICHVILI, François. **O vocabulário de Deleuze**. Rio de Janeiro: IFCH Unicamp, 2004.

ANEXO 1

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Direcionado às participantes

PESQUISA: Projeto de dissertação “Interações comunicacionais de pessoas interseccionalmente precárias e de sexos/gêneros/desejos não-normativos”

PROPONENTE: Mariana Somariva

1. NATUREZA DA PESQUISA: Você está sendo convidada a participar desta pesquisa que busca compreender as interações que pessoas LGBT em situação de rua têm com a comunicação e com as tecnologias. Este projeto foi aprovado pela Comissão de Pesquisa da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

2. PARTICIPANTES DA PESQUISA: Participarão desta pesquisa três pessoas que se identificam como LGBT e que se encontram em situação de rua.

3. ENVOLVIMENTO NA PESQUISA: Após sua concordância, a pesquisadora acompanhará você durante pelo menos dois meses em situações do seu dia-a-dia. Além disso, você participará de entrevistas em que serão feitas perguntas sobre o seu cotidiano como pessoa LGBT que vive na rua, e sobre as formas como você utiliza as tecnologias de comunicação, ou seja: computadores, celulares, televisão, rádio, entre outros. Você tem a liberdade de se recusar a participar e a desistir a qualquer momento que quiser, sem ter qualquer prejuízo.

4. SOBRE AS ENTREVISTAS: As entrevistas serão realizadas em datas e locais de sua preferência. Você vai conversar sobre o seu dia-a-dia como pessoa LGBT que vive na rua e sobre como você usa as tecnologias. As entrevistas serão registradas através de um gravador de voz digital. As gravações, transcrições e anotações da observação ficarão guardados com a pesquisadora por um período de cinco anos e depois serão destruídos.

5. SOBRE O ACOMPANHAMENTO DA PESQUISADORA: Com a sua autorização e nas datas de sua preferência, a pesquisadora vai acompanhar você por algumas horas e observar coisas comuns que você faz em seu dia-a-dia. Nestes encontros, a pesquisadora vai observar um pouco mais como é sua vida na rua e como você interage com as tecnologias.

6. RISCOS E DESCONFORTO: A participação nesta pesquisa não traz nenhum tipo de complicação legal e os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e

na pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, conforme a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Nenhum dos procedimentos oferece risco à sua dignidade. A única possibilidade de desconforto é em relação ao seu bem-estar emocional, ou seja, é possível que você não se sinta à vontade ou que fique constrangida em falar de certos assuntos pessoais ou de certos momentos de sua vida. Se isso acontecer, fique tranquila, apenas informe à pesquisadora que você deseja não falar sobre isso. Você pode pedir que a pesquisadora pare de gravar a entrevista ou também pode desistir de participar a qualquer momento.

7. CONFIDENCIALIDADE: As informações coletadas nesta investigação são confidenciais, e sua revelação deverá ser autorizada. Seu nome verdadeiro não será utilizado na pesquisa. Os resultados gerais da pesquisa serão apresentados em congressos científicos e publicados em periódicos especializados.

8. BENEFÍCIOS: Ao participar desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto. Mas esperamos que futuramente os resultados deste estudo contribuam para o benefício de outras pessoas moradoras de rua.

9. PAGAMENTO: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, e não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, _____
_____, abaixo assinado, concordo de forma livre e esclarecida em participar do estudo acima descrito, como participante. Fui devidamente informada e esclarecida pela pesquisadora Mariana Somariva sobre a pesquisa e seus procedimentos. Recebi uma cópia do termo.

Local e data

Assinatura da participante

Coordenadora da pesquisa

Agradecemos a autorização e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais. Caso você queira entrar em contato, pode enviar e-mail à pesquisadora, no endereço marianasomariva@gmail.com, ou pode comparecer na UFRGS, na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, que fica na Rua Ramiro Barcelos, 2705, próximo ao Planetário. Maiores informações no Comitê de Ética em Pesquisa UFRGS, **telefone: 51 3308 3738, e-mail: etica@propesq.ufrgs.br**